



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXI — Nº 71

SÁBADO, 19 DE JUNHO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDAS OFERECIDAS PERANTE A COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 7, DE 1976 (CN), QUE "ESTABELECE REGIME ESPECIAL PARA O APROVEITAMENTO DAS JAZIDAS DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS EM ÁREAS ESPECÍFICAS OBJETO DE PESQUISA OU LAVRA DE PETRÓLEO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**Parlamentares — Número das Emendas**

Deputado Antônio Florêncio: 3

Senador Gilvan Rocha: 4.

Deputado Passos Pôrto: 2 — 5.

Deputado Raymundo Diniz: 1.

**EMENDA Nº 1**

Acrescente-se ao § 3º do artigo 1º depois da expressão empresas privadas, substituindo-se o ponto por vírgula:

, conservando sempre a condição de sócio majoritário.

**Justificação**

O presente projeto, encaminhado pelo Poder Executivo, estabelecendo normas de caráter geral, vem dar solução específica para o problema do aproveitamento dos sais minerais de Sergipe.

A solução estatal, preconizada por nós desde 1967, no caso em tela, impunha-se, e o Governo, patrioticamente, por ela optou.

Objetiva a emenda não deixar margem de dúvidas quanto a situações posteriores. Em qualquer hipótese a PETROBRÁS, ou subsidiária sua, deverá comandar o processo e, uma vez associada a outra empresa, isto somente poderá acontecer conservando sempre seu caráter de sócio maior.

É uma complementação indispensável.

Sala das Comissões, 10 de junho de 1976. — Deputado **Raymundo Diniz**.

**EMENDA Nº 2**

Acrescente-se no parágrafo 3º do artigo 1º:

"... poderá associar-se a empresas privadas e públicas."

**Justificação**

Diz o parágrafo 3º do artigo 1º "de que na execução da pesquisa ou da lavra a PETROBRÁS ou sua subsidiária poderá associar-se a empresas privadas". E as empresas públicas que porventura possam existir a nível federal, estadual ou municipal, com capacidade técnica, financeira e gerencial para o empreendimento?

Acho importante a inclusão da empresa pública no elenco das opções para a PETROBRÁS ou sua subsidiária se associar, sem prejuízo da empresa privada. E há de lembrar ainda que no plano internacional as empresas dos países socialistas são públicas.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1976. — Deputado **Passos Pôrto**.

**EMENDA Nº 3**

Acrescente-se no § 1º do art. 2º do Projeto, logo após "...necessariamente feito na lavra...", a seguinte expressão:

"...acrescidos de correção monetária,"

**Justificação**

Na forma como está redigido o § 1º do art. 2º do Projeto de Lei nº 07/76-CN, o titular de autorização de pesquisa ou concessão de lavra tornada insubsistente receberá apenas o correspondente às despesas efetivamente realizadas na pesquisa e ao investimento essencial e necessariamente feito na lavra.

O pagamento puro e simples das despesas realizadas nessas atividades configura flagrante injustiça, de vez que representará, sem sombra de dúvida, um decréscimo no valor do capital investido, tornando, dessa forma, desestimuladora a presença do investidor privado nesse setor da economia que, via de regra, exige considerável soma de recursos para o seu desenvolvimento.

A fuga do capital desses empresários da atividade de pesquisa e lavra de substâncias minerais resultará em prejuízo para a economia nacional.

Para evitar essa situação, propomos a presente emenda dispondo que o pagamento dessas despesas será feito acrescido de correção monetária, intentando, dessa forma, recuperar o valor do investimento realizado na pesquisa e na lavra de substâncias minerais cuja incompatibilidade ou dependência com atividades específicas de pesquisa ou lavra sob o regime de monopólio previsto na Lei nº 2.004/53 venha a ser declarada, na forma da lei que venha resultar desta proposta legislativa ora em estudo pelo Congresso Nacional.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1976. — Deputado **Antônio Florêncio**.

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA  
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES  
Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA  
Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRÖNENBERGER  
Diretor Industrial

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

## Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 100,00

Ano ..... Cr\$ 200,00

## Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 200,00

Ano ..... Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

## EMENDA Nº 4

Acrescente-se ao parágrafo 1º do art. 2º do Projeto de Lei nº 07, de 1976-CN, o seguinte inciso:

"I — O cálculo dos montantes devidos, em decorrência das disposições deste parágrafo, será feito com a aplicação do princípio de correção monetária às quantias históricas que constituírem objeto do reembolso previsto."

## Justificação

A finalidade desta modificação na redação do parágrafo 1º do art. 2º do Projeto de Lei nº 07, de 1976-CN, é a necessidade de resguardar o interesse público. É preciso que a lei reconheça, explicitamente, o direito à correção monetária, nos reembolsos previstos na citada disposição, para evitar a eclosão de longas e onerosas demandas, com prejuízos talvez grandes para o erário federal. O objetivo a atingir é, pois, estabelecer uma limitação rígida, bem definida, para evitar abusos indesejados.

Tenho em mira um caso concreto, a situação de um determinado grupo empresarial no Estado de Sergipe. Refiro-me às atividades e interesses da Kalium Mineração S.A., na exploração das jazidas de potássio daquele Estado.

Em 14 de fevereiro de 1974, o Conselho Nacional do Petróleo, através do Ofício nº 565, sustou o andamento do Projeto Potássio e recomendou a suspensão do cronograma de eventos previstos.

Em 13 de março de 1974, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, através da CT nº 045/PR/74, autorizou a Kalium Mineração S.A. a interromper a contagem para os prazos das obrigações assumidas.

A Kalium Mineração alegou, na oportunidade, que ainda estava comprando materiais e equipamentos quando o Conselho Nacional do Petróleo interrompeu o andamento do Projeto, ficando, então, realmente paralisados todos os trabalhos ligados ao mesmo.

Em 29 de outubro de 74, a PETROQUISA e a Kalium assinaram um protocolo de associação que não vingou. A partir daí a empresa entrou em declarado recesso.

O preço a ser pago, sobre as jazidas, na inconclusa operação tinha os seguintes componentes:

- 1) Implantação de uma fábrica (que, afinal, não foi construída).
- 2) Royalty de 5% sobre o minério (que ainda não estava sendo extraído).
- 3) Parte variável em dinheiro.

Todavia, apesar da assinatura do Protocolo, em 29 de outubro de 1974, não foram firmados os contratos definitivos.

Registre-se, no caso, ter havido uma estranha tentativa de venda das jazidas, pelos que não detinham sobre elas legítimo direito de propriedade. Tais jazidas, pertencentes ao País, tinham sido apenas cedidas para lavra, que afinal não se realizou. Quis a Kalium, inclusive, "permutar" seu direito de lavra por ações da PETROBRÁS...

Ora, não havia, no caso, nem o que vender, nem o que comprar. Intenções de uma empresa não podem constituir objeto de operação comercial, lembre-se.

A Kalium Mineração S.A., como se sabe, é subsidiária do chamado Grupo Lume, notoriamente inidôneo. É preciso, pois, desarmar desde já a nova manobra em preparo desse grupo, tentando negociar jazidas não propriamente vendidas a ele, mas apenas cedidas, e por um preço simbólico. E na negociação entraria também uma empresa que jamais se realizou na materialidade de seus fins.

Acho necessário, por óbvias razões de interesse público, que a redação do parágrafo em questão seja complementada na forma proposta, para coibir abusos e golpes futuros das supostas vítimas, cujos métodos a Nação inteira conhece.

Sala das Comissões, 15 de junho de 1976. — Senador Gilvan Rocha.

## EMENDA Nº 5

Acrescente-se este artigo:

"Art.... Ao Estado em cujo território haja área sob o regime de monopólio a que se refere esta Lei, será assegurada a preferência, com o concurso dos seus municípios, para a participação nas sociedades subsidiárias destinadas à pesquisa, lavra e distribuição das substâncias minerais.

Parágrafo único. Sempre que o Estado manifestar o propósito de usar da preferência de que trata este artigo, o Conselho Nacional de Petróleo estabelecerá os limites da sua participação no capital, prazos e condições de integralização, assim como as formas de colaboração."

## Justificação

Esta emenda é uma adaptação do artigo 40 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

O próprio enunciado da emenda justifica a apresentação.

O Estado e seus municípios devem participar dos projetos do seu desenvolvimento.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1976. — Deputado Passos Pôrto.

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 — ATA DA 99ª SESSÃO, EM 18 DE JUNHO DE 1976

#### 1.1 — ABERTURA

#### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Pareceres

— Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara nº 42/76 (nº 1.794-B/76, na Casa de origem), que altera disposições da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 35/75 (nº 1.889/74, na Câmara dos Deputados), que estabelece condições de validação de curso em escola superior não reconhecida.

##### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.2.3 — Discursos do Expediente

**SENADOR HENRIQUE DE LA ROCQUE** — Transcurso do centenário de nascimento do jornalista Irineu Marinho.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Lançamento, pelo Ministério da Educação e Cultura, do Plano Nacional de Educação Física e Desportos — PNED.

**SENADOR JOÃO CALMON** — Visita do Presidente Geisel ao Estado do Espírito Santo.

**SENADOR LUIZ CAVALCANTE** — Conhecimento dos números definitivos da economia brasileira referente ao ano de 1975, através da publicação do Relatório Anual do Banco Central relativo àquele ano.

##### 1.2.4 — Requerimento

Nº 276/76, do Sr. Senador Paulo Guerra, solicitando seja incluído em Ordem do Dia o Projeto de Lei do Senado nº 15/75, de sua autoria, que disciplina o exercício de cargos executivos ou de assessoramento em empresas transnacionais por parte de ocupantes de cargos públicos civis e militares aposentados, da reserva ou reformados, e dá outras providências.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 260/76, do Sr. Senador Accioly Filho, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 109, 112 e 119, de 1976, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescentam dispositivos à Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956. **Aprovado.**

— Requerimento nº 263/76, do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Geraldo Azevedo Henning, em comemoração ao aniversário da Batalha Naval de Riachuelo. **Aprovado.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 28/74 (nº 164-B/74, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1973. **Aprovado**, após usarem da palavra na sua discussão os Srs. Senadores Mauro Benevides e Virgílio Távora. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 137/76, do Sr. Senador José Lindoso, que dispõe sobre a indicação de candidatos a cargos

eletivos nos Municípios onde os Partidos Políticos não constituíram Diretórios Municipais, e dá outras providências. **Discussão encerrada** em segundo turno, tendo sua votação adiada para a sessão do dia 22 de junho próximo nos termos do Requerimento nº 278, de 1976, após usarem da palavra na sua discussão os Srs. Senadores Itamar Franco e Virgílio Távora.

#### 1.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativa nº 28/76 (nº 164-B/74, na Câmara dos Deputados), constante do terceiro item da Ordem do Dia. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 279, de 1976. À promulgação.

#### 1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR ITAMAR FRANCO** — Manifestação de pesar pelo falecimento do Deputado Juvêncio Santana, Vice-Líder do MDB na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, encarecendo a necessidade de se proceder a rigoroso inquérito sobre a morte do parlamentar, pelas razões que expõe.

**SENADOR LÁZARO BARBOZA** — Apelo ao Governo Federal no sentido de sustar a anunciada importação de feijão. Justificação de projeto de lei que encaminha à Mesa, que modifica o art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA** — Compra, pela COPERSUCAR, da Hillis Bross. Coffee Incorporation, distribuidora de café na América do Norte. Acordo firmado pelo Brasil com o Governo colombiano, para a exploração do carvão daquele País. Prestando esclarecimentos ao Senador Marcos Freire, com respeito a informações por S. Exª solicitadas e não respondidas por órgãos do Poder Executivo.

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Simpósio sobre "O Homem e a Liberdade", patrocinado pelo Instituto Pedroso Horta, ora em realização na cidade de Florianópolis—SC.

**SENADOR MARCOS FREIRE** — Apoio e solidariedade de S. Exª às reivindicações dos pescadores do Nordeste, com conclusão do V Encontro Regional de Pescadores do Nordeste, realizado recentemente no Centro de Treinamento de Olinda—PE.

**SENADOR ADALBERTO SENA** — Morosidade da transferência de telefones em Brasília—DF.

**SENADOR DIRCEU CARDOSO** — Considerações sobre o episódio da cassação, pela Câmara Municipal, do Prefeito de São Mateus—ES. Posição de S. Exª em face do dispositivo regimental referente ao **quorum** mínimo para o prosseguimento das sessões do Senado.

#### 1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — ATAS DE COMISSÕES

#### 3 — MESA DIRETORA

#### 4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

# ATA DA 99ª SESSÃO, EM 18 DE JUNHO DE 1976

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

### PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores: Adalberto Sena — Altevir Leal — Evandro Carreira — Jarbas Passariño — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Marcos Freire — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Dirceu Cardoso — João Calmon — Roberto Saturnino — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Otair Becker.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — A lista de presença acusa o comparecimento de 34 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE PARECERES

#### PARECERES Nºs 455 E 466, DE 1976

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1976 (nº 1.794-B, de 1976, na origem), que "Altera disposições da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974, e dá outras providências".

#### PARECER Nº 455, DE 1976 Da Comissão de Serviço Público Civil

Relator: Senador Otto Lehmann

De iniciativa do Senhor Presidente da República, a presente proposição "Altera disposições da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974".

A proposição trata do regime jurídico de servidores públicos, ocupantes dos cargos de Auxiliar Judiciário dos Tribunais Regionais Eleitorais, objetivando excluí-los da exigência do art. 5º, inciso I, da Lei nº 6.082, de 10/7/1974, que preceitua:

"Artigo 5º São requisitos para ingressos nas classes iniciais, além da idade máxima de trinta e cinco anos:

I — para a Categoria Funcional de Técnico Judiciário, diploma de Bacharel em Direito."

Como visto, o servidor que não preencha a exigência do inciso I, não poderá ser enquadrado na Categoria de Técnico Judiciário, motivo por que o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, encaminhou à Presidência da República o ante projeto de lei, que ora é examinado.

É de se salientar que os Auxiliares Judiciários, considerados "clientela secundária da Categoria Funcional de Técnico Judiciário, que preencheram a exigência do referido inciso I do art. 5º, tiveram seus cargos transpostos para aquela Categoria Funcional, nos limites dos claros da sua lotação". Ocorre, porém, que "os antigos Auxiliares Judiciários que, por insuficiência da lotação de Técnico Judiciário, tiveram seus cargos transpostos para Auxiliar Judiciário, ficaram impedidos de obter progressão funcional àquela Categoria, sem o preenchimento desses requisitos".

Procura, a matéria, como bem salientou o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na Exposição de Motivos ao Presidente da República, "corrigir situações decorrentes da aplicação do novo

Plano de Classificação de Cargos nas Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais".

Tendo em vista que o projeto, se transformado em lei, ao excepcionar os atuais ocupantes da Categoria Funcional de Auxiliar Judiciário da exigência de escolaridade, constante do citado art. 5º, inciso I, da Lei nº 6.082, de 10/7/74, apenas garantirá a estes servidores o direito à progressão funcional à categoria superior e que permanecerá a exigência para os futuros ocupantes dos cargos da Categoria de Auxiliar Judiciário, nada vemos, no âmbito desta Comissão, que o possa invalidar, motivo por que somos-pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 15 de junho de 1976. — **Lázaro Barboza**, Presidente — **Otto Lehmann**, Relator — **Accioly Filho** — **Itamar Franco**.

#### PARECER Nº 456, DE 1976 Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Heitor Dias

Originário do Poder Executivo, vem à nossa apreciação o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1976, que altera disposições da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974, e dá outras providências.

Submetida à deliberação do Congresso Nacional nos termos do artigo 51 da Constituição, a matéria foi inicialmente aprovada na Câmara dos Deputados, tendo recebido pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças.

A Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial, do Senhor Ministro-Presidente do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, informa que o anteprojeto obteve aprovação unânime daquela Corte e procura corrigir situações decorrentes da aplicação do novo Plano de Classificação de Cargos nas Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, acompanhada de justificação que salienta:

"Na conformidade do dispositivo na letra b do item I do artigo 4º da Portaria nº 132/73, os cargos de Auxiliar Judiciário poderiam integrar as classes A e B, da Categoria de Técnico Judiciário, havendo vagas na lotação. O dispositivo considerou, assim, os ocupantes daqueles cargos como clientela secundária da Categoria de Técnico Judiciário, em igualdade de condições com os ocupantes dos antigos cargos de Oficial Judiciário, clientela originária daquela nova Categoria Funcional.

Com fundamento nesse dispositivo, vários Auxiliares Judiciários tiveram seus cargos transformados em Técnico Judiciário "A", independentemente das exigências para o ingresso futuro naquela categoria.

Ocorre, entretanto, que em virtude da norma de caráter permanente constante da primeira parte do artigo 5º da Lei nº 5.985/73, os antigos Auxiliares Judiciários que, por insuficiência da lotação de Técnico Judiciário, tiveram seus cargos transpostos para Auxiliar Judiciário ficaram impedidos de obter progressão funcional àquela Categoria, sem o preenchimento destes requisitos, como ocorreu com os cargos já citados.

Impõe-se, assim, a edição de norma transitória excepcionando os atuais ocupantes da Categoria de Auxiliar Judiciário da incidência da norma de caráter permanente constante do citado artigo 5º da Lei nº 5.985, permanecendo, logicamente, a exigência para os futuros ocupantes dos cargos de Auxiliar Judiciário."

Trata-se, portanto, de norma de caráter transitório que excepcionalmente os atuais detentores de cargos da Categoria de Auxiliar Judiciário, da aplicação do inciso I do artigo 5º da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974.

Com o presente Projeto, a exigência de escolaridade não será feita aos atuais ocupantes dos referidos cargos. Fica assim, o Auxiliar Judiciário, hoje em exercício do cargo, considerado como clientela secundária da Categoria de Técnico Judiciário.

O Projeto estende aos Tribunais Regionais Eleitorais medida que o Supremo Tribunal Federal já efetivou, autorizado pela Lei nº 6.258, de 29 de outubro de 1975.

Sob o enfoque desta Comissão nada temos a opor à proposição em exame.

Por estas razões, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1976.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1976. — **Saldanha Derzi**, Presidente, em exercício — **Heltor Dias**, Relator — **José Sarney** — **Mattos Leão** — **Leite Chaves** — **Henrique de La Rocque** — **Danton Jobim** — **José Gulomard** — **Mauro Benevides** — **Helvídio Nunes**.

#### PARECERES Nºs 457 e 458, DE 1976

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1975 (nº 1.889-B/74, na Câmara dos Deputados), que estabelece condições de validação de curso em escola superior não reconhecida.

#### PARECER Nº 457, DE 1976

Da Comissão de Educação e Cultura

Relator: Senador Paulo Brossard

Vindo da Câmara dos Deputados, onde tramitou sob o nº 1.889-B, de 1974, chega ao Senado o Projeto de Lei nº 35, de 1975, que "estabelece condições de validação de curso em escola superior não reconhecida".

O art. 1º tem esta redação: "Os concluintes de curso superior de Faculdade, cujo pedido de reconhecimento haja sido indeferido pelo Conselho Federal de Educação, e cujo funcionamento tenha sido por este autorizado, poderão validar o curso perante banca examinadora designada pelo Ministro da Educação e Cultura".

Como se vê, trata-se de situação grave, excepcionalmente grave — uma escola superior autorizada a funcionar, funciona o tempo suficiente para que alguém nela matriculado conclua o curso, embora o Conselho Federal de Educação lhe tenha negado o reconhecimento ou venha a negá-lo quando o curso está a ser concluído. O mau curso, obviamente, pois caso contrário não se poderia entender a decisão do Conselho.

O curso superior é coisa séria e tal situação não pode ocorrer, mas ocorre, e tanto ocorre que o Projeto cuida de repará-la.

Repará-la através de validação perante banca examinadora designada pelo Ministro da Educação a requerimento do interessado.

Do § 1º do art. 1º constam dispositivos estranhos. Diz que "da exigência prevista neste artigo", fica dispensado aquele que, mercê da sentença com trânsito em julgado, tenha logrado inscrição "em Conselho ou entidade equivalente, criados em lei com a incumbência específica da supervisão ética e da disciplina profissional".

O parágrafo sugere desde logo uma observação. Salvo engano, ele só alcançaria estudantes de direito do 4º e 5º anos inscritos na OAB. Inscritos por sentença judicial. Em tal caso, o interessado estaria dispensado "da exigência prevista neste artigo". Ocorre que o artigo não impõe exigência alguma; ao contrário, outorga uma faculdade, a de validar curso feito em escola autorizada mas, após, não reconhecida. Ou a dispensa da "exigência", que exigência não é, significa que a inscrição na OAB (ou entidade semelhante), mercê de sentença, tem o condão de validar o curso?

Parece que esse não é o sentido do § 1º do art. 1º uma vez que, dispõe o art. 2º, "O pedido de validação será endereçado ao Ministro

da Educação e Cultura, acompanhado da prova da conclusão do curso e, quando for o caso, da inscrição no órgão profissional específico".

Quer dizer que podem requerer a validação: a) os que concluíram o curso, *verbis*, "prova de conclusão do curso" e b) os que, não tendo concluído o curso, inscreveram-se na OAB (ou órgão semelhante), por força de sentença?

Aliás, o art. 1º menciona "os concluintes de curso superior"; *concluinte* é brasileirismo registrado por **Aurélio** para designar "estudante que está no último ano do curso, já, portanto, a concluí-lo".

Não menos estranho é o parágrafo único do art. 3º: "Independentemente das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis, será indeferido o pedido de validação apoiado em documentação inidônea ou falsa". É evidente que "documentação inidônea ou falsa" não pode ensejar a autorização ministerial e prova falsa, *ex vi legis*, enseja a responsabilidade. Mas a alusão está a revelar ou a reconhecer a falsidade ou inidoneidade em matéria de funcionamento e conclusão de curso superior, o que é sumamente grave.

A validação seria feita "perante banca examinadora designada pelo Ministro da Educação".

Os "concluintes" ou os "formados" sujeitar-se-iam a exames de todas as matérias do curso? Ou seria um exame sumário para sanar a mácula? O Projeto não diz. Que banca seria essa capaz de examinar todas as disciplinas de um curso? Seria local ou teria de deslocar-se para o local onde funcionou a Faculdade? São questões que o Projeto não resolve.

A admitir-se a providência, o mais razoável seria que a "banca examinadora" fosse constituída por professores de faculdade reconhecida, à escolha do Ministro da Educação e não de qualquer banca de sua escolha.

A inclinação do relator seria opinar contrariamente ao Projeto, mas a gravidade do caso está a indicar a conveniência de ser ouvido o Conselho Federal de Educação que, por certo, há de contribuir com suas luzes para melhor solução da matéria; e ao mesmo tempo o Projeto servirá de advertência acerca do problema criado. Com a autorização de funcionamento de escolas de curso superior sem condições de serem autorizadas, tanto que, após, o Conselho Federal de Educação se vê forçado a negar o reconhecimento dessas faculdades.

Sala das Comissões, 26 de junho de 1975. — **Tarso Dutra**, Presidente — **Paulo Brossard**, Relator — **João Calmon** — **Arnon de Mello** — **Helvídio Nunes**.

#### PARECER Nº 458, DE 1976

Da Comissão de Educação e Cultura

Relator: Senador Paulo Brossard

Em adiantamento ao parecer de 26 de junho de 1975, concluo contrariamente ao projeto em exame, de conformidade, aliás, com o que insinuara então, *verbis*, "a inclinação do relator seria opinar contrariamente ao projeto, mas a gravidade do caso está a indicar a conveniência de ser ouvido o Conselho Federal de Educação que, por certo, há de contribuir com suas luzes para melhor solução da matéria; e ao mesmo tempo o projeto servirá de advertência acerca do problema criado com a autorização de funcionamento de escolas de curso superior sem condições de serem autorizadas, tanto que, após, o Conselho Federal de Educação se vê forçado a negar o reconhecimento dessas faculdades".

Ocorre que a manifestação do Conselho, ainda que coincidente com a opinião do relator, nada de útil trouxe para o exame da matéria.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1975. **Henrique De La Rocque**, Vice-Presidente em exercício da Presidência — **Paulo Brossard**, Relator — **João Calmon** — **Otto Lehmann** — **Adalberto Sena**.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1976.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque.

**O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA — MA.**  
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dele já falou o nobre Senador Danton Jobim com a maestria habitual, dando ao acontecimento a categoria que ele encerra. Solicitou o representante pelo Estado do Rio de Janeiro que parte do expediente da sessão, a ser fixada, do Senado da República, fosse destinada a homenageá-lo condignamente. Então, eminentes Senadores dirão muito sobre quem merece, dos brasileiros, respeito e admiração.

Referimo-nos a Irineu Marinho.

Hoje, dissertamos sobre data tão significativa, levado por razões sentimentais, as mais profundas. Só o coração dita o que vamos proferir.

Não silenciemos para apenas aguardar falas brilhantes nem dia a ser designado. É que a sua vida, sendo um monte de trabalho, entusiasmo e fé, por muitos deve ser enaltecida.

Amanhã, dia 19 de junho, um século de existência faria Irineu Marinho. O Instituto Histórico de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, realizou, em homenagem ao evento, uma sessão. Abertos os trabalhos pelo seu ilustre Presidente, Dr. Guilherme Eppinghaus, falou o Professor Luiz Lacombe, afirmando, com os aplausos dos presentes à reunião, que o homenageado, além de "Grande jornalista, indômito e vibrante", foi também "o batalhador pela causa da Imprensa deixando a sua marca viril nos vários jornais onde trabalhou". Destacou mais a sua "preocupação pela atualização da justiça" que estampava nos jornais que dirigiu informando sempre o povo, com a maior precisão. O Professor Luiz Lacombe disse, e muito bem, algo do muito com que marcou a sua vida profissional o grande Irineu Marinho. Grande ele foi, sim, no entusiasmo com que, da sua profissão, extraiu o melhor que ela pode fornecer para servir à coletividade. Menor ele não foi quando, nascendo em Niterói, o seu berço era, em verdade, a Pátria inteira na visão da sua grandeza. Capaz continuou sendo, porque, como bom peregrino, transitou pelo *Diário de Notícias*, em 1891, então dirigido por Antônio Azeredo, órgão que Rui Barbosa fizera como sua trincheira contra o Gabinete Ouro Preto. Do *Diário de Notícias*, passou a exercer atividades em *A Notícia* e *A Tribuna*, sendo que, no último, iniciou a sua vida como repórter. Assumiu, depois, a Chefia da reportagem e, em seguida, a de Secretário e de Diretor da *Gazeta de Notícias*. Com o seu companheiro Vitorino de Oliveira, fundou, a 18 de julho de 1911, a *A Noite*, jornal com características diferentes dos demais, tornando-o vitorioso com o apreço dos seus leitores. Mas, não parou aí. Marchou para o seu grande empreendimento, doando-nos esse magnífico *O Globo*, editado inicialmente a 29 de julho de 1925. O seu ideal se concretizou, e a meta da sua sublimação transferiu aos filhos, a quem outorgou o privilégio e a graça de construir um grande complexo jornalístico. Dissertar sobre o que significa o jornalismo, como fator de orientação da opinião pública, seria repetir o que ninguém contesta, e todos reafirmam. O importante é determo-nos no significado moral do exercício de tão nobre mister. Luta pela prioridade, pela libertação intelectual do povo, transmitindo-lhe a ocorrência de fatos e comentários que permitem, sobretudo, o seu julgamento ao confronto dos detalhes fornecidos. Irineu Marinho sonhou com a libertação intelectual da gente brasileira.

Desejava vê-la culta e preparada para os embates da vida. E o que é cultura, senão a beleza em pleno esplendor? Ela é a amostragem do saber, num exemplo vivo e liberto do desenvolvimento intelectual de uma nação.

Imprensa é guerra, a mais justa e mais sagrada, contra o obscurantismo mental e a ignorância que estorva o progresso social e econômico da Nação.

E, em falando sobre *O Globo*, relembro-nos o dele no velho prédio de Bitencourt da Silva, com a sua alongada escada, a sua telefonista em seu término e, em nossa recordação, surgem alguns nomes entre muitos dos que, no início de sua jornada, lhe deram o seu entusiasmo e o seu labor.

Euricles de Matos, Herbert Moses, Eduardo Bahouth, Elói Pontes, Horácio Cartier, Manoel Gonçalves, Alves Pinheiro, Odyr do Couto, alguns, que entre tantos, foram pioneiros em sua redação; Pimentel e Lucílio, seus dedicados secretários. Na citação, louvamos a todos que, no presente e no futuro, trabalharam, e labutam no respeitável órgão da Imprensa do Rio de Janeiro.

Mas, não se pode volver a uma página sequer de sua história, sem um destaque merecido para os irmãos Roberto, Ricardo e Rogério. O primeiro, Roberto, falecido o pai que hoje homenageamos, foi convocado para a árdua missão de substituí-lo no comando do vespertino então recém-lançado.

Com raro desprendimento, não aceitou, de vez que entendia que a Euricles de Matos cabia o honroso mister. Mas os três, jamais, deixaram de amar sobretudo o jornal, que era a obra sagrada do pai falecido.

Mas prosseguiram numa batalha que era de todos.

O mais velho, ouvindo os mais moços, e estes atentos, sempre, à experiência do mais velho.

Não sei quem mais poderoso no grande contexto jornalístico que saudamos: se o seu Jornal, as suas Estações de Rádio ou de Televisão.

Mas, o que importa é que toda a organização esteve sempre, e nunca faltará, ao serviço da Pátria. Irineu Marinho e Da. Francisca, por certo, das alturas celestiais, estarão felizes mas vigilantes, para que, jamais, lhes falte os fatores necessários para a jornada a prosseguir, com o respeito da opinião pública que já granjearam. E, quando comemoramos cem anos de nascimento de um brasileiro tão ilustre que, como jornalista, acreditou tanto no futuro da sua trabalhosa profissão, desejamos felicitar a todos os que o ajudaram, desde o dia 29 de julho de 1925, e iniciaram a grande arrancada pelo sucesso da realidade presente que os brasileiros muito enaltecem.

A sua representação em Brasília, sob a Chefia categorizada de Arnaldo Nogueira, velho companheiro, o nosso melhor apreço.

Irineu Marinho, pela altivez de sua alma e nobreza do seu caráter, se mostrou à altura da missão que a vida lhe ditou. Não poupou a tirania, amaldiçoada por Deus. Descrevia, com tintas de fogo, os encantos da virtude, no desejo da sua perenidade. Apeluou para os dogmas do bom senso, como apoio ao coração humano. A manhã, descendo do céu, e passando pelas montanhas, no resvalado das casas, encontrava-o alegre, na sala de trabalho, para a missão do dia. Homem de esperança. Homem de fé. Percorria, com a mesma simplicidade, a rua que o levava à casa modesta no bairro simples como ao palácio erguido na zona aristocrática da cidade. O verbo da vida é lutar, e ele nunca pretendeu sair da sua conjugação. Assim existiu, e de outra forma não morreu. Ele sabia que o mundo é dos afortunados, culpados, inocentes e infelizes. Pelos primeiros sentia satisfação, pelos segundos, compreensão, pelos últimos, alegria e piedade. Este, o retrato do grande brasileiro que homenageamos em hora que do seu exemplo, estímulo e trabalho surgiu a poderosa e tão festejada organização *O Globo*.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA — MA)** — Com muito prazer.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Nobre Senador Henrique de La Rocque, há poucos dias, esta Casa teve oportunidade de se reportar à personalidade de Irineu Marinho, por

iniciativa do nosso eminente colega, Senador Danton Jobim, que, após destacar o trabalho levado a efeito por aquele inolvidável homem de Imprensa, requereu que o Senado dedicasse o expediente de uma das suas sessões àquele vulto inesquecível do jornalismo brasileiro. Na ocasião, solidarizei-me, em nome da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, com o requerimento que foi, obviamente, aprovado por unanimidade, e acredito que, ainda neste semestre, o Senado Federal tributará o preito da sua admiração e reconhecimento a Irineu Marinho. Quando V. Ex<sup>a</sup> presta essa homenagem, em seu nome pessoal, como agora o faz dentro daquele estilo brilhante e fluente que caracteriza os pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>, quero, uma vez mais, reiterar o meu apreço e a minha admiração a Irineu Marinho, cuja obra tornou-se imperecível, em razão do trabalho levado a efeito pelos seus seguidores, entre os quais avulta o Dr. Roberto Marinho, Diretor-Presidente das Empresas de **O Globo**.

**O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA — MA) —** Muito grato, nobre Senador Mauro Benevides, V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida, deu-nos o privilégio de, em nosso discurso, inserirmos um aparte de um nobre representante pelo Estado do Ceará.

De início, assinalamos a homenagem que há de ser prestada, pelo Senado da República, a esse ilustre jornalista falecido, cujo centenário de nascimento comemoramos a 19 de junho, exatamente amanhã.

De nossa parte, era preciso que falássemos, e isso porque já dissemos, em várias oportunidades, que devemos muito a esse vespertino. Em nossa mocidade, freqüentamos tantas vezes a sua redação, subindo essa escada alongada, com a telefonista em seu topo — e à escada e à telefonista referimo-nos com saudosa recordação.

De Roberto Marinho, que nunca nos faltou e que nos deu — é preciso que confessemos — uma cobertura total, quando, pela Previdência Social, passamos a gozar, com muita honra, da sua amizade, bem como a dos seus irmãos. E, mais do que isso, somos admiradores, não só daquele ilustre brasileiro, como também, da sua Organização, a qual, não apenas admiramos, mas com que estamos em débito permanente.

Todos nós, em nossa vida pública, somos devedores da Imprensa. Portanto, de nossa parte, nobre Senador Mauro Benevides, temos que proclamar que devemos um mundo de atenções a duas organizações tradicionalmente conhecidas em nosso País, que são: **O Globo** e os **Diários Associados**.

De modo que a Irineu Marinho e à sua memória, a seus filhos, vivos, e a Assis Chateaubriand, já não mais entre nós, é preciso que declaremos a imensidade da nossa gratidão pelo que fizeram pelo modesto representante do Maranhão que, neste instante, tem a honra de receber o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Mauro Benevides.

Roberto Marinho, herdando a orientação paterna e valorização da sua equipe tão diversificada e da melhor categoria, conceituou, há pouco: "A empresa faz o jornal, mas não é o jornal. O jornal está acima e além da empresa. A hierarquia de valores colocará sempre o jornal, que é a idéia, acima da empresa, que é a circunstância". E prestava, então Roberto Marinho, àqueles que o auxiliaram e que o auxiliam, uma justa homenagem, a todos que o ajudaram na obtenção do sucesso, da vitória.

Eram estas, Sr. Presidente, as considerações que desejávamos fazer, em meu nome pessoal, no dia de hoje, véspera da data em que Irineu Marinho completaria, se vivo estivesse, cem anos de existência. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) —** Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE)** Pronuncia o seguinte discurso: — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

"Precisamos despertar, no povo brasileiro, o sentido da necessidade da prática da educação física, para que ela, ao lado da educação e cultura, tenha também prioridade do Governo" — disse o Ministro da Educação e Cultura, Senador Ney Braga, ao lançar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), mais uma das já numerosas e importantes iniciativas adotadas naquele Ministério, no Governo do eminente Presidente Ernesto Geisel.

O Ministro Ney Braga dirigiu-se a representantes estaduais e presidentes de confederações, federações e clubes presentes à solenidade, realizada no auditório do MEC. Expôs as linhas gerais do Plano, e o fez em linguagem a mais objetiva e realista, como quando afirmou que, para serem alcançados os resultados visados, "é necessário muito mais garra e vontade de fazer o trabalho que dinheiro".

Revelou, o Ministro, seu inteiro conhecimento dos problemas e dificuldades das entidades desportivas, afirmando a necessidade de que todos contribuam, especialmente os meios de comunicação, para a motivação da população, indispensável a que o PNED alcance, de fato, seus ambiciosos objetivos.

"Todos estão mobilizados" — disse o Ministro Ney Braga — "e é necessário destacar a dedicação diária das confederações, federações, clubes, das escolas, das unidades das Forças Armadas, dos governos estaduais e municipais. Esse mutirão tem relevada eficiência e tem honrado as nossas tradições desportivas."

O Plano Nacional de Educação Física e Desportos tem como objetivos gerais, em síntese: aprimorar a aptidão física da população; difundir esta prática na área estudantil; implantar e intensificar a prática do desporto de massa; elevar o nível técnico dos desportos e capacitar recursos humanos necessários às atividades a serem desenvolvidas no sistema desportivo nacional. É o que está dito no Plano correspondendo à análise dele feita pelo Sr. Osny Vasconcelos, seu Diretor-Geral.

Sr. Presidente, demonstração de maturidade com que se agiu no assunto temos no fato de que o PNED só entrará em ação a partir de 1º de janeiro do próximo ano. Até lá, serão realizados seminários em Brasília e no Rio de Janeiro, envolvendo o esporte de alto nível, de massa e estudantil, e distribuindo material de orientação técnica. É um amplo trabalho preparatório, com que se construirão bases sólidas para a execução do Plano propriamente dito. Daí a oportuna observação de Maria Lenck, primeira campeã brasileira de natação, ao dizer que o "PNED é importante porque não é de linha imediatista", pois o Governo não visa a frutos instantâneos, mas conseqüências as mais benéficas a médio e longo prazos.

Pela primeira vez temos uma visão global e integrada do setor esportivo, como tão bem salientou o Brigadeiro Jeronymo Bastos, Presidente do Conselho Nacional de Desportos.

Dentre os projetos constantes do PNED é de salientar o relativo ao Centro Técnico, projeto dos mais sofisticados, de pioneirismo, e concebido de forma a mais realista e objetiva possível.

Importante, também, a criação de novas confederações, o que será estimulado, visando, por exemplo, ao surgimento de confederações de Atletismo, Ginástica, Remo, Natação, Saltos Ornamentais, etc.

**O Sr. Otair Becker (ARENA — SC) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) —** Com muito prazer, eminente Senador Otair Becker.

**O Sr. Otair Becker (ARENA — SC) —** Eminente Senador, sob todos os aspectos, o Plano Nacional de Educação Física e Desportos é digno de encômios. Parabênizo V. Ex<sup>a</sup>, pela feliz oportunidade de abordar este assunto nesta Casa. Devo frisar que à testa da elaboração desse Plano e dos destinos do Departamento de Educação Física e Desportos está um ilustre coestadano, que não tem medido esforços no sentido de nortear, de disciplinar mas, sobretudo, de massificar o Esporte e a Educação Física em nosso País. Daí por que, parabenizando V. Ex<sup>a</sup>, aproveito este ensejo para endereçar minha

saudação, meus cumprimentos ao Ministério de Educação e Cultura e ao Departamento de Educação Física e Desportos, pelo Plano Nacional de Educação Física e Desportos, que entrará em vigor a partir do próximo ano.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE)** — Sou muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Otair Becker, pelo seu depoimento que honra sobremaneira o pronunciamento que faço no dia de hoje.

Sr. Presidente, o Plano Nacional de Educação Física e Desportos é, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes iniciativas do atual Governo, tanto por sua visão global do problema, como por ser de decisiva significação para o Desporto e a Educação Física, estando, ademais, perfeitamente identificado com a Política Nacional de Saúde, de Educação, de Bem-Estar e de Recursos Humanos, dada a importância da atividade física para o desenvolvimento físico-mental da população e utilização nacional do tempo de lazer.

A partir de 1º de janeiro de 1977, terá início a execução do Plano, que, estou seguro, revolucionará por completo a realidade brasileira no tocante ao setor da educação física e desportos! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

**O SR. JOÃO CALMON (ARENA — ES.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Venho trazer a esta Casa o meu testemunho em torno da extraordinária e consagrada manifestação tributada ao eminente Presidente Ernesto Geisel, por ocasião de sua visita, na última semana, ao meu Estado, o Espírito Santo.

Ao longo de toda a minha vida, eu jamais assistira, em Vitória, a uma recepção tão vibrante, mobilizando uma entusiástica multidão, que se comprimia ao longo das avenidas e das ruas, aclamando o Chefe da Nação, enquanto outras milhares de pessoas jogavam, das janelas e das sacadas das casas e dos edifícios, nuvens de papel picado sobre o seu automóvel, no melhor estilo das recepções triunfais em Nova Iorque.

Nesse transbordamento do júbilo do povo capixaba, a nota dominante era a espontaneidade. Não se tratava da clássica recepção programada e executada com requintes de promoção publicitária. O povo se aglomerava ao longo de todo o percurso da comitiva presidencial, não como espectador de uma festa planejada, mas como protagonista de uma excepcional manifestação de gratidão ao Presidente que está concretizando alguns dos sonhos do povo capixaba, inclusive o da implantação de uma gigantesca usina siderúrgica, que envolve um investimento superior a dois bilhões de dólares.

O estadista sereno, de fisionomia severa, que desestima as atitudes demagógicas, que não cultiva e não persegue a meta da popularidade, mas apenas a do cumprimento de seu dever, sentiu-se, de certo, amplamente recompensado de seus esforços em favor da aceleração do ritmo do desenvolvimento industrial do Espírito Santo e da realização de seu programa de desenvolvimento social, traduzido em convênios sobre educação, saúde, Centros Urbanos, habitação, lazer e tantos outros.

Para milhares de capixabas que viam Ernesto Geisel pela primeira vez, visitando a nossa terra como Chefe da Nação, o encontro constituiu, eu diria sem nenhum exagero, uma surpresa extremamente agradável. A imagem do Presidente, em fotografias, no cinema ou na televisão, não lhe asseguraria um prêmio de fotogenia. Sua fisionomia não ostenta, com frequência, um sorriso. Entretanto, pessoalmente, o seu poder de comunicação, a sua capacidade de inspirar simpatia o transfiguram, assegurando-lhe enorme receptividade, que se manifesta através de aplausos incontidos.

Antes de destacar o grande volume e a variedade dos recursos que Geisel destinou ao Espírito Santo, desejo exaltar a sua permanente preocupação de permanecer fiel às diretrizes da Revolução de 1964 de desempenhar, com o rigoroso respeito às boas regras da ética, o

seu papel de Presidente de Honra da Aliança Renovadora Nacional. Nas suas exaustivas peregrinações por todo o Brasil, ele não age apenas como o Chefe do Executivo, que está realizando uma obra administrativa verdadeiramente notável, mas também como um cidadão a quem cabem definidas responsabilidades políticas. É um homem de Partido, com a legítima aspiração de alcançar, nas urnas, uma vitória limpa e inofensável. Foi nessa condição que ele converteu, informalmente, com os seus companheiros do Diretório Regional da ARENA, repetindo a sua pregação democrática já amplamente difundida em outras visitas a numerosos Estados.

Como tivesse considerado que seus irmãos arenistas não estavam suficientemente próximos do seu Presidente de Honra, Geisel pediu-lhes que se acercassem do ponto em que se encontrava, ao lado do dinâmico Governador Elcio Álvares. Foi assim, nesse círculo de família, na base de um íntimo conagraçamento, que o arenista nº 1 falou, com o coração nas mãos, a todos nós, transmitindo-nos sua mensagem de fé e de confiança na combatividade da Aliança Renovadora Nacional e em nossas responsabilidades nos pleitos que se avizinham.

Saímos desse encontro com a convicção de que o ideário da Revolução, de conteúdo profundamente social, poderá assegurar-nos novos êxitos eleitorais. Estamos todos convencidos de que a meta ambicionada pela ARENA é uma ampla e profunda modificação da estrutura da sociedade brasileira, até hoje marcada por chocantes desníveis e contrastes, já qualificados, candentemente, como “uma vergonha nacional.” Essa tarefa não pode realizar-se em poucos anos, como, de resto, o acúmulo de erros e falhas se verificou ao longo de quatro séculos.

Não pretendo cometer a estultície de parecer a monopolizadora do patriotismo e da sabedoria política, a ARENA reconhece as dificuldades impostas pela conjuntura mundial e pelo conseqüente aumento do custo de vida, e se sente espicaçada pelos próximos desafios eleitorais, lembrando aquela comparação hípica: “Se tivesse nascido cavalo, teria sido cavalo de corrida de obstáculos, que se sente estimulado diante das barreiras que encontra.”

Sendo eu, por natureza, inclinado a atuar na planície, cumpro neste Plenário um dever imposto pela minha consciência, ao proclamar que o Presidente Geisel, embora inspirado pelo princípio de que “o político de rotina pensa apenas na próxima eleição, enquanto o verdadeiro estadista se preocupa com a próxima geração”, representa, para todos nós, filiados à ARENA, uma fonte de inspiração e de estímulo, indicando-nos o caminho do esforço indormido em busca da vitória nos pleitos de 76 e de 78, sem poupar sacrifícios, como quem está convencido de que “para descansar nós temos a Eternidade”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Focalizado, embora em poucas palavras, o conteúdo político do pronunciamento do Presidente Geisel ao Espírito Santo, permitam-me destacar a massa de realizações que a minha terra natal lhe fica a dever:

Entre convênios, contratos e editais, foram assinados, em Vitória, pelo Presidente Geisel ou por seus Ministros e Presidentes de Autarquias Federais, 21 atos, totalizando recursos para o Espírito Santo, da ordem de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros:

#### 1. Companhia Siderúrgica do Tubarão

Serão investidos, nesse gigantesco empreendimento, 2 bilhões e 200 milhões de dólares. O capital da empresa é dividido entre a SIDERBRÁS (51%), a Kawasaki Steel (24,5%) e a Flnsider (24,5%).

2. Convênio inicial para a construção da terceira ponte, ligando a ilha de Vitória ao continente, destinado a pagar os estudos de viabilidade econômica, já contratados com o Escritório Técnico Figueiredo Ferraz. A terceira ponte e o acesso rodoviário pavimentado que ligará a BR— 101 do complexo paraquímico de Aracruz custarão 50 milhões de dólares.

3. Aplicação de 380 milhões de cruzeiros de recursos do Governo Federal no biênio 66—67, para melhoria do sistema de transportes em Vitória, Colatina e Cachoeiro do Itapemirim.

4. Abertura dos editais para construção das obras na BR—259, ligando Colatina a Baixo Guandu e a Aimorés, e a ligação Ilha do Príncipe ao Continente. Na BR—259, no trecho Colatina—Divisão Espírito Santo— Minas Gerais, serão investidos 177 milhões de cruzeiros na construção e pavimentação de 52 e meio quilômetros (96 milhões) e construção de 10 pontes com extensão total de 1.609 metros, destacando-se as pontes sobre o Rio Doce, em Colatina, com 650 e 440 metros, respectivamente. As pontes foram orçadas em 81 milhões.

5. Convênio de promessa de refinanciamento no valor de Cr\$ 71.120.000,00, (equivalente a 500 mil Unidades Padrão de Capital — UPC), para implantação de equipamentos urbanos indispensáveis ao complexo petroquímico de Aracruz.

6. Foi programado um total de 251 milhões de cruzeiros de investimentos para Centros Sociais Urbanos em todo o Estado do Espírito Santo, numa Exposição de Motivos dos Ministros do Planejamento, dos Transportes e do Interior ao Presidente Ernesto Geisel.

7. O Orçamento da PORTOBRÁS para 1976 inclui mais de um bilhão de cruzeiros para o complexo portuário do Espírito Santo, distribuídos entre o Cais da Praia Mole, Porto de Capuaba, o Terminal de Celulose de Aracruz, obras de derrocagem de pedras do cais comercial de Vitória, obras do Pátio da Ilha do Príncipe, etc., sem falar nos investimentos de outras fontes: o terminal de Ubu, construído pela SAMARCO, e o futuro porto de Regência, a ser implantado para cargas pesadas, na foz do Rio Doce, pela Companhia Vale do Rio Doce. Tudo isso assegurará ao Espírito Santo dispor da maior concentração portuária da América Latina.

8. Convênios assinados entre o Governo do Estado e o BNH, para a construção de casas destinadas aos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão.

9. Convênios assinados entre o governo do Estado e o INPS, Central de Medicamentos e a CEPLAC.

10. Convênio entre o BNH e o governo do Espírito Santo, através da COHAB, para a urbanização de áreas para 2.100 lotes urbanizados, sendo 1.000 para Vitória, 500 para Linhares e 600 para São Mateus, no valor total de 18 milhões de cruzeiros.

11. Contrato entre o BNH e o Governo do Espírito Santo para a construção da segunda etapa do Projeto Carapina (infra-estrutura para as obras da Companhia Siderúrgica do Tubarão, no total de 80 milhões)

12. Contrato para o abastecimento d'água de Guarapari, no total de 30 milhões.

13. Recursos a fundo perdido, no total de 100 milhões de cruzeiros para despesas de custeio do Governo do Estado do Espírito Santo.

14. Convênio entre o Ministério da Agricultura, CVRD, e os Governos do Espírito Santo e de Minas, no total de 32 milhões de cruzeiros.

Beneficiado por uma substancial massa de recursos financeiros, graças à compreensão do eminente Presidente Ernesto Geisel, o Espírito Santo ainda espera a ajuda decisiva do Governo Federal para a aprovação final da implantação do Estaleiro de Reparos Navais, em Camburi, para a obtenção de financiamento destinado à construção da terceira ponte, ligando Vitória a Vila Velha, para o Porto da Foz do Rio Doce, para a pavimentação da estrada que ligará Afonso Claudio à BR-262, e para a pavimentação da BR-381 e BR-342, de importância vital para o desenvolvimento capixaba.

Na impressionante exposição que o Governador Elcio Álvares fez, no Palácio Anchieta, ao Presidente Ernesto Geisel e aos Ministros das Minas e Energia, dos Transportes, da Previdência Social e da Casa Militar da Presidência e aos demais elementos que integravam sua comitiva, foi destacada a necessidade de ser reformulada a Instrução nº 62/75, que estabelece os limites do endividamento dos Estados e dos Municípios.

Um Estado, como o Espírito Santo, em cujo território estão sendo implantados gigantescos empreendimentos que vão contribuir para reduzir as importações brasileiras de aço e de celulose e para aumentar, substancialmente, as nossas exportações, não pode ficar preso às rígidas limitações de endividamento, como salientou, em seu dramático apelo ao Presidente Geisel, o Chefe do Executivo capixaba.

Incorporo, com o maior prazer, a meu pronunciamento, este histórico documento elaborado por um jovem governador, que é o próprio símbolo do otimismo e da confiança na destinação de grandeza do Espírito Santo. (Muito bem! Palmas.)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOÃO CALMON, EM SEU DISCURSO:*

**"EXPOSIÇÃO DO GOVERNADOR ELCIO ÁLVARES AO PRESIDENTE ERNESTO GEISEL**

Historicamente, o Espírito Santo tem tido sua economia intimamente ligada à monocultura do café. Viveu com ela dias de euforia e com ela teve que compartilhar crises entre as quais se destaca a dos anos 60.

Neste período, em função da erradicação em massa de seus cafezais, a economia capixaba não só perdeu seu principal sustentáculo, como também viu-se na contingência de expulsora da mão-de-obra até então absorvida pelas atividades cafeeiras.

Se de um lado, a crise gerou uma série de problemas financeiros e sociais, de outro, despertou as autoridades estaduais para verdadeiras potencialidades do Estado.

Afinal, equidistante na costa brasileira, transição entre a SUDENE e o eixo dinâmico Rio—São Paulo, estamos vocacionados a promover a conversão e a troca das peculiaridades e serviços, das matérias-primas e produtos nacionais.

Porta ao mar de uma vasta hinterlândia, estamos vocacionados a participar amplamente da abertura nacional para o exterior.

Nesse despertar de vocação latente, lado a lado com o esforço estadual, tem caminhado o apoio do governo da República.

Assim se deu quando das ligações das BRs-262 (Belo Horizonte—Vitória) e 101 (Rio—Vitória—Salvador) que, juntamente com a estrada de ferro Vitória a Minas e com a ligação ferroviária Vitória—Rio, nos retiraram de um isolamento histórico e nos colocaram em contato direto com os grandes centros do País.

E assim foi com a implantação do terminal de Tubarão que deu maior ênfase as nossas vantagens locais para grandes empreendimentos de importância nacional.

Tais vantagens locais aliadas à política de desconcentração do processo de crescimento da economia brasileira, descortinam para a economia capixaba — até agora incipiente — horizontes bem mais promissores.

Primeiro, porque somos o terminal do Corredor Goiás — Minas Gerais — Espírito Santo.

Segundo, porque lado a lado com as usinas de pelotização em funcionamento e em fase de implantação da Cia. Vale do Rio Doce e da SAMARCO, veremos em breves dias a demarcação das obras de construção da Usina Siderúrgica de Tubarão que, antes do final desta década, estará produzindo três (3) milhões de toneladas de *slabs*.

Em terceiro lugar, foi o Espírito Santo o local escolhido pela Aracruz/Celulose e FLONIBRA/CENIBRA para implantação de seus projetos que já em 1978 deverão estar produzindo 400.000 toneladas de celulose branqueada o que deverá representar uma economia de divisas para o País da ordem de 160 milhões de dólares por ano.

Para um Estado até bem pouco vinculado a uma tradição primário-exportadora, esses novos horizontes, trazem no seu bojo o entusiasmo pelos novos dias e o peso da responsabilidade inerente a este processo de crescimento acelerado.

Primeiro porque ao se concentrarem basicamente na área de influência da Grande Vitória, o impacto desses projetos sobre a nos-

sa Área Metropolitana, trarão para o poder público estadual a responsabilidade de não permitir que a falta de equipamentos e serviços urbanos venham a se constituir no principal entrave para o processo de crescimento esperado.

A resposta do Governo do Espírito Santo tem sido imediata.

Assim acontece no abastecimento d'água ao elevarmos nossa capacidade atual de 1.200 litros/segundo para aproximadamente 3.000 litros/segundo até o final do ano.

Assim é no setor de habitação popular, onde até o final do corrente ano o nosso Governo terá adicionado 5.200 habitações e 2.500 lotes urbanizados. Esses números crescem em significado quando os comparamos às 4.000 unidades entregues pela COHAB-ES até março de 1975. (T — 10)

No campo social é de se destacar a atuação do Estado no setor da saúde e da educação onde nosso desempenho tem sido compatível com os programas setoriais do Governo Federal. Cerca de 26% dos Recursos do Orçamento Estadual estão voltados para a rede escolar.

É também significativo o esforço que vem sendo feito na área da promoção social que pode ser avaliado pela assistência que o Estado presta a 128 obras sociais espalhadas pelo Espírito Santo.

Lado a lado ao esforço do Estado de dotar a área metropolitana de serviços básicos, se colocam os programas de assistência ao interior. Em pouco mais de um ano construímos mais de 200 km de estradas, das quais 130 pavimentadas e até o final de 1976 adicionaremos à rede rodoviária estadual mais 100 km de estradas.

No campo da eletrificação rural, estamos desenvolvendo um programa que possibilitará levar energia a mais 4.300 propriedades.

A assistência financeira prestada ao homem do interior, vem, por sua vez, sendo grandemente dinamizada, haja visto que em 1975, os agentes oficiais tornaram efetiva a aplicação de 900 milhões de cruzeiros em crédito rural, o que representa um aumento de 90% em relação ao ano anterior. Este crédito, aliado à assistência técnica dada aos produtores rurais, permitiu que, no período de um ano, a área cultivada obtivesse um incremento de 20 por cento.

Não temos a pretensão de haveremos solucionado todos os problemas que afligem o nosso Estado com as obras mencionadas. Entendemos que elas simplesmente caracterizam a consciência do Governo Estadual para com os problemas que afligem o Espírito Santo.

Essa consciência se expressa no esforço que tem feito o nosso Governo de se racionalizar institucionalmente para um novo e dramático apelo que fez sua história.

Ela também se retrata na política estadual de apoio ao desenvolvimento urbano que se reflete não só na área metropolitana mas está presente nos pólos tradicionais de Colatina e Cachoeiro como também nos centros emergentes de São Mateus, Linhares e Guarapari e Anchieta.

Esse despertar para os problemas urbanos no Estado estão intimamente ligados a uma filosofia de governo que entende ser fundamental a preservação da qualidade de vida. Afinal, ao pretendermos demarrar num processo de crescimento acelerado, não podemos permitir que ele se efetive em detrimento do principal objetivo de toda política governamental, qual seja, o homem.

#### O APELO

- 01 — Estaleiro de Reparos Navais
- 02 — Programa Especial para o Espírito Santo — continuar apoio CMPU/SAREM/EBTU — e limites endividamento (62/75)
- 03 — Terceira ponte e ordenamento Grande Vitória
- 04 — Porto Foz Rio Doce
- 05 — BR's 381 e 342

#### ABASTECIMENTO DE AGUA

CESAN - PLANASA

PERÍODO	PRODUÇÃO	INVESTIMENTOS
ATÉ 1975	1.300 L/SEG.	Cr\$160MILHOES
1976	3.000 L/SEG.	Cr\$100MILHOES
ATE 1979	5.000 L/SEG.	+ Cr\$300MILHOES

#### POPULAÇÃO ATENDIDA:

ATÉ 1975 ---- 350.000 HABITANTES ---- 75% População Urbana

ATÉ 1980 ---- 1.000.000 HABITANTES ---- 80% População Urbana

#### A PARTICIPAÇÃO DA CAFEICULTURA CAPIXABA

#### PRODUÇÃO ( milhões de sacas )

ANO	BRASIL	ESP. SANTO	ES/BR (%)
1960	39,6	1,9	4,8
69	20,6	0,5	2,4
74	28,1	1,4	5,0
76	2,2	1,5	18,3

#### COMPLEXO PARAQUÍMICO

DISCRIMINAÇÃO	INÍCIO DE OPERAÇÃO	CAPACIDADE	INVESTIMENTO	MÃO DE OBRA
ARACRUZ — FLORESTA — CELULOSE	77/78	52.000 ha 400.000 ton/ano	US\$ 450 milhões	2.000 500
CVRD — FLORESTA — CELULOSE	?	50.000 ha 800.000 ton/ano	US\$ 870 milhões	5.000

HABITAÇÃO POPULAR  
COHAB - INOCOOP-ES

PERÍODO	DISCRIMINAÇÃO	HABITAÇÕES	LOTES URBANIZADOS	TOTAL
1965/74	CONSTRUÍDA	6950	—	6950
1975/76	CONST. /EM CONSTRUÇÃO	8300	2500	10800
1977/79	VIABILIZADA	12.000	3.500	15.500

COMPLEXO SIDERÚRGICO

DISCRIMINAÇÃO	Início de operação	Investimentos US\$ milhões	Capacidade de produção	Empregos diretos
Usina Siderúrgica				
1a. Fase	79	2.300	3 milhões ton.	4.500
2a. Fase	82	3.800	6 milhões ton.	7.500
Cofavi	77	500	0,36 milhões t.	1.600
Pelletizadora				
CVRD	77/79	330	17 milhões ton.	2.400
SAMARCO	77	190	5 milhões ton.	450

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estamos quase chegando ao marco preciso do meio do ano e ainda publicado não foi o relatório anual do Banco Central referente a 1975. Esse relatório, de acordo com a tradição, coincide com o número de março do Boletim Mensal do referido estabelecimento bancário.

Esta demora, tão grande e inédita, já deu o que falar a alguns comentadores dos fatos econômicos. Ela sugere dificuldades que se procuram contornar, dessa ou daquela maneira.

O fato é, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que tarda em demasia o conhecimento dos números finais relativos aos recordes da economia brasileira, do ano de 1975.

Eu, particularmente, tenho grande curiosidade em conhecer o relatório do Banco Central, do ano de 1975, relativamente a dois aspectos, que são sempre expostos nos relatórios anuais do nosso BC. Primeiro eu gostaria de saber qual teria sido a evolução dos coeficientes de vulnerabilidade e de proteção. Esses coeficientes, como sabem os nobres Colegas, medem, como o seu próprio nome indica, a vulnerabilidade e a proteção do endividamento externo do Brasil. Assim é que o coeficiente de vulnerabilidade, na própria definição do boletim, mede "a percentagem das exportações que deveria ser desviada para o atendimento do serviço da dívida, depois de utilizada a componente financeira das reservas internacionais, na hipótese extrema de que cessasse a entrada de empréstimos e financiamentos".

Ora, em relação ao ano de 1974 — estou aqui com o relatório deste mencionado ano — o coeficiente de vulnerabilidade foi superavitariamente ótimo, porque negativo foi ele — menos 29% ou seja, não houve vulnerabilidade alguma. Segundo esse relatório, em 1970, a vulnerabilidade era 48%; em 1971, a vulnerabilidade decresceu para 39%; em 1972, decresceu para 35%; em 1973, decresceu para menos 9% e, em 1974, menos 29%. Então, segurança absoluta.

Quanto ao coeficiente de proteção, este, inversamente, quanto maior o índice de proteção maior é, obviamente, a dita proteção ao endividamento. Assim é que a evolução do coeficiente de proteção foi: em 1968: 18%; 1969: 31%; 1970 - 27%; 1971 - 43%; 1972 - 55%; 1973 - 43% e 1974 - 61%.

Já tive a oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de me referir à falácia desses coeficientes, porque, no meu modesto entender, eles são demasiado arbitrários e não refletem, exatamente, o perigo sobre o endividamento externo.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL)** — Pois não.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Esses coeficientes que V. Ex<sup>a</sup> acha arbitrários, são aqueles internacionalmente adotados pelas nações mais adiantadas para avaliar o que de vulnerabilidade, o que de proteção oferece o seu comércio externo.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL)** — Muito obrigado, Senador, mas eu diria que "até aí morreu Neves", porque, justamente agora estamos tratando de aproveitar o nosso xisto. Poderíamos...

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Eminentíssimo Senador...

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL)** — ... — com licença, deixe-me terminar, por favor — simplesmente copiar o processo russo, já consagrado há dezenas de anos, ou copiar um processo americano. E, no entanto, não fizemos nada disso. Enveredamos por um processo, eminentemente nacional, pondo nossa criatividade a funcionar do que resultou um processo brasileiro. Então, com isso quero dizer que nem tudo o que o estrangeiro faz é digno de ser imitado aqui no nosso País. Ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Eminentíssimo Senador, não dizemos que seja digno de ser imitado, V. Ex<sup>a</sup> afirmou que eram

coeficientes arbitrários. Enfatizamos apenas que não. Esses coeficientes que são tomados, são aqueles — vamos repetir — utilizados internacionalmente. Quanto ao xisto, V. Ex<sup>a</sup> sabe melhor do que nós, engenheiro que é, o processo de extração do xisto brasileiro não poderia ser copiado do russo ou do americano, dada a grande diferença da percentagem de óleo existente na rocha pirobetuminosa, cá e lá considerada.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL)** — Nobre Senador Virgílio Távora, vou mais além na minha tentativa de justificar porque qualifico de falaciosos esses coeficientes. Em 1974, a nossa dívida externa, em relação a de 1973, aumentou de — em números redondos — quatro bilhões de dólares; as nossas exportações aumentaram apenas em dois e meio bilhões de dólares. Mas, paradoxalmente — e aí é que vem o paradoxo — o coeficiente de vulnerabilidade melhorou, passando de menos 9 para menos 29. Então, diminuiu extraordinariamente a vulnerabilidade. Como é que pode ser isso: aumenta a dívida e nós ficamos mais invulneráveis? O coeficiente de proteção, a mesma coisa, de 43 passou para 6. Então, quanto mais se deve menos invulnerável e quanto mais se deve mais protegido? Isso me parece paradoxal.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Mas, eminente Senador, se a pergunta nos é feita, justamente V. Ex<sup>a</sup> vê que esses coeficientes são aqueles que levam em conta não apenas o aumento de dívida. Então, à proporção que os anos passassem, se as dívidas aumentassem, a nossa vulnerabilidade devia aumentar e a proteção diminuir, o que em País nenhum do mundo acontece. Exatamente. Temos que levar em conta a nossa capacidade de exportação, as nossas reservas e então as relações existentes obtidas, seja no coeficiente de vulnerabilidade — citado por V. Ex<sup>a</sup> — seja no coeficiente de proteção, mostram que ante estes diferentes fatores estamos mais ou menos vulneráveis, menos ou mais protegidos. Aumentar a dívida: se aumenta a exportação não precisa que se aumente a exportação na mesma quantidade numérica da dívida para que essa vulnerabilidade diminua. É uma questão — V. Ex<sup>a</sup> que é engenheiro como nós — vamos dizer, de números, de aritmética. Agora, esses coeficientes não foram inventados por nós, não foram inventados pelas autoridades brasileiras. São aqueles adotados pelas autoridades monetárias nos mais diferentes países do Globo para, justamente, calcular a sua vulnerabilidade e a sua proteção face ao movimento de capitais externos. Isto, não tenha a menor dúvida, não pode sofrer contestação, não foi inventado.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL)** — Quanto ao nobre Senador Virgílio Távora dizer que são adotados pelas mais avançadas nações, me parece um tanto temerária essa afirmação, em que pesem os largos e vastos conhecimentos de V. Ex<sup>a</sup> mas, pelo menos, não o vejo manipular os relatórios dos Bancos Centrais referentes...

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Eminentíssimo Senador, é só verificar os relatórios do FMI.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL)** — ... à Inglaterra, aos Estados Unidos, à França, à Alemanha. Parece-me que são simples palavras, perdoe-me V. Ex<sup>a</sup> E tanto mais que há outro coeficiente, este constantemente lembrado pelo Sr. Ministro da Fazenda e também figurando tradicionalmente nos relatórios anuais do Banco Central, cujo resultado discrepa desses dois: é o coeficiente dívida líquida/exportações. Está aqui o gráfico, vêem os eminentes colegas como esse coeficiente vem diminuindo desde 1968 até 1973. Em 1973 tivemos o ponto mais baixo, o coeficiente igual a um. Mas já em 1974 ele subiu para 1,30, portanto, a proteção diminuiu e a vulnerabilidade aumentou, contrastando com os dois outros coeficientes.

Ninguém é bom juiz em causa própria e muito menos eu. No entanto, persisto em julgar falazes os coeficientes de vulnerabilidade e o de proteção.

Outro ponto do boletim do Banco Central que excita a minha curiosidade em saber os números finais relativos a 1975, é quanto à parcela "Erros e Omissões".

Tenho em mãos o Boletim do Banco Central de fevereiro deste ano, que traz apenas resultados parciais do ano anterior, ou seja, de 1975.

A parcela "Erros e Omissões" relativa ao balanço parcial até junho, é de 527 milhões de dólares. É muito erro, é muita omissão, eminentes colegas. Mas já no balanço referente a setembro, o montante baixou para 427 milhões, ainda muito ponderável.

No entanto, não é este, ainda, o número final relativo ao ano de 1975.

Aqui, o jornalista Klaus Kleber, que sempre escreve no *Jornal Gazeta Mercantil*, de São Paulo, analisando resultados parciais, e, justamente, o Boletim de outubro do Banco Central do Brasil, diz o seguinte:

"A análise do balancete do Banco Central de outubro mostra uma recuperação das reservas monetárias, que no espaço de um mês aumentaram US\$ 325,5 milhões. Essa evolução poderia ser o resultado de muitos fatores: redução do déficit comercial ou de serviços, um novo surto de confiança da comunidade internacional na economia brasileira, etc. Infelizmente não se trata bem disso. Ao que parece, a correção de um erro de estratégia representa o fator principal.

A pista está no item "Erros e Omissões" do balanço de pagamentos do primeiro semestre (publicado no boletim de outubro do Banco Central, que acusa o surpreendente total de US\$ 535,3 milhões. Este é um item, como o nome indica, para acertos de contas, uns acertos de contas, um quebra-galho utilizado por todos os bancos centrais do mundo para que o balanço se equilibre no sentido contábil. Mas, normalmente, esse acerto é de proporções reduzidas. Um "erro" de US\$ 500 milhões em um semestre é tanto mais estranho em vista do fato de que o balanço só registrar o total de US\$ 27,2 milhões nessa rubrica no balanço do ano passado."

Então, o jornalista Klaus Kleber apresenta essa rubrica "Erros e Omissões" como uma reserva estratégica dum sistema de vasos comunicantes, onde se aumenta uma rubrica para não despertar muita atenção, em benefício de outra, cujo volume não é muito notado.

Pessoalmente, meus conhecimentos não me autorizam a endossar ou rejeitar a tese de Klaus Kleber. Por isso gostaria de ter ciência dos números finais do boletim do Banco Central.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> mais um aparte esclarecedor? (Assentimento do orador.) — Comprometemo-nos com V. Ex<sup>a</sup> a trazer exatamente a discriminação dos "Erros e Omissões" que, justamente, traduzem a diferença entre o que realmente é registrado no Banco Central e aquilo que a CACEX recebe em guias de importação e exportação. Forneceremos tudo isso detalhado a V. Ex<sup>a</sup> Aqui foi feita alusão a que, realmente, anos anteriores, em abril, o Banco Central apresentava o seu relatório. Houve um atraso. Efetivamente o fato existiu. O relatório está na gráfica e esperamos, dentro de uma semana, ou semana e meia, satisfazer a curiosidade de V. Ex<sup>a</sup> Assim como pretendemos, talvez, ainda hoje, dar esclarecimentos maiores a V. Ex<sup>a</sup> sobre o coeficientes de proteção e de segurança em sua quantificação para 1975. Mas, não deixaríamos de passar a ocasião para afirmar a V. Ex<sup>a</sup> que não é de hoje, é uma prática adotada pelo Banco Central, sempre dar aquele nível de reservas e, principalmente, o nível de endividamento com os três meses de defasagem. Porque o Brasil é um dos raros países do mundo que utiliza a chamada *full disclosure*, isto é, quando aparece a dívida externa de vários países, são adotadas apenas as dívidas do

poder público. Nós adotamos, aliás, muito acertadamente, o sistema de apresentar as dívidas externas globais do País, quer dizer, — do poder público e privadas. Mais ainda, quando se afirma que houve uma queda brusca de reservas no primeiro trimestre deste ano, temos a adiantar — aliás, já confirmado pelo próprio Ministro Simonsen, em entrevista dada à televisão — que os dados aqui por nós apresentados, há duas semanas atrás, estão rigorosamente certos, isto é, o nível de nossas reservas, que no fim do ano passado estava na ordem de grandeza de 4 bilhões de dólares, que depois desceu de fevereiro para março à ordem de grandeza de 3 e meio bilhões de dólares, no momento se acha na mesma altura de dezembro do ano passado, isto é, 4 bilhões de dólares.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL)** — Na verdade, eminente colega, as reservas não estavam em causa, absolutamente, mas mesmo assim eu discrepo dos números que V. Ex<sup>a</sup> deu.

As reservas vão, atualmente, apenas a 3 bilhões e 200 milhões de dólares, porque, quando se fala em reservas, não se pode considerar como tal aquelas parcelas comprometidas, das quais o País não pode lançar mão, por sua qualidade de sócio do FMI. Há três parcelas absolutamente imutáveis: uma é a fatia-ouro no FMI, outra é a parte dos Direitos Especiais de Saque, constituída de duas parcelas, uma das quais em ouro.

Então, no momento, até prova em contrário, os números verdadeiros são os apreciados mais recentemente nos jornais, segundo os quais o Brasil dispõe, apenas, neste momento de 3 bilhões e 200 milhões em reservas conversíveis.

Mas passemos adiante.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Eminente Senador Luiz Cavalcante, afirma o Governo, por nossa voz, que são 4 bilhões de dólares e vamos trazer aqueles documentos, os mais hábeis, que possam dizer isso, a não ser que V. Ex<sup>a</sup> os considere como não válidos e não merecedores de fé.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL)** — Pois não, eu os cotejarei com os meus próprios documentos, que são extraídos das folhas dos jornais. Já disse aqui e repito agora: sou aluno da universidade da imprensa, os meus livros, as minhas apostilhas, são o que eles publicam diariamente nos jornais; quando eles erram eu erro também, porque modéstia à parte, sou bom aluno da imprensa. Quando acertam eu também acerto.

São com os números da imprensa que eu trabalho, tão verazes, detêm tanta credibilidade quanto os números oficiais que o Senador Virgílio Távora se propôs trazer a este Plenário.

Não posso deixar passar sem registro as palavras do Senador Virgílio Távora tentando minimizar, os "Erros e Omissões". Não sei se os eminentes colegas procederiam como eu: se no meu contracheque mensal, por erro ou omissão, lá da pagadoria, deixasse de em ser consignada uma parcela correspondente a meio por cento — que é a quanto esses 450 milhões de dólares correspondem no balanço de pagamentos, se em deixasse de ser consignado isso, no meu contracheque, eu estralaria. Gostaria que o Senador Virgílio Távora estivesse presente, para ele me dizer se ele próprio também não estralaria. Porque acho muito ponderável um erro desse vulto.

Com esses exemplos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretendia apenas explicar a minha curiosidade em saber os números definitivos da economia nacional, referentes ao ano passado, que só serão conhecidos, oficialmente, através do Relatório Anual do Banco Central.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 276, DE 1976**

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal:

Requeiro a Mesa, nos termos do art. 195, item I e II, letra "e" nº 1 do Regimento Interno, que seja incluída na Ordem do Dia o Projeto nº 15, de 1975, de minha autoria que:

"Disciplina o exercício de cargos executivos ou de assessoramento em empresas transnacionais por parte de ocupante de cargos públicos civis e militares aposentados, da reserva ou reformados, e dá outras providências."

Sala das Sessões, 18 de junho de 1976. — **Senador Paulo Guerra.**

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — O requerimento lido será encaminhado à Presidência.

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Cattete Pinheiro — Danton Jobim — Orestes Quêrcia — Lenoir Vargas.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Está encerrado o período destinado à Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

**Item 1:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 260, de 1976, do Senhor Senador Accioly Filho, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 109, 112 e 119, de 1976, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que acrescentam dispositivos à Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Presidente fará cumprir a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — **Item 2:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 263, de 1976, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Geraldo Azevedo Henning, em comemoração ao aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

**É A SEGUINTE A ORDEM DO DIA DO MINISTRO DA MARINHA:**

"A importância do mar ressalta na formação da nacionalidade brasileira e ao longo da nossa História.

Pelo Atlântico chegaram o colonizador e os invasores e circularam os elementos que amalgamaram a Pátria surgente. A conquista da Independência e a consolidação da nossa soberania se alcançaram através de ações no oceano e foi sem dúvida uma sadia mentalidade marítima que nos colocou entre as grandes Marinhãs do século passado.

A Batalha do Riachuelo, que hoje comemoramos, representa o emprego do poder naval na preservação da segurança nacional, em circunstâncias singulares.

Pela primeira vez na História, defrontavam-se em caráter decisivo duas esquadras movidas a vapor. Tal encontro, paradoxalmente, ocorreu entre nações irmãs, no coração do Continente sul-americano.

De um lado, a Força Naval Paraguaia, guarnecida por gente tenaz e combativa, animada do mais acendrado patriotismo.

Do outro, a Esquadra Imperial Brasileira, composta, no dizer do Duque de Caxias, por "chefes, comandantes, oficiais e praças que, pelo zelo, inteligência, boa vontade e abnegação, por seu procedimento e bravura, prestaram à campanha relevantíssimos serviços".

Dos diários de bordo, bem como dos relatórios e memórias dos participantes da batalha, emergem feitos grandiosos, cuja lembrança toca-nos a sensibilidade e exorta-nos ao cumprimento do dever.

O capitão do Exército Pedro Afonso Ferreira, ao lado da guarda-marinha João Guilherme Greenhalgh, preferindo morrer a permitir a desonra do pavilhão nacional; o capitão-tenente Bonifácio Joaquim de Santana, denodado comandante da corveta Beberibe, que viria a falecer dois dias depois, no seu posto de combate, operando prodígios durante a refrega; o heróico marinheiro Marcílio Dias esvaindo-se em sangue na luta a sabre contra quatro paraguaios, e a coragem e capacidade Impares dos chefes Barroso e Tamandaré, que tão bem souberam dignificar o seu uniforme de botões d'ancora, são motivos de admiração e orgulho para todos aqueles que tivemos o privilégio de nascer na terra de Santa Cruz.

Passado mais de um século, a lembrança da batalha, que engrandeceu a todos que dela participaram, faz-nos concluir que o sangue nela derramado, longe nos separar do antagonista de então, serviu para cimentar a união entre os dois povos. De fato, estamos hoje empenhados, com todas as nações do Continente americano, em construir uma comunidade livre de preconceitos e hegemonias, fundamentada nos princípios cristãos que nos legaram os ancestrais.

Que a effigie augusta de Tamandaré, cunhada na medalha de bronze com que hoje homenageamos aqueles que contribuíram para o fortalecimento das tradições navais, sirva-nos de estímulos e inspiração, na tarefa ingente de conservar a Marinha eficiente e disciplinada, compatível com o destino grandioso do Brasil."

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1974 (nº 164-B/74, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1973, tendo

**PARECER**, sob nº 430, de 1976, da Comissão — **de Finanças**, favorável com voto em separado do Senhor Senador Mauro Benevides.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (MDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na Sessão Legislativa passada, a apreciação das contas do Senhor Presidente da República, referentes ao exercício de 1973, suscitou amplo debate na Comissão de Finanças desta Casa, quando o eminente Relator, Senador Virgílio Távora, deu a conhecer o seu parecer em torno daquela importante matéria.

Defendeu S. Exª um ponto de vista eminentemente doutrinário, segundo o qual a manifestação daquela Corte especializada era, reconhecidamente, indevido, extrapolara o âmbito da competência legal em que deveria estribar-se, tendo em vista o que preceituava, de modo expresse, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

Insurgindo-me contra o ponto de vista daquele preclaro Senador, procurei mostrar que o Ministro Baptista Ramos estava absolutamente certo ao analisar as contas do Senhor Presidente Emílio

Garrastazu Médici, fazendo-o, não apenas sob o aspecto contábil e formal, mas estendendo-o até à avaliação dos dados obtidos durante o exercício, como conseqüente exame da política econômico-financeira cumprida durante o ano de 73.

Destaque-se, nesta oportunidade, que o Ministro Baptista Ramos criticou, acerbamente, a política econômico-financeira do Governo, com dados que recolheu do Balanço Geral da União e de outros documentos oficiais, submetidos à apreciação daquela Corte de Contas.

No voto em separado que então dei a conhecer, procurei indicar argumentos que justificassem o meu ponto de vista, e mencionei, inclusive, trabalho da autoria do Ministro Golbery do Couto e Silva, atual Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, e que exerceu, com muito brilho, o cargo de Ministro daquela Corte especializada, quando defendeu, clara e explicitamente, essa competência para o Tribunal de Contas da União.

Dizia, Sr. Presidente, o Ministro Golbery do Couto e Silva, sobre o assunto:

"O controle a cargo do Tribunal, ao contrário, politicamente neutro, deve ser o controle sobretudo técnico, com largo apelo à quantificação e mesmo à computação eletrônica, desdobrando-se em três perspectivas intimamente entrelaçadas: a jurídico-legal, a contábil a *stricto sensu* e a pragmática, que avalia os resultados de fato alcançados pela administração pública, comparando realizações e projetos, execução e programação, para medir o rendimento e as eficiências dos agentes públicos, entidades e pessoas."

Se no ano passado, Sr. Presidente, dúvida perdurava em torno desta matéria, o que se viu da posição adotada pelo Tribunal de Contas foi a reiteração da diretriz defendida pelo Ministro Baptista Ramos, nos pareceres de autoria do Ministro Luiz Gallotti, referente ao exercício de 1974, e, já este ano, do Ministro Glauco Lessa, alusivo a 1975.

O Tribunal de Contas ampliava, assim, dentro de uma habitualidade que, forçosamente, dificultará a sua contestação, a competência que diz possuir para examinar, sob esse aspecto, as contas do Chefe do Poder Executivo.

Apenas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, registra-se uma diferença entre os pareceres Baptista Ramos e os prolatados pelos eminentes Ministros Luiz Gallotti e Glauco Lessa. Enquanto o Ministro Baptista Ramos condenou, com a maior veemência, criticou, com toda incisividade, a política econômico-financeira do Governo, o mesmo não foi feito pelos eminentes Relatores, que reconheceram, em seus respectivos pareceres, o acerto do trabalho desenvolvido pelo Governo no campo econômico e financeiro.

Ora, Sr. Presidente, diante da divergência suscitada no ano passado, no âmbito da Comissão de Finanças, entendi que seria oportuna a apresentação de um projeto de lei, para que não mais se apontasse o TCU como infringente da limitação de sua competência, expressa na respectiva Lei Orgânica. E tanto isso é verdade que, no mês de dezembro, já prestes a expirar o período de funcionamento do Senado Federal, submeti à consideração desta Casa um projeto modificando o art. 29 daquele Diploma, a fim de tornar explícita e obrigatória essa análise da política econômico-financeira do Governo, por parte do Tribunal de Contas da União.

Sei que a minha proposição, naqueles instantes derradeiros da Sessão Legislativa passada, foi encaminhada à douta Comissão de Constituição e Justiça, que tem a incumbência regimental de apreciá-la, para permitir a sua tramitação, em seguida pela Comissão de Finanças, até ser submetida à apreciação do plenário da Casa.

Acredito, porém, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que aquela dúvida não mais persistirá. Agora mesmo, porque nos defrontamos com uma situação de fato; é o próprio Tribunal de Contas que, em três anos sucessivos — em 1973, com o Parecer Baptista Ramos; 1974, com o Parecer Luiz Gallotti; 1975, com o Parecer Glauco

Lessa — admite e reconhece como indispensável essa apreciação da política econômico-financeira do Governo.

Diz, por exemplo, o Ministro Glauco Lessa, no Parecer que ainda deverá ser objeto de apreciação da Comissão de Finanças do Senado, em suas palavras preliminares o seguinte:

"O exame das contas do Governo da República talvez se restringisse, em épocas passadas, praticamente à verificação da legalidade dos procedimentos na arrecadação da receita prevista e na realização da despesa fixada na Lei de Meios.

Entretanto, a partir das modernas técnicas orçamentárias incorporadas à nossa vigente estrutura institucional, o exame das contas globais do Governo constitui, acima de tudo, uma avaliação dos gastos públicos e uma apreciação do desempenho da máquina administrativa no cumprimento das metas e prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento, documento básico que orienta a prática do planejamento permanente, flexível e dinâmico, capaz de ser adaptado às circunstâncias emergentes."

Ora, Sr. Presidente, torna-se irreversível a nova posição assumida pelo Tribunal de Contas, já em 1976, ao apreciar as contas do exercício pretérito, da mesma forma como ocorreu em 1975, quando coube ao Ministro Luiz Gallotti apreciar as contas pertinentes ao exercício de 1974.

Entendi, portanto, Srs. Senadores, ser do meu dever vir à tribuna, neste instante, para enfatizar uma vez mais esta orientação que me propus defender nesta Casa, nesta Casa que tem o Tribunal de Contas como seu órgão auxiliar, e que, não dispondo daqueles requisitos técnicos, indispensáveis, para uma avaliação em profundidade, teria, como terá, de se socorrer desta apreciação, desse exame abalizado, aprofundado feito pela nossa Corte de Contas, decidindo, afinal, soberana e conclusivamente. Acredito mesmo que, a partir deste exercício, aquela dúvida que persistiu durante a Sessão Legislativa passada não terá mais condições de ser reiterado, nem no âmbito da Comissão de Finanças, nem mesmo diante deste Plenário.

Estas considerações, Sr. Presidente, senti-me na obrigação de tecê-las, nesta oportunidade em que são apreciadas as contas do Presidente Emílio Garrastazu Médici, referentes ao exercício de 1973, com voto em separado, que, então, dei a conhecer no âmbito da Comissão de Finanças e que, nos termos regimentais, se incorpora às demais peças do Projeto de Decreto Legislativo nº 28/74.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** (ARENA — CE — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostamos bastante, talvez pela nossa formação de origem, seja de engenharia, seja de militar de Estado-Maior, de agir em termos cartesianos na maioria das situações com que se nos defrontamos, máxime quando analisamos problemas que nos são presentes.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não somos juristas, mas não há argumentação que nos faça sair da convicção de que possuídos somos de ser o Tribunal de Contas da União, segundo a definição constitucional, um órgão auxiliar do Poder Legislativo, a Corte maior de contas do País, cuja destinação básica é, justamente, o exame de contas. Atribuir-se ao Tribunal de Contas, por cima do Congresso, por cima do Executivo, o julgamento, se por exemplo está certo ou não o modelo adotado pelo País, após estar ele inserto num Projeto de Lei mandado pelo Executivo ao Legislativo, por este examinado e aprovado, Sr. Presidente, seria reconhecer que existe — aí sim — um superpoder neste País. Bem ou mal, certo ou errado, não vamos aqui discutir, o mérito, ficamos na preliminar; existe uma política definida num documento que é Lei, Lei esta resultante — vamos tornar a repe-

tir — de Mensagem enviada pelo Poder Executivo ao Legislativo e por este aprovada; criticá-la, opor-lhe restrições seria a mesmíssima coisa que atribuir-se a exame de S. Ex<sup>ts</sup> os Srs. Ministros a justeza ou não de leis outras administrativas, deste País, que não estivessem de acordo com aquilo que pensa o Tribunal de Contas.

Se justamente o eminente Relator acha que está errado o I Plano Nacional de Desenvolvimento, S. Ex<sup>a</sup>, que aliás participou da votação deste Plano — e aqui gostaríamos de não colocar a questão em termos pessoais — há de convir que não é este poder que não o Legislativo aqui subordinado que vai ter a necessária competência para dizer se aquele diploma legal está certo ou errado. Ao que nos conste, não existe essa competência atribuída àquele Tribunal de Contas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, isso é o que diríamos quanto aos reparos aqui feitos pelo eminente Vice-Líder do MDB que, aliás, fora essas restrições, aprova, como de resto toda a Comissão de Finanças do Senado, o parecer prévio dado às contas de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e que já teve a sanção da outra Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não iríamos, aqui, roubar o tempo de V. Ex<sup>ts</sup>, para respigar os tópicos mais importantes de um documento que, no original, chegou a 195 páginas, e, na publicação feita pela Gráfica do Senado, atingiu a 190, praticamente o mesmo número. Apenas diremos que, conscientemente — talvez um pouco utilizando palavras já muito difundidas, nesta Casa, — beneditinamente, procuramos, item por item, compulsar o relatório da Inspeção Geral de Finanças, do Ministério da Fazenda, e aqueles dados maiores que informavam o parecer do Tribunal de Contas.

Sr. Presidente, face à exatidão dos números, à exação com que se houve no exercício da Magistratura suprema deste País o eminente General Emílio Médici, no ano de sua Administração, que aqui é apreciada, nós da Maioria, somos pela aprovação — como não poderíamos deixar de ser — das Contas do Governo da República relativas a 1973.

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Continua em discussão o projeto.

Se ninguém mais quiser discuti-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. O projeto vai à Comissão de Redação.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — **Item 4:**

*Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1976, do Senhor Senador José Lindoso, que dispõe sobre a indicação de candidatos a cargos eletivos nos municípios onde os partidos políticos não constituíram Diretórios Municipais e dá outras providências, tendo*

**PARECER** favorável, sob nº 433, de 1976, da Comissão — de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto, em segundo turno.

**O Sr. Itamar Franco** (MDB — MG) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (MDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senador José Lindoso propõe modificação na legislação eleitoral.

Sem entrar no mérito do projeto, por princípio sou contra qualquer modificação na legislação eleitoral praticamente às vésperas das eleições.

Estranho mesmo, Sr. Presidente, que o projeto, apresentado em 1º de junho de 1976, já figure na Ordem do Dia. Quero até, cumprimentar o ilustre Senador José Lindoso pela velocidade com que S. Ex<sup>a</sup> conseguiu a tramitação da matéria, já que, em março deste ano, apresentava eu, sem o mesmo sucesso, um projeto de lei visando impedir que o Executivo procedesse a qualquer modificação na legislação eleitoral um ano antes das eleições.

É verdade que o Senador José Lindoso, na sua justificação, alega que, se não houver eleições em determinados Municípios, esses mesmos Municípios serão administrados por interventores nomeados pelos governadores dos Estados. Mas, dentro dessa linha de coerência, estranho que a nossa legislação eleitoral a cada dia se torne mais casuística, haja vista que vamos discutir, dentro em breve, numa Comissão Mista, aquilo que se denominou "Projeto Falcão", que proíbe o acesso à televisão e ao rádio dos candidatos inscritos nos próximos pleitos.

Sou contra essas modificações, ainda mais quando é o próprio Senador que diz que seu projeto foi inspirado numa experiência de 1972. Notem bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o ilustre Senador José Lindoso inspirou-se em 1972 e só agora, às vésperas do pleito municipal, apresenta esta proposição, cujo mérito não estamos discutindo, estamos discutindo o aspecto casuístico dessas modificações, lembrando mais uma vez que, em março, antes desse projeto, encaminhei à Mesa proposição visando impedir o Governo Federal de proceder a modificação na legislação eleitoral um ano antes das eleições.

Essa é a razão pela qual, por coerência, por princípio, votarei contra o projeto ora em discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Continua em discussão o projeto.

**O Sr. Virgílio Távora** (ARENA — CE) — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, para discutir o projeto.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** (ARENA — CE) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Vamo-nos permitir dar algumas luzes ao Plenário a respeito deste Projeto. E não temos a pretensão, em sendo Engenheiro, de fazê-las, *sponte* nossa, fruto de nossos conhecimentos, mas apenas uma pequena citação.

"A proposição em exame vem permitir que, em numerosos municípios, os dois Partidos ensejem aos filiados o direito de escolher seus candidatos a prefeitos e vereadores, ainda este ano, eis que a iniciativa se restringe apenas ao pleito de 15 de novembro vindouro. A solução ora alvitrada vigorou, com êxito, em 1972, quando o saudoso Senador Filinto Müller por sua aprovação tanto se interessou.

Ao manifestar-me pela constitucionalidade, juridicidade e aprovação quanto ao mérito do projeto do ilustre representante amazonense, incluo um apelo para que matéria tão urgente assim tratada por esta Casa e pela Câmara dos Deputados, sob pena de não alcançar os objetivos que visa.

É o meu voto."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem assina isso?

Um dos cultores de Direito da eminente Bancada do MDB, S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Senador Nelson Carneiro. E neste momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ficamos em dúvida em saber quem está expressando a opinião do digno Partido da Oposição. Tendo esta Maioria por característica, não generosidade fácil, mas liberalidade, estamos encaminhando à Mesa requerimento de adiamento da votação para,



**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, que falará como Líder.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (MDB — MG. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Morreu o Deputado Juvêncio Santana, Vice-Líder do MDB na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Era visto em Volta Redonda como um homem de luta, apesar da pouca idade. Passou de operário a funcionário graduado da Companhia Siderúrgica Nacional, formando-se em Direito quando exercia o mandato de Vereador.

O Deputado Federal Erasmo Martins Pedro, com a morte do Deputado Juvêncio Santana, vê ruir as esperanças de um novo líder que se afirmava no cenário político.

O Vereador Carlos Augusto Coimbra de Melo, Secretário-Geral do MDB, em Niterói, afirma, em nota oficial, que o fato obriga a um momento de reflexão, objetivando um entendimento amplo e uma análise das causas que determinaram a violência como norma quase sem exceção. A Liderança do MDB no Senado, ao trazer ao conhecimento desta Casa esta tragédia, que tira do nosso convívio partidário um jovem Deputado, enlutando gente simples e boa do Rio de Janeiro, espera realmente que as autoridades procedam a rigoroso inquérito desses fatos por demais lamentáveis e leve à família do jovem Deputado Juvêncio Santana a sua solidariedade cristã.

**O Sr. Petrônio Portella** (ARENA — PI) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ITAMAR FRANCO** (MDB — MG) — Com muito prazer.

**O Sr. Petrônio Portella** (ARENA — PI) — A Aliança Renovadora Nacional, por seu intermédio, associa-se ao pesar da Bancada de V. Ex<sup>a</sup>, condenando, igualmente, com a mesma ênfase, a violência. Tenho certeza de que os fatos serão apurados. Nossa solidariedade ao MDB.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (MDB — MG) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Petrônio Portella, sua solidariedade cristã, nesta hora, o seu apelo, como Líder do Governo, para que também as autoridades procedam a esse rigoroso inquérito, há de levar, pelo menos em parte, o conforto do Senado Federal à família do jovem Deputado Juvêncio Santana.

O Estado existe em razão do homem. A segurança individual de todo cidadão é obrigação do Estado, a quem cabe promover o bem-estar da coletividade, coletividade que ansiosamente aguarda maior proteção, maior assistência. Na luta contra a violência, venha de onde vier, a união de todos se faz necessária. Pesquisar suas causas e promover maiores oportunidades à educação de base nas comunidades, com projetos permanentes, a elevação da condição sócio-econômica do homem, projetos de lazer que impeçam as distorções sociais são também obrigações do Estado. Não se pode confundir eficiência com violência, quando as maiores barbaridades são cometidas à sombra da Lei. Há que se obter um melhor relacionamento humano no exercício de cada função.

A Liderança do MDB no Senado pede que, em nome das novas necessidades impostas pelos quadros mais recentes da vida social, o Estado assuma as suas responsabilidades, buscando um conteúdo humano definidor de sua atuação na época atual.

Era o que nós tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Guerra. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza.

**O SR. LÁZARO BARBOZA** (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há cerca aproximadamente de três meses, circulou na imprensa nacional a notícia de que o Governo promoveria a importação de feijão, para atender ao consumo interno, já que esse produto faltara no mercado e sobre ele passou-se a exercer uma pressão altista incontrolável, por parte dos comerciantes que ainda o detinham.

Logo depois, Sr. Presidente e Srs. Senadores, autoridades governamentais desmentiam a notícia de que o Governo promoveria a importação de feijão. Fez-se silêncio. Daí a mais alguns dias, nova notícia, de que o feijão seria importado; novo desmentido, Sr. Presidente. Agora, o jornal *O Globo*, de 16 do corrente mês, em manchete na sua edição econômica, sob o título "SUNAB autoriza importação de 30 mil toneladas de feijão", tece os seguintes comentários:

"O Superintendente da SUNAB, Rubem Noel Wilk, disse ontem que o Governo já autorizou algumas firmas brasileiras a importar 30 mil toneladas de feijão preto para garantir o abastecimento interno do produto. Acrescentou que o tabelamento do feijão vai ser mantido e que a SUNAB está intervindo para evitar a especulação."

A mesma folha faz, ainda, o seguinte registro:

"A determinação da SUNAB é de que os especuladores sejam enquadrados na Lei Delegada nº 4, que prevê desde o pagamento de 1/3 do salário-mínimo até 100 vezes o maior salário-mínimo do País ou o fechamento do estabelecimento por tempo indeterminado, se for o caso.

Além disso, o Ministério da Fazenda poderá cortar o crédito daqueles que não estiverem negociando, seja o feijão preto ou qualquer outro produto, dentro das condições estipuladas pelos Órgãos do Governo.

O Superintendente da SUNAB não quis revelar, entretanto, a procedência do feijão preto importado, mas garantiu que as 30 mil toneladas que estão sendo compradas são suficientes para acabar de vez com a especulação. Frisou que, além da compra externa, o Governo dispõe de outras medidas capazes de eliminar os focos de distorção existentes no mercado."

E diz mais a notícia, Sr. Presidente — e aqui vai o fato grave que envolve a importação do feijão:

"... E não há escassez de feijão no mercado interno — segundo o Presidente da SUNAB. A safra atual, segundo ele, atende perfeitamente ao abastecimento interno. Destacou que o Governo já sabe quem está escondendo o feijão. Isto, porém, não trará qualquer prejuízo aos consumidores, porque esse tipo de reação, por parte de alguns atacadistas, já era esperada.

O Superintendente da SUNAB fez questão de enfatizar que, apesar da tentativa de especulação, não teremos problemas no mercado interno, de forma alguma."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já por inúmeras vezes tivemos a oportunidade de protestar nesta Casa, contra importações de produtos alimentícios, todas elas feitas em má hora. No ano passado, foi a importação da papa italiana, do arroz italiano de péssima qualidade que, quando chegou ao Brasil, não encontrou consumidores e chegou exatamente no momento em que as safras de arroz do meu Estado, do Maranhão e do Estado de Mato Grosso, já eram mais do que suficientes para garantir o abastecimento interno. . .

**O Sr. Paulo Guerra** (ARENA — PE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LÁZARO BARBOZA** (MDB — GO) — Com muito prazer, nobre Senador Paulo Guerra.

**O Sr. Paulo Guerra** (ARENA — PE) — Senador Lázaro Barboza, V. Ex<sup>a</sup> está abordando um assunto palpitante para a economia primária do País. Eu entendo que o problema não é importar feijão; o problema é de produção. V. Ex<sup>a</sup> sabe que feijão é um cereal

produzido nos países subdesenvolvidos; é uma alimentação de pessoas subdesenvolvidas. O que o Governo deve fazer é incentivar o plantio de feijão, com incentivos, com crédito baixo a prazos longos, para assegurar ao País o abastecimento normal desse precioso cereal. Agora, nós vivemos numa dança de quadrilha; vai para lá e vem para cá. Agora mesmo os jornais estão anunciando a importação do leite. O Brasil tem condições de abastecer todo o País com a produção de leite; mas o Ministério da Agricultura — e não quero comentar a atuação do seu titular — porque, agora mesmo, aplaudi a orientação da Assembléia Legislativa do meu Estado para conceder-lhe o título de "Cidadão Pernambucano" e, com isso, estimulá-lo a fazer alguma coisa por Pernambuco — não estimula e não assegura um preço real para o leite; e precisamos de divisa. Os insumos subiram; o farelo de algodão ou de soja está pela hora da morte; os medicamentos veterinários subiram; e o leite, segundo anunciou S. Ex<sup>a</sup>, somente receberá um preço majorado a partir de agosto. Então, o que ocorre é que no Brasil inteiro os produtores de leite estão vendendo suas matrizes porque isso, antigamente, era trabalho de homem que não tinha outra condição de vida. Ai, a minha estranheza. Não adianta falar-se aqui, nós que representamos as classes rurais do País, sobre esta política — se me permite, sem nenhum demérito — tonta, do Ministério da Agricultura. Acho que o que se está precisando é uma orientação certa. Não tenho nenhuma prevenção contra o Ministro da Agricultura. Estarei aqui pronto para aplaudir, tanto assim que meus amigos na Assembléia Legislativa de Pernambuco, no sentido de estimulá-lo, votaram este título — de "Cidadão Pernambucano". Ele é o mais recente cidadão de Pernambuco, o Sr. Alysson Paulinelli. Acho que V. Ex<sup>a</sup> está abordando um assunto de interesse para a comunidade. Existem duzentos técnicos, somente da EMBRAPA, fazendo curso de PRD no exterior. O Presidente da EMBRAPA — não garanto — está há dois anos hospedado na suíte do Eron Palace Hotel. Espero que S. Ex<sup>a</sup>, pelo menos, tenha uma orientação, já que se contrataram 3.951 funcionários em três anos de existência; tem que ser tomada uma orientação, para que eu possa aplaudir, porque eu sou da ARENA; se a ARENA acertar, é o Brasil que acerta. Eu não posso ouvir o discurso de V. Ex<sup>a</sup> sem dar a minha participação e a solidariedade, em nome da classe de agricultores do Brasil, a que pertença.

**O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) —** Nobre Senador Paulo Guerra, agradeço o honroso aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que veio, de forma clara, patentear a situação dramática que vive a classe rural brasileira. O Brasil é um país de dimensões continentais e que tem nos produtos primários a base de sua economia. Entretanto, importamos arroz da Itália; importamos cebola e frutas da Argentina; importamos, agora, leite; importamos carne do Uruguai; e importamos feijão de péssima qualidade.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com a atual importação, o feijão chegará neste País concomitantemente com as safras de Goiás, de Minas Gerais e outros Estados da Federação. E o próprio Governo confessa aqui, através do seu Presidente da SUNAB, que não há escassez de feijão no mercado interno.

Mas, então, onde estamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores? Se não há escassez do produto no mercado interno e se o Governo sabe onde está o produto, como o Governo compromete, numa hora difícil da nossa balança de pagamentos, uma soma altíssima de dólares na importação de feijão, quando há feijão suficiente neste País para alimentar seu povo?

Ora, Sr. Presidente, isto não pode continuar! Faça daqui, desta tribuna, um apelo ao Governo para que medite um pouco mais. Ao invés de se preocupar em mandar, como disse o Senador Paulo Guerra, 200 técnicos fazerem PHD nos Estados Unidos — e para incentivar o plantio do arroz, da soja e do feijão, para incentivar os criadores a abastecerem o mercado interno de leite, não é necessário ter título de PHD, — basta ter bom senso, porque não é possível que um país, que toda vida teve na agricultura o seu amparo maior, chegue à condição de não produzir o suficiente para alimentar seus filhos.

Esta importação, se concretizada, Sr. Presidente, — porque autorizada ela já foi, segundo diz a notícia — virá trazer sensíveis prejuízos ao homem da lavoura, ao homem que planta e que sofre as agruras do tempo, e que não tem encontrado, por parte do Governo, a sensibilidade necessária para entendê-lo, para orientá-lo e para assisti-lo.

**O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) —** V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) —** Com muita honra, ouço o aparte do nobre Líder Petrônio Portella.

**O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) —** A Liderança do Governo não tem elementos para pronta resposta à argumentação de V. Ex<sup>a</sup> Colherá os dados indispensáveis e, posteriormente, ocupará a tribuna. Espero, e tenho mesmo a certeza — que o Governo tem razões bastantes para esclarecer a opinião pública no País. E, no momento, cumpre-me simplesmente dizer que a Liderança diligenciará no sentido de que o problema volte a debate, ocasião em que V. Ex<sup>a</sup> terá as nossas razões, os nossos fundamentos, os fundamentos do Governo.

**O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) —** Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Petrônio Portella, e espero mesmo que o eminente Líder do Governo nesta Casa, ao procurar se inteirar do problema, consiga também sensibilizar o Governo, para que não concretizem tais importações, em hora tão inexata, tão incorreta, porque ela coincidirá, nobre Senador, com as safras de Goiás, de Minas Gerais e de vários outros Estados da Federação.

**O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) —** Garanto a V. Ex<sup>a</sup> que o Governo não praticará ato impatriótico; atenderá, indefectivelmente, ao interesse nacional.

**O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) —** Assim esperamos,

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) —** Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) —** Com muito prazer, eminente Senador Dirceu Cardoso, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) —** Nobre Senador Lázaro Barboza, a estupefação que ocorre a V. Ex<sup>a</sup> também a mim me ocorre. Há dias, quando o Sr. Ministro da Agricultura esteve em visita à Casa e fez uma exposição numa das nossas reuniões, disse que havia 600 técnicos de alto nível fazendo cursos de pós-graduação, no mundo. São 600; não são 200. São 600 técnicos de vários setores que estão fazendo curso de alta preparação em diversas universidades do mundo. Mas, nobre Senador, não é o técnico que está nos faltando; o que nos falta é o Governo estimular o plantio. O Sr. Ministro da Agricultura é um homem que só usa os óculos cor-de-rosa de Pangloss; as suas declarações são sempre de um otimismo exuberante, transbordante, derramado sobre o seu Ministério. Todas as suas declarações são no sentido de que seremos auto-suficientes em trigo; seremos em arroz; seremos em café; seremos em tudo; mas, acaba o Brasil importando tudo isso que V. Ex<sup>a</sup> citou. São situações constrangedoras para o Brasil. Nós, que já fomos o primeiro produtor de café do mundo, já temos importado café. Já se comprou café em Angola. Portanto, Sr. Senador, o que me ocorre é isto: o Sr. Ministro da Agricultura faz declarações tão cores-de-rosas, tão otimistas, mas que não representam a verdade dos fatos. E essa situação pretórica a que S. Ex<sup>a</sup> se refere é apenas em palavras, palavras e palavras. S. Ex<sup>a</sup> é como dois grãos dentro de um saco de palha; não tem o realismo da nossa situação, dos fatos que estão ocorrendo na agricultura do País. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> Foi uma tese de alta significação, nesta hora em que se estão mostrando distorções na orientação da agricultura brasileira.

**O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO)** — Nobre Senador Dirceu Cardoso, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> O nobre Senador pelo Espírito Santo tem razão. Não adianta o Governo mandar 600 técnicos fazerem o curso de mestrado ou de PhD nas universidades européias, americanas ou na Austrália. Ele poderia mandar dez mil; entretanto, se não se atentar para a realidade da agricultura brasileira, tudo isto será chover no molhado. E o que é mais grave, Senador Dirceu Cardoso, é que a cada crítica que se faz ao Governo, a cada distorção que aqui no Senado da República é mostrada, surge sempre uma explicação tentando tapar o sol com uma peneira, a demonstrar que o Governo tinha razão. No ano passado, quando protestávamos aqui contra a importação de carne do Uruguai, nobres Senadores da ARENA, que na oportunidade respondiam pela Liderança, afirmaram que aquelas importações se efetuavam para que não se mantivessem por mais tempo as indústrias de enlatados paralisadas, porque faltava o boi gordo.

Mas, e agora, Senador Dirceu Cardoso, quando as importações de carne do Uruguai são feitas em pleno período da safra do boi gordo no Brasil? Qual seria a justificativa? Não duvido que complexas razões de Estado sejam invocadas para justificá-la já que não será por falta de rebanho em condições de abate que continuamos a importar carne. É preciso — e V. Ex<sup>a</sup> disse bem — atentar para a realidade da agricultura, porque, caso contrário, continuaremos indo muito mal.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Dirceu Cardoso, e concedo novamente — para honra minha — o aparte ao nobre Senador Paulo Guerra.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE)** — Senador Lázaro Barboza, quero, também, aproveitar a oportunidade para relembrar a orientação, mais uma vez errada, do Ministro da Agricultura. Há dois anos, S. Ex<sup>a</sup>, visitando pela primeira vez o Nordeste, — S. Ex<sup>a</sup>, muito jovem, intelectualmente muito capaz, foi guiado ao Ministério sem conhecer o País, sem conhecer a ecologia regional — chegando ao Ceará, na terra do algodão, deu o seguinte conselho aos agricultores do Ceará: "Deixem de plantar algodão e plantem soja". Ora, primeiro, ele esquecia que o algodão arbóreo, no Ceará, é uma planta que chamamos "bem de raiz", e uma vez plantada dá durante 10, 12, 15 anos seguidos; é o algodão de fibra longa, e naquele solo não pode ser produzido o soja, que é uma leguminosa muito exigente. Pois S. Ex<sup>a</sup> declarou isto: que o Ceará devia substituir a agricultura do algodão pela do soja. E agora houve a seca; houve a falta de amparo do Ministério da Agricultura. O quilô do algodão está por Cr\$ 6,00; e não existe algodão, este ano, no Nordeste. Os agricultores estão todos às portas da falência, com seus débitos e seus compromissos vencidos no Banco do Nordeste e no Banco do Brasil, estabelecimentos que estão sendo compreensivos e desdobrando crédito mas, na hora em que se desdobra o crédito, também, não se pode abrir novo crédito para que, no próximo, eles iniciem nova safra. Esta a orientação do talentoso e meu novo coestadano, Ministro Alysso Paulinelli. Não é o Governo, pois o Presidente Geisel tem o melhor propósito de assegurar a produção, apenas nós é que precisamos falar desta tribuna: esta é a Casa da ressonância do povo, nós é que interpretamos os sentimentos populares. No dia em que o Governo refletir e examinar as denúncias aqui proferidas, se exatas, se certas e toma-las em consideração, o País vai bem. Não precisamos mais de dois partidos, cinco ou seis partidos, o que precisamos é de crenças nas denúncias feitas pelos congressistas, na difícil tarefa de representar o seu povo.

**O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO)** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Guerra.

É estranho — e enfatizo mais uma vez — que o Ministro da Agricultura, visitando o Nordeste, aconselhe os nordestinos a arrancar o algodão arbóreo, para cultivar nas mesmas terras a soja.

Quem, neste País, medianamente informado não sabe, nobre Senador Paulo Guerra, que em nenhuma outra parte do Brasil se

produz este tipo de algodão fibra longa? Quem não sabe que, deixando o Nordeste de produzir este tipo de algodão fibra longa nós teremos, forçosamente, de importá-lo, porque no meu Estado ele não é produzido, nobre Senador, Minas Gerais também não o produz, e assim por diante. Só o Nordeste tem condições que rivalizam com o Egito na produção desse tipo de algodão e é incrível que um Ministro de Estado, o Ministro da Agricultura, o homem responsável pela direção da política da agricultura no País, chegue ao Nordeste e dê tal conselho à brava gente nordestina.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> nobre Senador?

**O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO)** — Ouço o nobre Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Nobre Senador Lázaro Barboza, no final do ano passado estivemos na iminência de importar algodão peruano, porque os setores responsáveis pela política econômica do Governo receberam apelo nesse sentido e chegaram ao que se sabe, ao que se divulgou, a se inclinar por essa solução altamente danosa aos interesses do nosso País. Mas, felizmente, não se consumou essa medida, houve, realmente, manifestação das figuras mais representativas do empresariado, dos círculos parlamentares, do Governo, etc., e a medida não se efetivou, felizmente, para o nosso País.

**O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO)** — Nobre Senador Mauro Benevides, felizmente até agora a importação de algodão não se efetivou, mas me animo a dizer a V. Ex<sup>a</sup>, fazendo aqui um alvitre de ordem pessoal, que chegaremos, fatalmente, à importação de algodão, com muita brevidade, se não for modificada a filosofia do Governo quanto a oferecer ao trabalhador no campo, ao produtor de algodão, melhores condições para que ele possa produzir e competir no mercado.

Sr. Presidente, pretendia apenas ligeiramente falar sobre esses problemas, mas os apartes dos nobres colegas acabaram, naturalmente, fazendo com que me estendesse. Peço permissão à Casa para mudar de assunto, neste instante, para abordar problema completamente diferente.

Pretendo oferecer à consideração do Senado, um projeto de lei produzindo alteração no art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O projeto, Sr. Presidente, tem a seguinte redação:

**"PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76**

**Dá nova redação ao artigo 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 492. O empregado que contar mais de 2 (dois) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovada.

Parágrafo único. — Considera-se como de serviço todo o tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador, bem como aquele de efetivo exercício de cargo de direção ou representação sindical."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 18 de junho de 1976. — **Lázaro Barboza.**"

Sr. Presidente, alio a este projeto a seguinte justificação:

### "Justificação"

A estabilidade, no direito brasileiro, tem recebido tratamento excessivamente rigoroso, mais dirigido aos interesses do empregador do que orientado em benefício do empregado, para cuja garantia foi instituído.

Um dos aspectos mais gritantes, revelador desse rigorismo, é o tempo de serviço necessário para que o empregado venha a adquiri-la, ou seja, dez anos na mesma empresa.

A média de tempo fixado pelas legislações dos países que adotam a estabilidade é de dois anos, chegando, em muitos deles, simplesmente a seis meses, como no caso da Alemanha.

Mesmo entre nós, já ocorreram tentativas de redução do prazo para aquisição de estabilidade, sendo uma delas até constante do Decreto nº 24.615, de 9 de julho de 1934, que criou o já extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. De fato, o artigo 15 desse diploma situava o tempo destinado à apuração da estabilidade em 2 (dois) anos. Lamentavelmente, com o advento da Consolidação das Leis do Trabalho, tal prazo foi ampliado para 10 (dez) anos, em flagrante prejuízo aos direitos do empregado.

Esse tempo tão dilatado revela uma sensível injustiça para com o trabalhador. E essa injustiça ainda mais se acentua, se considerarmos a estabilidade do funcionário público, estabelecida em 2 (dois) anos de exercício (artigo 100 da Constituição).

Há uma reprovável disparidade entre esses dois prazos, defeito que esta proposição intenta afastar da nossa legislação trabalhista."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando surgiu o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, sofreu críticas severas por parte de vários juriconsultos, dentre os quais os Professores José Catarino e Cesarino Junior, que argüíram a inconstitucionalidade do nosso diploma legal. Efetivamente, esse combate não foi gratuito. Estávamos sob a égide da Constituição de 1946, e a então Carta Magna abrigava no seu seio norma assecuratória do direito à estabilidade do trabalhador, objetivando a fixação do empregado na empresa, após longo período de serviços prestados. No entanto, Sr. Presidente, o instituto assecuratório da estabilidade, jamais apresentou frutos amplos no Brasil, porque só é atribuída após 10 anos de trabalho.

Esse instituto, Srs. Senadores, não foi por sua vez entendido em profundidade pelo próprio trabalhador, que via nele, apenas, a possibilidade de aquisição em dobro da indenização, o que sem dúvida é lamentável, porque a intenção do legislador foi a de assegurar a permanência do empregado na empresa.

No decorrer do tempo, Sr. Presidente, as ações trabalhistas passaram a consagrar, nos seus resultados, frutos nada salutares. É que, depois de algum tempo de trabalho, o empregado consentia em abrir mão da permanência no emprego para perceber, assim, a indenização, que muitas vezes redundava em quantia bem menor do que lhe era devida.

Mas, o fato mais grave e que levou o legislador à elaboração da Lei nº 5.107 foi a necessidade de dar condições de garantia e liquidez das indenizações devidas, sem que fosse transacionada a estabilidade, evitando, assim, que fosse mais aviltada sua significação.

Mas, como sempre acontece, mais uma vez, a intenção do legislador não foi entendida e os conflitos entre a estabilidade e FGTS têm sido tão constantes que a estabilidade se tornou figura hipotética, face à chamada opção, que permite ao trabalhador escolher entre o FGTS ou a permanência tutelada pela estabilidade. No início, a opção de escolha pareceu benéfica e a grande maioria dos trabalhadores não hesitaram em optar pelo FGTS, num julgamento apressado, sem raciocinar em termos de futuro. Hoje, muitas

empresas chegam a exercer coação sobre os seus empregados, para que optem pelo FGTS. E aquilo que poderia realmente ser uma conquista, com o passar do tempo, haverá de transformar-se em pesadelo pela falta de perspectivas para o homem que ultrapassou a faixa etária dos 40 anos, quando suas responsabilidades de chefe de família, como filhos estudando e atingindo a adolescência, acentuam ainda mais as responsabilidades do trabalhador. E é nessa fase, quando biologicamente o homem começa a declinar em seu vigor e ver ameaçada sua saúde, afundando os caminhos para os postos do INPS, que muitas empresas preferem demiti-los e contratar jovens na faixa dos 20 anos, passando o empregado dispensado do seu trabalho a enfrentar a via-crucis do desemprego, vendo, então, o fantasma da fome e da miséria rondar a sua família. Mas, por que as empresas já demitem hoje e não de demitir amanhã quantidade, cada vez mais significativa, de empregados que ultrapassaram a faixa dos 40 anos? É, Sr. Presidente, porque o empregado antigo já não dá o mesmo rendimento que pode oferecer o jovem e, ainda, porque os seus salários terão aumentado, a cada ano, com os reajustes determinados pela lei federal. Então, por necessidade de economia, demite-se o empregado mais velho, substituindo-o pelo jovem, que constitui mão-de-obra mais barata e com possibilidades de maior rendimento nas tarefas.

Hoje, nosso contingente de jovens é muito grande e eles podem, no momento, se dar ao luxo de fazer rodízio nas empresas, alcançando assim a possibilidade real de lançar mão do dinheiro do FGTS, para uma situação de emergência ou por carência de recursos. Mas, e depois, Sr. Presidente, quando a roda do tempo vivido já andar em seu desfavor, o que acontecerá? É neste ponto que se agravará a situação hoje já notada e a catástrofe será inevitável, se não se fizer substancial e imediata modificação na legislação trabalhista. Sem isto, ninguém será capaz de assegurar o cumprimento da norma constitucional, contida no art. 165 da Carta Magna vigente, que assegura ao trabalhador a integração da vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros. Ora, o maior patrimônio do trabalhador, — a estabilidade — que o garantiria como partícipe na vida da empresa, está desfigurado pela opção voluntária ou forçada do FGTS.

Ao propor, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a redução de dez para dois anos o prazo para a estabilidade do empregado, igualando-o nas condições de que já goza o funcionário público, procuramos fazer justiça à laboriosa classe trabalhadora do País. E ao abrir os olhos da Nação para os efeitos nefastos da demissão do empregado optante, já depois dele estar entrando em declínio físico, damos o primeiro passo para impedir os resultados catastróficos de se ver o País, dentro em pouco, com uma verdadeira legião de chefes de famílias desempregados e enfeitados.

Era o que pretendíamos, nesta tarde, dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, justificando o projeto de lei que encaminhamos à consideração da Casa. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — O projeto de V. Exª será encaminhado no Expediente da próxima sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste fim de tarde, com o plenário quase vazio, não podemos deixar passar a ocasião para fazer algumas comunicações, dar uma explicação e oferecer respostas à Oposição, porque não gostamos de que cobradas nos sejam por demora excessiva.

As comunicações, Sr. Presidente, são de duas ordens, todas a encher de orgulho e de satisfação a nós brasileiros. A primeira, a compra pela Companhia União de Refinadoras Brasileira da terceira grande distribuidora de café na América, a Hills Brothers Coffee Incorporation, que é um fato virgem em nossa história e cujas conseqüências, na comercialização do café brasileiro para aquela nação do Hemisfério Setentrional, é ocioso aqui querer ressaltar.

Poderíamos dizer, senhores, que na nossa política cafeeira de tantas idas e vindas, tantos avanços e recuos, da venda da preciosa rubiácea, este marco é fundamental. Entramos em outra era da economia do café no Brasil. E quando, senhores, assistimos aos debates mais acesos a respeito de temas institucionais e o interesse por eles despertado, achamos em nossa obrigação chamar a atenção a este Plenário, hoje palco maior de todas as discussões sobre a política econômico-financeira deste País sobre o que, quase, sigilosamente foi feito, e praticamente, sem ressonância, chegou ao conhecimento do respeitável público.

Sr. Presidente e Srs. Senadores: que eventos como este, em setes outros de nosso comércio exterior, possamos nós celebrar e o Brasil passos maiores, ainda, terá dado pela somatória de efeito multiplicador, na consolidação de sua posição como, realmente, um País vendedor, isto é, dono de seus produtos, da fonte ao consumidor, sem os gargalos dos atravessadores que, no comércio exterior, manipulam nosso produtos a seu bel prazer.

O segundo, não menos importante, resolve um problema quase secular — se assim, poderíamos falar, tem mais de 70 anos — da necessidade de criarmos uma siderurgia que independesse tanto de um fornecedor, quase que monopolista, de nosso carvão siderúrgico. Sabem os senhores que em uma afirmativa atitude, a atual administração fez com que a percentagem de utilização do carvão nacional, em relação ao total deste insumo empregue em nossa siderurgia, passasse de 20 a 30%. Mas, esses 70% necessários tinha, praticamente, uma única fonte de fornecimento. As tentativas com "países da cortina de ferro" representavam um desejo, uma intenção, mas, pelo número, pelo volume e pela distância a que se achavam os fornecedores, não tinham a amplitude de uma solução definitiva para o problema.

Hoje, após fracassados entendimentos anos atrás, temos o prazer de informar a esta Casa e à Nação a chegada a bom termo das negociações entre o Brasil e a Colômbia para a exploração do carvão da república irmã. Esse carvão é de qualidade tão boa quanto aquele que importamos, mas, distância bem menor, vantagens mútuas, para os dois países, que os fornecimentos anteriores não podiam apresentar.

Srs. Senadores, no dia de hoje, foi firmado acordo entre nossos países, com a criação de um grupo de trabalho para examinar a viabilidade do projeto de extração das minas de carvão, objeto do convênio, bem como a subsequente criação de uma binacional que, com capital de ambos os países, procederá a sua exploração.

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) —** Nobre Senador, concede-me um aparte?

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) —** Pois não.

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) —** Nobre Senador Virgílio Távora, é com grande alegria que tomo conhecimento desse acordo para a utilização do carvão da Colômbia, por parte do Brasil. Isto implicará, naturalmente, no escoamento desse minério pelo Amazonas, mais precisamente, pelo rio Amazonas. Tenho a certeza de que será muito mais fácil esse escoamento pelo rio Amazonas, via hidroviária, sem nenhuma utilização da BR-319, nem tampouco, da celeberrima Transamazônica. É com grande satisfação, repito, que tomo conhecimento, nobre Senador e, quiçá, o Governo, agora, se debruce no sentido do preparo dos portos e aproveitamento daquela grande aquavia, que é o rio Amazonas e seus tributários e subtributários. Muito obrigado.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) —** Agradecemos a intervenção do eminente Senador pelo Amazonas, sempre tão cuidadoso com relação aos assuntos que referência dizem à sua terra.

Protestamos, Sr. Presidente, trazer, — já que a meticulosidade, geralmente, defeito ou qualidade, é uma das nossas características — todos os grandes números que enquadram o problema cuja solução com tanta felicidade, vemos, hoje, iniciar-se. Quando meses atrás

passamos no país vizinho, sentimos, desde logo, face ao malogro de negociações anteriores, que um novo trabalho positivo estava sendo implantado pelo Itamarati, sob a supervisão desse homem que, realmente, tanto tem feito pela nossa política externa, o Chanceler Azeredo da Silveira; executado por um diplomata que honra a sua classe e que, no dizer insuspeito de colombianos das mais variadas profissões liberais, com os quais mantivemos contato vinha dando outra feição às relações Brasil Colômbia, eminente ou seja, o eminente Embaixador Geraldo Eulálio Nascimento e Silva.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, estas, as comunicações que desejávamos fazer, no dia de hoje, a este Plenário.

O terceiro tópico refere-se a uma declaração. De tempos a esta parte, ouvimos, com relação ao Ministério da Agricultura, críticas feitas, maiores ou menores. Somos daqueles que se filiam entre os que respeitam e admiram o trabalho do eminente técnico à sua frente, o Sr. Ministro Alysson Paulinelli. Portanto, recolhemos os dados aqui apresentados e as objeções feitas, máxime quanto às importações de leite e de feijão, uma vez que, em relação à carne, um outro compromisso temos, com este Plenário, numa próxima sessão. Procuraremos mostrar aos Srs. Senadores, com dados e não com palavras, o dilema em que se encontra o Governo, em ocasiões, as mais diversas, entre dotar-se de armas eficazes para defender o consumidor — embora tomando medidas pouco populares — e o caminho mais fácil, mais cômodo, de cruzar os braços. Mas isso rapidamente tocado o assunto prometemos ser parte de outras informações que daremos à Casa. Passemos adiante:

Já estávamos tardando e isso dissemos a este Plenário, que foi ausência do eminente Senador de Pernambuco, o apresentarmos duas ordens de informações a S. Ex<sup>a</sup>. Uma, atinente à não resposta de uma solicitação feita, há mais de ano ou praticamente, há pouco mais de um ano, — engenheiro gosta bem dos números — estamos hoje no dia 18, tinha sido a 3 de junho, do ano passado atinente à construção de barragens, a deslocamento de populações da Região São-Franciscana, ou melhor, de Sobradinho, e o porquê da não-resposta. E a segunda: a razão de uma distinção, que, até a nós parecia odiosa, do fornecimento do benefício da energia elétrica aos mais graduados funcionários do DNOCS, em Poço da Cruz, e o porquê da não-extensão desse auxílio à comodidade moderna aos demais, em número quase de trezentas residências ocupadas, auxiliares daquele Departamento.

Iniciamos pela última, invertendo a ordem cronológica das solicitações, por ser de bem mais rápida de resposta.

Número 1 — É servido Poço da Cruz por energia da CHESF;

Número 2 — S. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, quando reclama da desigualdade;

Número 3 — O DNOCS oficiou não uma, mas algumas vezes, à Companhia Estadual de Energia Elétrica — CELP a quem afeta o fornecimento solicitando providências a respeito;

Número 4 — O Sr. Ministro do Interior, em nossa frente, ordens preempatórias deu ao Sr. Diretor-Geral do DNOCS, para gestonar, forçar aquela Companhia Estadual a fazer essas ligações.

Não cabe, pois, culpa ao DNOCS e, por via de extensão, ao Ministério do Interior, a permanência de uma situação que, reconhecida pelo próprio diretor do DNOCS, não é justa.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) —** Com prazer, nobre Senador.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) —** Senador Virgílio Távora, antes de mais nada quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> por ter vindo, esta tarde, oferecer estes elementos esclarecedores sobre problemas levantados por mim, anteriormente, desta tribuna. Em segundo lugar, assinalar a minha enorme alegria de sentir, com as informações que são prestadas, que, de fato, não são inócuas as funções que aqui exercemos, sobretudo, quando pautadas pela seriedade que costume

imprimir à minha atuação parlamentar e, a que V. Ex<sup>a</sup> igualmente se prende como Senador da República. E mais ainda: satisfação de ver que não errei, quando trazendo ao conhecimento da Casa, o problema específico do Poço da Cruz, havia advertido que estava certo de que as autoridades maiores deste País não concordariam na continuação daquele estado de coisas, por todos os motivos, odioso. E, por fim, dizer que só há júbilo, da minha parte e, por certo, de todos os companheiros aqui presentes em saber que o Ministério do Interior determinou gestões junto ao Diretor-Geral do DNOCS, no sentido de se conseguir a extensão do benefício da luz aos residentes do núcleo residencial de Poço da Cruz. Portanto sinto-me não frustrado com as informações que V. Ex<sup>a</sup> dá, mas, regamente pago porque foi me possibilitado, no exercício do mandato, acrescentar uma pedra em favor do bem-estar do meu povo, numa pretensão que, desde a primeira hora, encontrou a melhor acolhida por parte de V. Ex<sup>a</sup> Portanto muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, por esse gesto.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) —** Eminente Senador, enquanto no exercício da Liderança para os assuntos a nós cometidos parece não ser novidade para o Plenário a conduta que nos traçamos e sempre anunciamos: indagações, críticas da Oposição ou da Bancada Governista são por nós anotados e, na medida de nossas forças, procuradas responder, solucionar, levar ao conhecimento das autoridades competentes, porque achamos que isso é o nosso dever. Só procurando valorizar o nosso Poder, o Poder a que pertencemos, valorizando a sua atuação. É que, acreditamos, poderemos caminhar para a falada e pouco definida distensão que ouvimos tanto proclamar por este País.

Mas, passemos à segunda parte — e aí há uma explicação dada muito mais ao colega — que não é de hoje, é de algum tempo, que vem desde a Câmara — sobre a não-resposta. É porque V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador — e fomos procurar — utilizou caminhos absolutamente heterodoxos se nos permite dizer. O pedido de informação de um Senador e de um Deputado é feito através da Mesa de sua Casa, ao respectivo Ministério. Mas, depois de muito perquirir e rebuscar, no Ministério do Interior que, diga-se de passagem, é aquele melhor organizado em matéria de controle, de relações entre os dois órgãos, obtivemos as seguintes informações:

“Um dos Assessores do Gabinete recebeu, efetivamente, do Senhor Lourival F. Lopes, em 3 de junho de 1975, a carta que anexo à presente, por xerox, solicitando, em nome do Senhor Senador Marcos Freire, informações a respeito “de barragens no interior de Pernambuco”, entre elas incluída a barragem de Sobradinho.

Ao receber a carta a ele dirigida, o referido Assessor esclareceu, por duas vezes, uma delas pessoalmente, ao Senhor Lourival F. Lopes, que o assunto deveria ser objeto de solicitação do Senhor Senador que, para tanto, deveria dirigir-se diretamente ao Senhor Ministro, tendo em vista que a natureza das indagações e o nível dos Senhores Congressistas condicionaram o trato de tais assuntos junto ao próprio Ministro de Estado”

Assim, foram pedidas informações ao assessor subordinado a um gabinete, que era o assessor parlamentar, por um chefe de gabinete, um e outro, constitucionalmente, não tendo autoridade para fazer pedidos deste teor. Mas, S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Ministro do Interior, prometeu-nos, já na próxima semana, como deferência a esta Casa e à solicitação que o Líder da Maioria fazia no momento, encampando uma necessidade, prestas ao Plenário todas as informações, minuciosas, e, poderíamos dizer, referidas até a data atual, a fim de que não pare a menor dúvida de que o Governo Ernesto Geisel tenha algo a esconder.

Estas explicações são dadas para que não passe o Ministério como inadimplente, como não cumprindo as suas obrigações quanto a informes que deveria dar ao Poder Legislativo.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) —** Com prazer.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) —** Já agora permito-me discordar de V. Ex<sup>a</sup> quando julga que os caminhos tomados em relação ao pedido feito foram heterodoxos. Competência constitucional não faltava, no meu entender, ao Chefe de Gabinete solicitando, em meu nome, esclarecimentos da Pasta do Ministério do Interior ao assessor parlamentar junto a esta Casa. Competência constitucional faltava, sim, a mim, pedir informações a qualquer Ministério da República sobre matéria que não estivesse em trâmite neste Parlamento, no Congresso Nacional.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) —** Permita-nos interrompê-lo. Dentro dos esclarecimentos solicitados sobre este assunto, parece que já percursos bastante, já fizemos justiça à inteligência e ao traquejo legislativo de V. Ex<sup>a</sup> para, na medida em que projetos passem por esta Casa, achar uma deixa para fazer essa solicitação. Mas, como disse a V. Ex<sup>a</sup>, o pedido vai ser respondido item por item e, ainda mais, com superabundância, porque até o dia de hoje. Mas, apenas desejamos deixar colocado, o Ministério não se julga em falta, o Ministério não se julga inadimplente na informação.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) —** Continuando o aparte, se me permite, ...

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) —** O aparte é seu.

**O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) —** Não sei se V. Ex<sup>a</sup> está distinguindo Ministério do Interior de sua assessoria parlamentar junto a esta Casa, porque o fato é que um ofício, subscrito pelo Chefe do meu gabinete, foi encaminhado a essa assessoria. Esse ofício não foi devidamente respondido e, conseqüentemente, me faltavam instrumentos legais e constitucionais de me dirigir diretamente ao ilustre Ministro do Interior. A discussão a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, sobre as maneiras de se obter, de se chegar a iguais pedidos de informação, teve-se já a oportunidade de esclarecer que o art. 30 letra D, da Constituição Federal, é claramente impeditivo dessas solicitações. Portanto, agradeço, de qualquer forma, a deferência anunciada por V. Ex<sup>a</sup> de que os esclarecimentos viriam a ser dados, mas me permito insistir que tendo, esta Casa um conjunto de assessorias dos vários Ministérios para esclarecimentos específicos de suas Pastas, não se pode entender que os Srs. Assessores neguem-se a responder, nem que seja pela negativa, às solicitações feitas, sob alegação de que as indagações são de teor que escapam ao seu conhecimento. A Assessoria Parlamentar é exatamente para colher nos Ministérios as informações e transmiti-las a quem as pediu, ou, se for o caso, dizer por escrito que é necessário que o Sr. Senador dirija-se diretamente ao Sr. Ministro. Logicamente é uma visualização que tenho, que se contrapõe diametralmente à que V. Ex<sup>a</sup> expôs. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) —** Eminente Senador, já demos a nossa opinião a respeito. Já fizemos o histórico dos fatos, inclusive dos esclarecimentos por duas vezes dados ao Sr. Lourival F. Lopes, que deve ser o seu Chefe de Gabinete, pelo Sr. Antônio Augusto de Almeida Júnior, assessor parlamentar do Sr. Ministro do Interior, mas V. Ex<sup>a</sup> terá, como dissemos, com os dados referidos à data do mês de junho deste ano, todos aqueles esclarecimentos, porque o Ministério não nega informações.

Sr. Presidente, como último assunto, queríamos apenas deixar dito à Casa, dentro da serenidade com que procuramos revestir nossos pronunciamentos, que lamentamos não esteja presente o eminente Senador Luiz Cavalcante. Em momento em que S. Ex<sup>a</sup> falava, há pouco, ocasião tivemos de dar-lhe algumas contraditas a afirmativas suas, informando a S. Ex<sup>a</sup> que, no mais breve prazo de tempo, traríamos os números que quantificam tanto o coeficiente de vulnerabilidade como o de proteção de nossa dívida externa, em 1975, assunto

este que procuraremos abordar quando S. Ex<sup>a</sup> aqui estiver. Mas não queremos deixar de, em cumprindo o que prometemos, dizer que, no ano de 1975, a vulnerabilidade de nossa dívida externa passou a 17% e, a sua proteção, 49%.

A interpretação desses números, o porquê de, agora, o relatório do Banco Central estar, ainda, na gráfica e por esses dias vir a lume, reservamo-nos nós de, a S. Ex<sup>a</sup>, na primeira oportunidade, quando aqui presente, dizer, e com S. Ex<sup>a</sup> discutir, os motivos que levaram o Banco Central a ter essa sua publicação só agora editada.

Eram estas, neste final de tarde de uma sexta-feira, no arrastar de uma sessão já longa, as informações que tínhamos que dar, a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e ao Plenário da Casa. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Instituto Pedrosa Horta realiza, desde ontem, em Florianópolis, a sua primeira grande promoção, dentro do programa de trabalho elaborado pelos que o dirigem, no plano nacional.

Para a capital catarinense deslocaram-se vultos os mais destacados do Movimento Democrático Brasileiro, objetivando prestigiar o Simpósio que ali é levado a efeito e para o qual convergem as atenções dos círculos oposicionistas do País.

Sob o lema "o homem e a liberdade", o magno certame reúne professores, parlamentares, universitários, estudiosos da ciência política, candidatos a postos eletivos e líderes comunitários para o debate de temas palpitantes e de muita relevância para a correta conscientização da opinião pública nacional.

Ontem, às dez horas, o Deputado Tancredo Neves iniciou a série de conferências, seqüenciado pelos nossos colegas Senadores Franco Montoro e Roberto Saturnino e pelo Sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que dissertou sobre "liberdade e desenvolvimento."

Hoje, prossegue o Simpósio com palestra do Senador Paulo Brossard, devendo o encerramento ocorrer com um discurso a ser proferido pelo Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Comissão Executiva Nacional do MDB e uma das maiores figuras da política brasileira.

Falando à imprensa, o Deputado Alceu Collares, dirigente máximo do Instituto, anunciava que a finalidade do Simpósio "é sensibilizar a opinião pública relativamente aos direitos fundamentais da pessoa humana, às franquias democráticas e à necessidade de reconstrução de instituições livres no Brasil."

Sr. Presidente:

Ao ser aprovada, a Lei Orgânica dos Partidos estabeleceu expressamente, em seu art. 118:

"Os partidos terão função permanente assegurada:

.....

V) Pela manutenção de instituto de instrução e educação política destinado a formar, aperfeiçoar e renovar quadros e líderes partidários."

Ao ensejo da Convenção Nacional, efetuada nos dias 20 e 21 de setembro passado, o MDB, ao reformular os seus Estatutos, abriu perspectivas para o funcionamento regular de um Órgão com aquele objetivo, assegurando-lhe recursos oriundos do Fundo Partidário e de suas receitas próprias.

Enquanto a ARENA instalou a Fundação Milton Campos, coube ao MDB criar, também em 1975, o seu Instituto, representando ambos uma elogiável inovação na vida partidária brasileira, com ressonância altamente favorável em razão dos nobres propósitos a serem pelos mesmos alcançados.

Em termos de renovação dos costumes políticos, a cargo das próprias entidades partidárias, praticamente nada se fizera desde 1965, quando passaram a vigor os três diplomas legais que assinalaram, nesse tocante, a Reforma Castelo Branco: a Lei Orgânica dos Partidos, o Código Eleitoral atualizado e a Lei de Inelegibilidades.

Pretendia-se propiciar às facções existentes a oportunidade de estimular o surgimento de lideranças realmente capacitadas e em condições de propugnar pela cristalização de uma mentalidade voltada precipuamente para o exato conhecimento dos grandes problemas nacionais.

Três meses depois do início de vigência dos diplomas aludidos, o Ato Institucional nº 2 extinguiu todos os 14 partidos que atuavam no Brasil, dando lugar, em seguida, a que despontassem apenas dois, os quais, mesmo em meio ao artificialismo que os inspirou, continuam porfiando arduamente, em busca, sobretudo, da almejada normalidade democrática.

Ressalte-se que, nos últimos dias, mais do que em períodos anteriores da presente conjuntura institucional, vem-se especulando, num crescendo impressionante, em torno de uma radical alteração na estrutura partidária do País, marcada, especialmente, pela supressão do MDB e da ARENA e a fixação de novas diretrizes para o aparecimento de até 4 agremiações.

Ocorreria, desta forma, o fim do bipartidarismo, do qual se tornou arauto o Presidente Ernesto Geisel, ao proclamar-se, na Mensagem de 1º de março, dirigida ao Congresso, francamente favorável à sua manutenção entre nós.

Não se pode deixar de mencionar a circunstância de que o bipartidarismo perdura em decorrência da engenhosidade da sublegenda, cuja preservação, ainda agora, é totalmente despropositada e serve apenas para testemunhar, de forma inequívoca, a inautenticidade de origem das entidades partidárias brasileiras.

Buscam, por isso, a ARENA e o MDB fortalecer-se a duras penas, para que não lhes seja imposta qualquer restrição a uma sobrevivência legal, tranqüila e duradoura.

O esforço que despendem os seus líderes maiores seria suficiente para a superação de toda esta onda reformista, que dia a dia mais se alteia, apesar dos desmentidos formais de categorizados porta-vozes com livre trânsito junto aos escalões governamentais?

As versões em torno da extinção dos partidos, anteriormente circunscritas ao âmbito das conversas entre parlamentares, passaram a obter amplos espaços da grande imprensa, com repercussões nas mais longínquas regiões do território pátrio.

Nas composições municipais, articuladas com vistas ao pleito de novembro vindouro, armam-se esquemas político-eleitorais, tendo por base a pressumida modificação do atual quadro partidário.

Até mesmo a reabilitação do velho PSD e da antiga UDN já foi defendida, na linha do debate que se trava em torno da perspectiva de desaparecimento da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro.

Neste clima de incerteza e indefinição, processa-se a campanha municipal, com as respectivas convenções sendo efetuadas e os candidatos escolhidos iniciando a pregação a que se sentem obrigados para a obtenção do apoio popular.

Tentando demonstrar indiferença aos comentários veiculados sobre dissolução — admitida por muitos como inevitável —, os partidos empenham-se na qualificação dos eleitores e já na programação dos comícios, esperançosos quanto à imutabilidade das "regras do jogo eleitoral".

Além de tudo isso, as iniciativas do Instituto Pedrosa Horta e da Fundação Milton Campos desenvolvem-se sem embargos, como a indicar ilimitada confiança nos rumos assentados inalteradamente para os partidos a que se acham vinculados.

Quando se pensava que o arrefecimento do ânimo de luta dos líderes políticos ganharia dimensionamento extraordinário, em razão de desconcertantes desestímulos — como, por exemplo, o projeto do Executivo que impede o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão — constata-se que, ao contrário, outros empreendimentos são en-

tusiasticamente coordenados para incrementar a atividade dos partidos, levando-os a uma "função permanente" junto aos seus adeptos.

O Simpósio de Florianópolis enquadra-se neste alentador trabalho de resistência e se propõe a sensibilizar os brasileiros para a necessidade de se compatibilizar o Homem com os seus naturais anseios de liberdade.

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM)** — Permite V. Ex<sup>a</sup>. um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE)** — Com imenso prazer, nobre Senador pelo Estado do Amazonas, Sr. Evandro Carreira.

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM)** — Nobre Senador Mauro Benevides, V. Ex<sup>a</sup>. lembra o grande encontro que se realiza em Santa Catarina, tendo presentes grandes líderes do nosso Partido que procuram no debate político, manter acesa aquela chama, bruxuleante agora, após esse insulto gravíssimo do Poder Executivo, retirando o político do *écran* da televisão, lugar oportuno, porque nós não vivemos mais na velha Grécia; já se passaram mais de 2 mil anos, e agora está superada, as megalópoles destruíram as grandes praças e as grandes ágoras, e o lugar, hoje, é a televisão, a técnica moderna é a televisão. Mas parece, meu ilustre Senador Mauro Benevides, que se pretende impingir esta babá eletrônica que é a novela; pretende-se emascular a mente do homem brasileiro, pretende-se entupir o cérebro do homem brasileiro com mais de cinco a seis novelas diariamente, e ele não tem sequer a oportunidade de ouvir os seus líderes, os seus pró-homens, ou seus pretensos pró-homens. Chego a alvitrar, nobre Senador, que se a Agência Nacional levasse a todos os lares os debates que ocorrem nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional, a contribuição pedagógica e educacional para este Brasil seria mais importante do que todas as escolas existentes. Inegavelmente, nobre Senador, hoje, as Assembléias são verdadeiras universidades, o próprio Congresso Nacional dá provas e atesta o que estou dizendo; os discursos pronunciados nesta Casa e na Câmara Federal são verdadeiras antologias — Deputados e Senadores a estudar e perquirir, a indagar, a reunir dados e informes para trazer a este debate o que encontram de melhor em torno do assunto que estão enfocando. Se isto tudo fosse levado ao povo seria a grande contribuição, mas assim mesmo ainda se cerceia, ainda se limita, retirando esta oportunidade, agora na campanha municipal. E é por isso que os nossos líderes estão lá em Santa Catarina e hão de voltar, porque já dizia o velho José Américo: "Voltar é uma forma de renascer e ninguém se perde no caminho da volta". Talvez voltando à praça, possamos acordar, novamente — naqueles que nos dirigem, naqueles que têm o poder e detêm todo o mando — a necessidade de pôr a serviço do homem público este aparelho, esta tecnologia que já alcançamos, que é a televisão. Muito obrigado, nobre Senador. Bem oportuno o seu pronunciamento.

**O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE)** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>., nobre Senador Evandro Carreira, o seu brilhante e erudito aparte de enaltecimento ao Simpósio do MDB, em Florianópolis, e também de crítica incisiva e contundente ao projeto do Executivo que pretende impedir o acesso dos candidatos ao Rádio e à Televisão, nas eleições municipais do corrente ano.

Não há dúvida, nobre Senador Evandro Carreira, que o debate dos candidatos na televisão tinha, realmente, esse cunho eminentemente pedagógico e servia para conscientizar a opinião pública brasileira quanto aos grandes problemas nacionais.

O Instituto Pedroso Horta e o MDB merecem aplausos pelo oportuno cometimento, tornado realidade num momento de perplexidade para os destinos dos partidos políticos brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho em mãos um antigo recorte de jornal, **Diário de Pernambuco**, ano de 1971, em que era anunciado:

"O pescador em Pernambuco começa a sair da faixa de marginalização para se firmar como uma classe que desperta melhores dias, graças à ação que o Governo vem desenvolvendo em seu favor."

Trata-se de entrevista, do então Delegado da SUDEPE, em que ele assinala uma nova filosofia de ação que daria ao meu Estado a posição de pioneiro em determinadas faixas. Enunciava, inclusive, reunião que ocorreria no dia seguinte, na Delegacia da SUDEPE, com representantes da SUDENE, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, do BANDEP, do SAg., do DNOCS, do INCRA, da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Capitania dos Portos, para debaterem a idéia de implantação de uma associação de crédito e assistência pesqueira, em Pernambuco. Essa associação visaria atuar junto aos pescadores e suas famílias, através de métodos educacionais, cuja finalidade seria melhorar a tecnologia de produção, procurando elevar o nível de vida dessa comunidade, tendo como principais objetivos: maior produtividade, elevação e rentabilidade; melhoria das condições de higiene e de saúde; organização e desenvolvimento da comunidade; capacitação para o uso de crédito educativo; e formação do espírito associativo entre os pescadores.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, cinco anos praticamente decorridos e qual a situação dos pescadores no Nordeste brasileiro?

Aqui está um documento firmado pelo Interventor da Colônia "Z-2", em Pernambuco, Sr. Severino Ramos de Albuquerque, datado de 25 de março último, em que ele expõe a realidade que está enfrentando, como dirigente da classe. Criou-se um hábito, em nosso País — não sei se por inocência, se por maldade ou se por irresponsabilidade de, vez por outra, anunciar-se aos quatro ventos, programas, projetos, planos que vão reabilitar o Homem e que, no final, ficam no papel.

Aqui está o documento supra-referido, intitulado "relatório da situação dos pescadores em Pernambuco" que, acredito, não seja muito diferente da situação do pescador em outras regiões brasileiras.

Diz ele:

#### "COLÔNIA Z2 — PRAIA DE PAU AMARELO

##### Relatório da situação do pescador em Pernambuco

Como Interventor da Colônia de Pesca Z-2, com área jurídica no Município de Paulista, Estado de Pernambuco,;

Faço apelo às autoridades competentes para não deixar o pescador morrer de fome.

Existe no Estado de Pernambuco um número superior a 10.000 (dez mil) pescadores.

Estes homens, de família numerosa, povoam as nossas praias por um tempo que ninguém pode precisar.

São descendentes do Índio, do escravo. Antes do Brasil ser descoberto já existia o pescador em nossas praias.

Todas as nossas cidades do litoral tiveram seus incios como vilas de pescadores. São estes homens que arriscam suas vidas todos os dias, para capturar os peixes e crustáceos do mar, prestando assim um serviço de utilidade pública às grandes comunidades.

São estes homens que prestaram serviços inestimáveis à Pátria, durante a 2ª Grande Guerra, através do Ministério da Marinha.

E é devido ao seu conhecimento no mar, das barras, barretas e rios, que este homem é conhecido como reserva natural da nossa Marinha de Guerra.

Não sei porque esta classe com tantos méritos, tantos serviços prestados à Nação, é tão desprezada pelo Governo e esquecida pelos políticos que governaram e governam a Nação.

Aqui, no Estado de Pernambuco, a situação do pescador é a pior possível, talvez seja a pior do Brasil.

Penso desta maneira, dado o meu conhecimento como Interventor da Colônia de Pesca Z-2. Creio que o problema desta Colônia assemelha-se com os problemas das 15 (quinze) Colônias existentes no Estado de Pernambuco.

Esta Colônia, hoje Z-2, mas que em 1928 era denominada "Colônia Z-8" da praia da Conceição, até a presente data, não dispõe de uma sede; os pescadores desta região, dado o seu estado de pobreza, estão sendo empurrados violentamente para o interior.

Assumi a direção desta Colônia, no mês de julho do ano de 1975, já estou com oito meses de mandato e até agora não recebi nada para o pescador e sua família.

Não consegui nada que se constituísse numa ajuda do Governo, através da SUDEPE ou PESCART, ou outro órgão ligado à pesca, para o pescador. Falei tanto que recebi um apelido de "Papagaio".

Logo quando assumi, fiz um relatório para a Federação citando os problemas dos pescadores dessa região.

A Colônia não tem sede, os seus estatutos não são registrados em Cartório, os 18 km de praia estão sendo cercados, e inclusive sem deixarem acesso para os pescadores nos 33 metros da Marinha, para construírem suas palhoças. Cada palmo de terra é disputado por milhões, chegando um lote de terreno de 12x30, valer a alta soma de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros). A especulação imobiliária obriga os proprietários de terra a indenizarem os mocambos e palhoças dos pescadores, pondo-os para fora de suas propriedades, obrigando-os a se interiorizar, com suas famílias.

Ninguém permite que o pescador faça uma palhoça em sua propriedade, para o mesmo guardar seu material de pesca, como sejam: sua jangada, linhas, covos, velas, etc...

A cada instante levantam-se edifícios suntuosos, na beira-mar e o pobre pescador não tem onde guardar sua jangada nem onde repousar sua cabeça.

Conheço pescadores que já estão morando em Abreu e Lima, e pesca, na praia do Janga, Pau Amarelo, a 15 (quinze) km de distância de sua residência.

Solicitei à Federação que me ajudasse a criar uma área-porto, onde os pescadores pudessem aportar e guardar os seus barcos, sem problema. Isto me ajudaria a controlar as entradas e saídas de cada barco, e saber o que estavam fazendo no alto mar.

Facilitaria ainda a criação de uma Cooperativa para evitar que eles fossem explorados pelos atravessadores que encarecem o custo de vida e pagam o preço mínimo ao pescador.

Esta área-porto me ajudaria a concentrar os pescadores em um só lugar, evitando que elementos subversivos e mercenários contrabandistas se infiltrassem no meio destes homens para incentivar a prática criminosa do contrabando de mercadorias ou armas.

A pobreza e a ignorância ajudam a este homem que viu a sua palhoça derrubada, seu mocambo indenizado e não tendo para onde ir com sua família, a ser facilmente convencido por um elemento de mau caráter, para fazer uso dos seus conhecimentos na prática das contravenções.

Tenho medo que isto aconteça. Relatei ainda à Federação que a maioria dos pescadores desta região não tinha um registro como documento. Alguns já velhos, cegos, aleijados, sem condições que comprovassem o seu tempo de trabalho para aposentadoria.

Tudo isto relatei à Federação e nada foi providenciado até a presente data.

Procurei o Delegado da SUDEPE aqui no Recife, e fiz outra exposição dizendo que o pescador desta região, dado o seu estado de pobreza, não tendo condição de comprar uma jangada com apetrechos melhores para pesca, é obrigado a fazer uso da pesca predatória, com o mangote, que é uma rede de malhas pequenas que faz a captura dos peixes com 15 dias de desovados, sem condições de reproduzirem, pondo em risco a fauna marítima, inclusive exterminando espécies.

Hoje, já temos muitas espécies em fase de extinção. A lagosta, como os peixes, na época da desova, aproxima-se do litoral e procuram as regiões, onde têm algas e atóis, onde seus filhotes possam se proteger dos predadores naturais, lá desovam seus filhotes.

Os pescadores aproveitam isto, capturam os peixinhos com mangotes e as lagostinhas com redes e máscaras.

Este tipo de pesca se continuar por mais tempo, a nossa fauna marítima estará gravemente ameaçada.

Falei também dos problemas das algas que estão sendo extraídas do fundo do mar, em larga escala, pelos pescadores.

Esta pesca não pode continuar por muito tempo, porque a destruição da flora marítima sacrifica as espécies que dela se alimentam.

Em outros países, este tipo de pesca é proibido de se fazer em alto mar. As algas são apanhadas na beira da praia. Aqui se destrói os viveiros naturais de algas, sem o menor problema.

Da maneira que a coisa está indo sem controle, não podemos acreditar no mar por muito tempo.

Espero em Deus que os senhores me ouçam, e tomem providências urgentes contra este crime que se comete todos os dias nos mares pernambucanos.

O homem faminto destrói as espécies de peixes, crustáceos e algas. Com estes relatos, esperei que providências fossem tomadas, as Colônias fortalecidas para combater esta série de irregularidades existentes no Estado. Infelizmente de nada valeram os meus relatos falados e escritos e a coisa continua da mesma maneira.

Quando comecei como Interventor, fiz várias reuniões com estes pescadores procurando conscientizá-los do mal que estavam fazendo ao mar e a eles mesmos. Procurei levantar o seu ânimo, sua crença, no Governo, no futuro e em Deus. Quando o pescador não me procurava, eu o procurava em sua casa, porque eu queria conhecer seu problema e descobrir sua miséria.

Conversei com suas esposas, seus filhos, conquisei suas amizades, suas confianças. Lutei desesperadamente para ajudá-los. Cheguei a sacrificar o orçamento doméstico da minha família, para judar este pobre homem.

Tudo isto fiz sem visar benefícios, sem objetivos políticos, somente por amor à Pátria e aos pescadores, porque também sou neto de um pescador.

Hoje, sou obrigado a deixar esta Colônia terrivelmente decepcionado, frustrado com o insucesso do meu trabalho.

O que me consola é ver este pobre homem me pedir para ficar, embora sabendo que o que fiz foi muito pouco em termo de ajuda para ele e sua família, por falta absoluta de apoio e colaboração dos poderes competentes.

Sinto pena do pescador, esta vítima de grupos interessados em que este estado de coisa continue.

Procurei outros Presidentes e Interventores de Colônias para saber quais os problemas que eles enfrentavam, se recebiam alguma ajuda por parte do Governo, através da SUDEPE ou PESCART e a resposta foram os mesmos problemas, ajuda nenhuma.

Pensei em organizar um congresso com os Presidentes e Intervenores de Colônia do Estado de Pernambuco, convidar as autoridades políticas do Governo para que cada um contasse ou melhor expusesse os problemas que estão enfrentando em suas Colônias e as autoridades presentes, tomassem conhecimento das dificuldades que as demais Colônias também atravessam. Isto foi impossível.

Espero em Deus que este relatório que acabo de remeter para as autoridades competentes possa trazer solução para a sede própria das Colônias, de áreas reservadas para vila dos pescadores, portos para ancorar os barcos e guardar equipamentos, instalações de cooperativas, uma vez que o INCRA não se interessou pela causa, deixando os atravessadores explorar o pescador, e outros benefícios que poderão dar meios para o pescador exercer a sua profissão tecnicamente.

Paulista — Pau Amarelo, 25 de março de 1976. — **Severino Ramos de Albuquerque**, Interventor da Colônia Z-2."

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Com muita honra.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Senador Marcos Freire, acho que o problema trazido por V. Ex<sup>a</sup> ao conhecimento do Senado, afastada a sua visão política, é realmente muito grave, o problema da pesca artesanal nas costas do Brasil. V. Ex<sup>a</sup> aí aludiu, no documento de um Presidente de colônia de pescadores, a um fato realmente de preocupar: a extinção da fauna marítima pela criação das grandes indústrias pesqueiras que estão criando uma situação difícil para a pesca artesanal em toda região do Nordeste do Brasil. Digo isto, conhecendo o problema, porque o Maranhão tem a maior população trabalhadora de pesqueiros do Brasil, nas suas costas. Mas quero dizer que, de certo modo, o nobre Senador está sendo também injusto, quando V. Ex<sup>a</sup> disse que não sabe porque os políticos e o Governo abandonam totalmente a visão desses problemas e também os pescadores. Quero dizer ao nobre Senado que esse assunto, por V. Ex<sup>a</sup> trazido a Tribuna, eu levei ao conhecimento do Sr. Ministro do Planejamento, e ele está sendo estudado pelo Governo, sensível ao problema da pesca artesanal e à delimitação de uma área que deve ser exclusivamente do pescador artesanal. Também devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que foi nesses últimos anos que apareceu a primeira legislação de amparo ao trabalhador pesqueiro, quando o Governo fez estender a eles a legislação sobre o trabalhador rural, dando-lhes condições de aposentadoria, de assistência médica nas mesmas condições do trabalhador do Fundo Rural. Isto, de certo modo, já foi uma visão para esses homens que — como V. Ex<sup>a</sup> diz e eu concordo — são brasileiros e precisam ser melhor olhados. Esse problema realmente não pode ser encarado sob o ponto de vista político, nem sob o ponto de vista da paixão. Deve ser um problema de união de todos nós para que, realmente, não seja somente a mensagem pessoal, mas que seja uma união de esforços para encontrar soluções. Quem mais sofre não somos nós, que reivindicamos, são eles próprios que têm sofrido na própria carne. Outra crítica que também é procedente, a burocratização das colônias de pescadores; a dificuldade, talvez as melhores providências, os maiores objetivos não chegam até os pescadores. Assim, quero, de certo modo dizer que, se V. Ex<sup>a</sup> afastar a paixão, que está colocando no problema e afastar o ângulo político, nós podemos, realmente, fazer um esforço conjugado para que se possa sentir mais os problemas dos trabalhadores da pesca brasileira. Era o que tinha a dizer. a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Lamentavelmente o Senador José Sarney não terá acompanhado o meu pronunciamento desde o início...

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Mais uma vez V. Ex<sup>a</sup> me faz injustiça. Eu estava ouvindo o seu pronunciamento, desde o

início, do meu gabinete, saí de lá para dar este aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Se eu perdi, e lamento bastante, foi só o tempo que levei do meu gabinete até o Plenário.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Talvez o suficiente para V. Ex<sup>a</sup> atribuir ao orador paixão e ângulo político na colocação do problema, porque, praticamente, até o momento não fiz outra coisa senão me referir a depoimentos de terceiros. De início, declarações do então Delegado da SUDEPE, daquela região, há cerca de cinco anos, acenando melhoria de condições de vida para o pescador. Posteriormente, face ao drama em que vivem os homens da pesca, dar a palavra a um dos seus dirigentes de colônia pesqueira, lendo o relatório por ele elaborado. Poderia até ter algumas ressalvas a seus termos, mas procurei ser fiel ao que le diz até mesmo na sua maneira de dizer, porque é o clamor que chega do mar.

Acho que a ação conjunta dos representantes do povo, com assento nesta Casa, deve ser feita e sobre este aspecto, o ilustre representante do Maranhão, falou muito bem, mostrando que, independente de coloração partidária, devemos unir nossos esforços para enfrentarmos o problema. É exatamente isso que estou procurando fazer aqui, sem nenhum passionalismo. Apenas, sou porta-voz...

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — V. Ex<sup>a</sup> permite que eu faça uma breve interrupção? (Assentimento do orador.) — V. Ex<sup>a</sup> teve a oportunidade de dizer que os políticos e o Governo — não sabia porque — eles abandonavam totalmente a causa dos pescadores. Ouvi do discurso de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Excelência, era exatamente o documento que estava sendo lido por mim, nesta oportunidade...

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — V. Ex<sup>a</sup> acaba de ler, no Senado. V. Ex<sup>a</sup> está encampando este ponto de vista. Não fez nenhuma ressalva e acredito que V. Ex<sup>a</sup> pertence à classe política e ao tomar esta posição — como estou tomando, como político — V. Ex<sup>a</sup> não fez a ressalva. V. Ex<sup>a</sup> ao tomar a defesa da causa dos pescadores, nada mais está fazendo do que interessando a classe política sobre o problema. Se foi uma acusação injusta V. Ex<sup>a</sup> encampou.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Acredito que V. Ex<sup>a</sup>, no seu trajeto pelos corredores da Casa, tenha até imaginado que a transcrição do documento havia acabado e, portanto, julgou minhas as palavras que estavam sendo ditas aqui, quando entrou neste recinto. Esclareço, pois, que V. Ex<sup>a</sup> pediu o aparte exatamente no ponto final da transcrição do documento.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Esperei V. Ex<sup>a</sup> terminar.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Exatamente. V. Ex<sup>a</sup> pediu o aparte quando terminei a leitura do documento e eu, sempre honrado com os apartes de V. Ex<sup>a</sup>, o concedi na mesma hora.

Por outro lado, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não tive ainda oportunidade, como ocorreu com o ilustre representante do Maranhão, de governar o meu Estado natal. Mas, apesar disso, já como Deputado Federal, na legislatura anterior, versei sobre esse mesmo problema que hoje novamente trago aqui. Tratei na outra Casa exatamente, sobre as grandes dificuldades por que passam os pescadores nordestinos, que, muitas vezes, naquelas suas jangadas toscas, arriscam a saúde e, não raro, a própria vida. É uma profissão que deve ser amparada; a pesca artesanal não pode ser ignorada face, inclusive, àquilo a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu — as grandes indústrias pesqueiras marginalizando inteiramente o pescador tradicional de nossas praias e de nossos rios.

É isso o que ocorre e o pescador já está desesperançado porque já tem sido várias vezes anunciado que o assunto está sendo estudado e resolvido pelos Ministérios. É necessário ação nesse sentido.

Os pescadores de minha região têm procurado colaborar com as autoridades, à proporção que mais se conscientizam dos seus direitos

e dos seus deveres. Nesse sentido, têm realizado, inclusive, encontros regionais de pescadores.

Tenho aqui, por exemplo, um boletim intitulado **Leme**, Nº 3, Ano 4, de maio deste ano de 1976 — "pescadores rumando para a sua promoção" — em que se dá conta do V Encontro que houve em Pernambuco, nos dias 25 e 26 de abril último do conclave, realizado no Centro de Treinamento de Olinda, participaram representantes de pescadores e pescadeiras, das seguintes praias: Caiçara e Canguaretama, do Rio Grande do Norte; Lucena, Pitibu e Cau, da Paraíba; Olinda, Ponte dos Carvalhos e Itapiçuma, de Pernambuco.

Nesses encontros eles têm procurado, sempre, debater os graves problemas que atingem toda a classe.

Nesta última oportunidade, os participantes do V Encontro procuraram não fazer falatórios mas, como sempre expor objetivamente as suas dificuldades. Dividiram-se em grupos de trabalho, através dos quais procuraram analisar, especificamente, certas situações.

Entre elas, por exemplo, eles colocaram os seguintes problemas: "Como está a produção de pescado em sua praia? Está melhor ou pior do que antes? Por quê?"

Os grupos constatarem, de um modo geral, que a produção do pescado está diminuindo. A diminuição, porém, variava, conforme a área, e poder-se-ia dividi-la em dois campos: áreas não atingidas diretamente pela poluição industrial, e áreas atingidas, diretamente, pela poluição industrial. Nessa última dá-se uma diminuição da produção, embora, de modo não muito alarmante e, nas primeiras — nas atingidas diretamente pela poluição industrial — constatarem não apenas a grande diminuição do pescado, mas a destruição impiedosa de toda a fauna marítima, pelos detritos industriais e pela calda do açúcar, das usinas.

Calda das usinas de açúcar, e resíduos de fábricas, nos rios de Pernambuco, é fato corriqueiro. Se nós, por exemplo, sairmos do Recife e formos ao Município limítrofe do Sul, encontramos, ao longo da estrada, o rio Jaboatão, que a margem, praticamente coberto por uma "gosma" branca que é, nada mais nada menos, do que a poluição, provocada, no caso, pela Fábrica Portela e a Mina Bulhões, que empestam, igualmente, o ar ambiental. Apesar da lei proibir o derrame das caldas nos rios, isso vem atravessando os anos sem nenhuma solução e com prejuízos tremendos para toda a ecologia.

Já em 1969, de 29 rios pesquisados em Pernambuco, 28 apresentavam elevado grau de poluição. Em 1970, levantaram-se 25 mananciais, todos poluídos.

Os principais agentes poluidores de nossas águas, por ordem de importância, são as usinas de açúcar, as destilarias de álcool, os curtiúmes com resíduos tóxicos, as fábricas têxteis, as indústrias químicas, os matadouros e os frigoríficos. Isso para não falar dos fatores de ordem sanitária e doméstica, que também, sem disciplinamento adequado, influenciam igualmente, para o elevado teor de poluição que, impunemente, danificam a quase totalidade dos nossos rios.

Um outro exemplo típico dessa situação é o do rio Beberibe, sacrificado na pureza de suas águas por uma série de fatores. Já nas suas cabeceiras, as fábricas do município de Paulista comprometem a sua salubridade. Em Olinda, no bairro de Caixa d'Água, a Fábrica de Papel Minerva engrossa a poluição do Beberibe. Nas proximidades da Fábrica Antártica, um curtiúme oferece mais contribuição à deterioração de suas águas. Finalmente, em Peixinhos, o Curtume Stª Maria e o Matadouro C. Maranhão e uma fábrica de farinha de ossos completam o estrago definitivo daquele rio, inutilizando-o completamente em termos de fauna e flora aquática. O ar fétido, por sua vez, invade os bairros adjacentes, sacrificando, mais ainda, a população já tão sofrida de Olinda e até de áreas do próprio Recife.

Esta situação não pode perdurar. Aproveitemos esta oportunidade para contra ela protestarmos, uma vez mais. E apelar para o Governo no sentido de que sejam tomadas enérgicas providências a fim de pôr um paradeiro nesse estado calamitoso dos nossos rios, em

especial os da Zona da Mata de Pernambuco e, particularmente, o Jaboatão e o Beberibe.

**O Sr. Evandro Carreira** (MDB — AM) — Nobre Senador, conceda um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE** (MDB — PE) — Com toda satisfação, Senador ilustre do Amazonas, que por todos os motivos tem grande autoridade para falar sobre pesca, sobre pescadores, sobre água.

**O Sr. Evandro Carreira** (MDB — AM) — Nobre Senador Marcos Freire, vem a propósito quando V. Exª me dá o direito de voz, no seu discurso e me faz justiça, porque, quando do meu primeiro discurso, afirmei, aqui, a vocação hidrográfica da Amazônia e o seu corolário imediato que é a vocação ictiológica, o aproveitamento daquela fauna imensa de peixes. V. Exª aborda o problema da pesca do Nordeste e com muita oportunidade, porque ainda não se tinha, aqui, debatido o assunto, principalmente com a participação auspiciosa do nobre Senador José Sarney, esse bravo companheiro que nos dá a notícia de que o Ministro do Planejamento estaria estudando o problema, para equacioná-lo. Mas, neste pronunciamento, V. Exª sobressalta um aspecto importante, qual seja a presença do pescador, na nossa costa marítima, como elemento de segurança do pescador artesanal, porque foi, justamente, esse pescador, na Segunda Guerra, e o será em todas as outras, que evitará o desembarque clandestino; ele polícia até o contrabando. A presença dele em todo o bordado da costa marítima é importante. Então, há uma necessidade urgente de ampararmos o pescador artesanal da costa marítima. Esse aspecto da poluição é seriíssimo, da destruição do plâncton, da destruição da flora e da fauna, que ajuda e que convive, naquele companheirismo, para a produção em grande quantidade da lagosta e de outros peixes. Há uma necessidade urgente do amparo à lagosta, que é um crustáceo, e dos outros peixes que existem em abundância na nossa costa. Agora, peço permissão para lembrar que os ingleses, Srs. Senadores, acabam de recuperar o Tâmis. Não há mais poluição no Tâmis. Estão agora pondo já fim ao célebre Smog, aquele fog londrino, que anuviava Londres em virtude da poluição, porque está exigindo de todas as fábricas, de todas as lareiras — não se usa mais lareira a carvão, em Londres, para não haver poluição. Em Londres, já se pesca à beira do Tâmis, como se fazia há quinhentos anos atrás. Então, a necessidade de determos essa poluição dos nossos rios, nobre Senador, V. Exª lembra com muita oportunidade, quando recorda esse trecho de Recife a Jaboatão. Há um desamor pelo equilíbrio da vida no planeta, hoje. Há só aquela desenfreada corrida pelo lucro, pelo imediatismo do lucro. E agora, peço permissão, nobre Senador, para falar da Ictiologia da minha terra. Quando eu pronunciava aquele primeiro discurso, o nobre Senador Jarbas Passarinho — que eu muito respeito —, naturalmente numa impetuosidade do aparte, disse que o Almirante Paulo Moreira da Silva, a maior autoridade em Ictiologia, negava aquela vocação ictiológica da Amazônia. Está provado que ele nunca negou. Está provado até que ele pede e afirma a vocação ictiológica do Nordeste, nos próprios açudes, nos currais e nas fazendas aquáticas e preconiza essas fazendas aquáticas. Infelizmente, diz que não são possíveis devido à propriedade da terra, que impede a feitura dessas fazendas. Mas, bem a propósito, ainda voltando ao nosso Amazonas, quero lhes dizer que se perde em Manaus cerca de 10 toneladas de peixe por dia. Apodrecem e são jogadas fora 10 toneladas, de peixe, em média, diariamente, porque a SUDEPE ainda não construiu um frigorífico. Basta lhes dizer isso, Srs. Senadores, que há muitos e muitos anos se perde, e a Amazônia toda, sem as fazendas aquáticas, sem racionalizar a produção, está capacitada a abastecer o Brasil de peixe, de carne, de proteína, porque só em Manaus, com 200 ou 300 barcos de 10, 15 e 8 toneladas, se estragam 10 toneladas por dia, se jogam fora. Vejam que manancial ictiológico é a Amazônia e desperdiçado por falta de um equacionamento. É por isso que ouço, com muito anelo de realização, o auspício do nobre Senador José Sarney de que o nos-

so Ministro do Planejamento está equacionando o problema. Confio na palavra do nobre Senador José Sarney. Muito obrigado, nobre Senador Marcos Freire.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Eu é que devo agradecer a V. Ex<sup>a</sup> a contribuição que trouxe ao meu pronunciamento e alertar a Casa para a gravidade deste informe, que o ilustre representante da Amazônia ora nos traz, mostrando que toneladas de peixe são postas fora, diariamente, enquanto que irmãos nossos, das mais variadas regiões brasileiras, estão morrendo de fome.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um outro aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Tão mais grave quanto isto ocorre em função de uma providência que nos parece de menor alcance: segundo o Senador Evandro Carreira, a instalação de um frigorífico para receber o pescado da Amazônia.

Ouçó, mais uma vez, com toda satisfação o ilustre Senador José Sarney.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Senador Marcos Freire, V. Ex<sup>a</sup> aludiu, nesse documento, que foi resultado desse encontro de pescadores em Recife, dois pontos principais: um deles é a diminuição do pescado, pela poluição das águas; o outro era o fato da poluição em si, nessas áreas.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Há uma série de causas, que poderiam ser apontadas...

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Mas, V. Ex<sup>a</sup> leu duas.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — ... as redes de malhas pequenas, talvez?

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — E as redes de malha pequena. Eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> — e é esse ponto, talvez, que devesse ser bem fixado — sobre o objetivo do estudo que solicitei ao Sr. Ministro do Planejamento, que é bem mais profundo. Eu também, Senador Marcos Freire, tenho sido portador de inúmeras reivindicações de pescadores do Maranhão. Devo dizer mesmo a V. Ex<sup>a</sup> que, na minha última viagem ao Maranhão, passei uma tarde inteira na grande Colônia de Pescadores da Raposa, talvez a maior do Estado, debatendo e colhendo, no local, como tenho feito algumas vezes, as reivindicações e os depoimentos daqueles que sofrem, na própria carne, o drama do seu trabalho e constatei que a maior queixa deles todos era, realmente, contra a pesca predatória, que as grandes indústrias pesqueiras vêm realizando, sem nenhum controle, em toda a costa Norte e Nordeste do Brasil. Então, temos uma nova espécie de retirante. Antigamente, saíam do Nordeste os retirantes das secas. Hoje, estão saindo, das costas do Nordeste, os retirantes da pesca. São velhos pescadores que, não tendo mais peixe naquelas áreas, estão emigrando para outras áreas. Nessas colônias, como é o caso da Colônia da Raposa, mais de dois terço da população é composta de pescadores antigos das costas do Ceará e do Rio Grande do Norte, que não têm mais condições de pescar, porque as grandes indústrias pesqueiras estão fazendo uma pesca predatória, com liquidação das espécies, sem nenhum controle e sem nenhuma fiscalização. Eles já se sentem ameaçados, também, aonde estão chegando hoje, nas costas das águas férteis do Maranhão, de serem vítimas deste mesmo estilo que os levou a emigrar das costas do Ceará e do Rio Grande do Norte para as costas do Maranhão. Então, esse é o problema que colocamos; a necessidade de uma legislação para delimitar, na faixa da costa brasileira, a área destinada à pesca artesanal e, mais longe um pouco, a área destinada à pesca industrial, em bancos de pesca que possam suportar o esforço pesqueiro industrial, sem liquidação das espécies, sem danos, também, ao plano social. O que irão fazer esses 400 mil homens que vivem exclusivamente da pesca, se desaparecer, como tem desaparecido das costas de alguns Estados do Nordeste, as suas condições de pesca? Foi este o problema que

levei ao Sr. Ministro do Planejamento, e não é um problema para ser resolvido, mas para ser estudado. Esta é uma colocação que não vai ser resolvida por esta geração, mas devemos, pelo menos, alertar para que ela seja equacionada a fim de preservar as costas brasileiras daquilo que realmente vem acontecendo, que é essa pesca industrial, predatória. Acho-o muito mais grave do que o problema da poluição, porque este pode ser resolvido através da energia, de mão firme na execução de leis que existem a esse respeito, mas o outro, uma vez causado esse dano à fauna marítima, evidentemente demandará muitos anos para que ela seja recuperada e com esforço muito maior e um custo social elevadíssimo, que é o custo da marginalização desses brasileiros tão dignos quanto quaisquer outros que trabalham nas demais regiões do País, da atenção e da consciência da Nação.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Agradeço a valiosa contribuição que o Senador José Sarney traz à elucidação desse problema dos pescadores do Norte e Nordeste do Brasil. Referia-me, aqui, anteriormente, às conclusões do estudo que foi procedido nesse último Encontro Regional dos Pescadores. Chegaram eles a algumas que convém assinalar. Como áreas de poluição de alto grau foram apontados os municípios do Cabo, Jaboatão, Recife, Olinda, Paulista, Igarassu e Goiana, todos em Pernambuco e Pitimbu, Cabedelo e Lucena, na Paraíba, sendo que o município de Pitimbu ainda é atingido pelas indústrias de Goiana, de Pernambuco. Mais adiante, mostram que, no decorrer da discussão, ficou cada vez mais claro que a maior causa da diminuição do pescado, constatada pelos participantes do encontro, não era propriamente as redes de malha pequena, como muitas vezes é apontado por aqueles que procuram, desse jeito, subtrair dos pobres pescadores os seus mangotes, as suas redes de arrasto etc., mas, exatamente a poluição industrial, que acaba com toda a vida dos rios e nas praias, matando os peixes grandes e pequenos, camarão, lagosta, ostra, sururu, mariscos, caranguejos, siri, guaiamum, e toda a flora marítima, como algas, plantas, etc.

No final das contas, a poluição é um mal que se generaliza cada vez mais neste País, atingindo por doenças, inclusive, a própria população. Após uma série de constatações dessa natureza, os pescadores, reunidos no V Encontro Regional, de Pernambuco, procuraram colocar a questão: o que as autoridades estão fazendo para resolver essa situação?

Após dar um diagnóstico, por assim dizer, do que lhes parecia os males que enfrentam, procuraram analisar objetivamente a ação governamental em relação a esses males e distribuíram a resposta em três itens principais:

- 1) a proibição das redes de malha pequena;
- 2) as medidas tomadas contra a poluição;
- 3) o andamento do projeto PESCART;

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Senador Marcos Freire, só para concluir meu pensamento, queria deixar consignado no discurso de V. Ex<sup>a</sup> que, em relação às grandes indústrias pesqueiras, também acho que o Governo deve tomar uma providência: não dar incentivos a esse tipo de indústrias que realmente vise essa pesca predatória e não fiscalizada com objetivos determinados...

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Sobretudo quando prejudicam uma multidão de homens que atuam nesse trabalho.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Exatamente, pelo aspecto social; segundo, também ser atento a que esses incentivos não sejam concedidos às grandes empresas estrangeiras no setor da pesca, que começam a se localizar naquela área.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Esta é mais uma contribuição que agradeço ao Senador José Sarney.

Sr. Presidente, as conclusões a que me referia estão escalonadas em 3 itens. Dizem eles:

- 1) A SUDEPE proibiu o uso das redes com malha inferior a 13 milímetros.

Em princípio, não somos contra esta proibição. Reconhecemos que as redes de malha pequena são uma das causas da diminuição do pescado, no Nordeste.

Mas não podemos concordar com a maneira de ser executada esta proibição:

— O pescador não foi consultado se tem condições financeiras de substituir as redes de malha pequena.

— A SUDEPE não nos perguntou se as redes de malha maior dão produção suficiente. Se já estamos matando pouco peixe com redes de malha pequena, quanto menos com redes de malha maior.

— A SUDEPE não nos perguntou se tínhamos outros tipos de armadilha e embarcações que dessem produção suficiente para sustentar as nossas famílias.

— Para continuar vivendo da pesca — e outros trabalhos não achamos em nossas praias — seria necessário pescar no alto. Mas para isso não temos embarcações, nem preparo.

— A SUDEPE deu um prazo para substituir as redes: em algumas praias até o dia primeiro de março de 1976, em outras até o dia primeiro de maio. E ameaça: Depois do prazo marcado, as redes de malha pequena que forem encontradas em uso, serão confiscadas e queimadas. Que a SUDEPE executa a ameaça, vimos no exemplo da Guanabara e de outras regiões.

A SUDEPE — Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — em vez de desenvolver, está precipitando o pescador cada vez mais no subdesenvolvimento, isto é, no desemprego, na fome, na doença, na miséria.

Quando é que a SUDEPE vai se tornar um órgão de desenvolvimento da pesca, ajudando não somente as Empresas de Pesca, mas, antes de tudo, o pequeno pescador???

Como se vê, não está havendo um trabalho associativo, um trabalho da SUDEPE junto àquele para quem esse órgão deve trabalhar. Não é possível se tomar medidas de cima para baixo, sem auscultar aqueles que poderão até ser beneficiados com certas medidas que venham a ser tomadas pelas agências de desenvolvimento.

Em 2º lugar, ele se referem às medidas tomadas contra a poluição, dizendo:

2) As medidas tomadas contra a poluição.

Quanto à poluição, as autoridades competentes sempre nos dizem: "já estamos tomando providências."

Esta resposta estamos ouvindo há anos.

De vez em quando chega até nós a notícia de que tal fábrica ou usina foi multada. Mas elas continuam tranquilamente com a poluição. Algumas das fábricas parecem até aumentá-la.

Isso desperta em nós algumas dúvidas sérias:

— Será que as fábricas realmente pagam as multas?

— Será que o poder do dinheiro está levando as Autoridades competentes a se calarem e ficarem de braços cruzados?

— O Órgão responsável pelo desenvolvimento do Nordeste não vê a calamidade da poluição? Há anos, vemos em frente às fábricas causadoras da destruição da fauna marítima, a inscrição: "a SUDENE colabora com este empreendimento."

Por que será que as Autoridades usam duas medidas:

uma para as Empresas, com tanta tolerância e, até certo ponto, conivência,

outra medida para o Pequeno Pescador indefeso, usando represões violentas???

Finalmente, os pescadores referem-se ao 3º item.

3) O andamento do Projeto PESCARTE.

Desde 1974, o Governo Federal instituiu mais um Órgão destinado ao desenvolvimento da pesca artesanal — PESCARTE.

Quando saiu o documento básico deste Projeto, muitos pescadores do Nordeste sentiram nova esperança de alcançarem dias melhores para eles e para suas famílias.

Esta nova esperança foi provocada principalmente pelos princípios gerais descritos nas páginas 29 a 34 do documento básico do PESCARTE, editado em fevereiro de 1974.

Estes princípios gerais falam da eliminação do paternalismo e do fortalecimento do associativismo.

Citamos literalmente:

"Da mesma forma que na agropecuária, a assistência à pesca artesanal tem se orientado mediante critérios paternalistas."

"Todavia, são critérios tendentes à eliminação do Paternalismo os que deverão presidir o PESCARTE. Isto se deve traduzir na mudança de atitudes do próprio pescador, da passividade ou indiferença comodista para a participação cada vez mais ativa no processo de administração da assistência e dos incentivos que lhe são dirigidos."

Já no Encontro Regional de Pescadores, realizado em abril de 1974, quando estudamos pela primeira vez o Projeto PESCARTE, subiu em nós nova esperança, porque nos sentimos tratados como gente, como pessoas capazes de assumir responsabilidades, como classe capaz de se organizar e de participar ativamente no processo de desenvolvimento. (Cfr. O Leme, Ano II, nº 7, maio de 1974.)

Hoje, abril de 1976, levanta-se a grande pergunta:

O que foi feito do Projeto PESCARTE?

Antes de tudo, os responsáveis do Projeto PESCARTE cometeram um erro imperdoável: jogaram técnicos em agricultura para o desenvolvimento da pesca.

Os dois anos decorridos já comprovaram que esses técnicos nada entendem da pesca, nem da índole e da mentalidade do pescador.

Citamos literalmente algumas conclusões dos círculos de estudo do V Encontro Regional:

"Esses técnicos que vêm representar o PESCARTE não querem ouvir o pescador."

"Nas poucas reuniões que fizeram com pescadores, deram apenas informações de coisas que nós sabemos melhor do que eles."

"De formação associativista nem vestígio."

"O PESCARTE não respeita a liberdade do pescador."

"Deviam dialogar para que eles compreendessem e sentissem as dificuldades que existem na vida de todos nós."

"Eles dizem que querem evitar o Paternalismo, mas querem tratar o pescador como a uma criança que vive sempre agarrada à camisa do pai ou à saia da mãe."

"Olham para as nossas Sociedades que nós mesmos fundamos, com desconfiança, como se fossem rivais. Se quisessem evitar o Paternalismo, dariam apoio às nossas Sociedades, sem quererem tomar conta delas."

"Os técnicos fizeram tantas promessas que não cumpriram. Prometeram muitos barcos e redes. Depois espalharam a notícia de que o Banco do Brasil não queria financiar os barcos porque não tinham

garantia. Também o Seguro não queria aceitar os barcos."

"Já estamos cansados de tantas promessas e de viver ludibriados pelos Órgãos."

Os próprios técnicos reconhecem que estão fracassando. Quando perguntamos a alguns deles o que estão fazendo, eles responderam:

"Não estamos fazendo nada."

"Não temos condições de trabalhar."

"Estou fazendo turismo."

Entre nós, pescadores, costumamos dizer: "O pescador nasce na fê e vive na esperança".

É por causa desta Esperança que queremos fazer mais uma tentativa de Crer e Esperar que o Projeto PESCARTE realize aquilo que, de início, foi a sua intenção.

Mas estamos convencidos de que só será possível, se ele executar fielmente o que está escrito nos Princípios Gerais do Documento Básico.

Sem a observância fiel desses Princípios Gerais, o PESCARTE terá o mesmo destino de projetos anteriores: fracasso total.

Será que as autoridades e os órgãos competentes querem este destino para o PESCARTE?

Volto, assim, a trazer minha palavra de apoio e incentivo às reivindicações daqueles que esgotam suas energias sobre as águas e sob o sol causticante do Nordeste.

Um movimento como o que sustentam os pescadores de minha região, inclusive com a colaboração abnegada do Pe. Alfredo, não pode ser ignorado pelos que governam esta Nação. Compreendam o seu linguajar, talvez a contundência de suas expressões e não vejam nelas, como sói acontecer tão comumente no Brasil dos nossos dias, intentos menores e sub-reptícios. Creiam que é o clamor da necessidade. Do sofrimento. Da falta de Justiça.

Por isso, faço minhas as vozes dos pescadores nordestinos. E, desta alta tribuna do Senado, transmito os seus anseios que se integram, no final das contas, na grande luta pela promoção do Homem. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena.

**O SR. ADALBERTO SENA** (MDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tem-se dito, muitas vezes, neste Plenário, que esta é uma Casa de ressonância dos reclamos populares. Ainda hoje, foi repetida essa expressão por um dos oradores que me precederam. Por isso, venho, neste momento, sem pretensão de fazer um discurso, servir de veículo a um desses reclamos que recebi, com o propósito de cooperar, aliás, com o Sr. Governador do Distrito Federal.

É incompreensível a morosidade, a procrastinação, que vêm ocorrendo nas transferências de telefones de uma para outra quadra residencial de Brasília. Não se compreende, Sr. Presidente, que a transferência de um aparelho telefônico não se efetive depois de quatro meses de espera. Desnecessário será enfatizar, neste passo, os transtornos e dificuldades que de tal fato advêm: para os usuários. As informações prestadas aos interessados, conseguidas depois de muito esforço, pois que de um órgão da TELEBRASÍLIA, informam que os esclarecimentos a respeito devem ser prestados por um outro setor, nunca são cumpridas dentro do cronograma anunciado.

É estranhável, por exemplo, que uma transferência da SQS 304 para a SQS 212, prometida para março, até esta data não se tenha efetivada.

No momento em que se fala pelo Sistema DDI para a França, Estados Unidos e outros países, Sr. Presidente, não se pode admitir que fatos como estes estejam ocorrendo nesta Capital.

No afã de que os mesmos cheguem ao conhecimento do Sr. Governador, é que ocupamos a tribuna, certos de que o Sr. Governador Elmo Serejo e o Sr. Diretor da TELEBRASÍLIA, a quem os moradores do Distrito Federal, em pouco tempo de gestão, já devem tão relevantes serviços e realizações, não ficarão indiferentes a esse nosso registro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No momento em que me chegam notícias alvissareiras da concentração emedebista em Santa Catarina, onde numa reunião ampla, com todo o estado-maior do Partido, discute-se um tema apaixonante para o Brasil, "O Homem e a Liberdade", nós recebemos do nosso Estado, hoje, notícia constrangedora e entristecedora, qual seja a da cassação, pela ARENA, de um dos Prefeitos do Município de maior significação no Setentrião do meu Estado, o Município de São Mateus.

Assim, Sr. Presidente, enquanto que no Sul se discute uma nova filosofia e se apontam caminhos ensolarados para a vida pública brasileira, no meu Estado a pressão que a ARENA vem exercendo sobre o MDB, sobre os nossos elementos, sobre os nossos prefeitos, sobre os nossos correligionários, é de miríades de atmosfera por polegada quadrada de território.

Assim, em São Mateus, um município chave do norte do Estado, de larga tradição na história política do Espírito Santo, que já deu dois governadores de Estado, lá, o MDB elegeu um homem simples, um agricultor, um homem de cor, trabalhador que, não afeito ainda às tricas e futricas da vida pública, deixou-se enleiar por uma Câmara onde se assentam as velhas raposas da ARENA daquele município, e, foi cassado por 6 votos a 3, pela Câmara, em sessão ontem realizada.

Sr. Presidente, impetrada foi uma medida de segurança à Justiça local, para restabelecer a normalidade institucional daquele município; e esperamos que a Justiça reconheça a posição de Amocin Leite, este prefeito cassado, e lhe devolva os poderes que uma Câmara parcial lhe tenta roubar.

Sr. Presidente, sou dos que não acreditam muito nessa filosofia eleitoral. No meu Estado tenho dito nas nossas concentrações que a nossa política tem que ser a política do jaboti: recolher a cabeça para baixo do casco a fim de enfrentar a tempestade que vem por aí; porque nós vamos ter as eleições com a maior pressão que já tivemos na história política do nosso País: são as próximas eleições que se vão ferir.

Enquanto o Presidente da República anuncia medidas violentas e quer a todo transe ganhar essas eleições, os seus delegados de confiança no interior do Estado: delegados de polícia, os correligionários da ARENA estão de mangas arregaçadas, para esmagar as últimas resistências do MDB. Portanto, quero crer que, no meu Estado, se desencadeou uma política de pressão e aliciamento como nunca houve.

Há dias, foi exonerado do INPS, em Cachoeiro do Itapemirim, um candidato nosso a prefeito, Dr. Gilson Carone, uma das mais altas figuras da medicina, da sociedade e da política do meu Estado, porque é candidato do MDB a prefeito do Município. Com razões, com recursos que fez ao INPS, garantiram restabelecê-lo, mas depois da campanha, depois da luta.

Assim, Sr. Presidente, com exemplos que não sejam a pressão, o aliciamento, candidatos nossos que saem do nosso Partido são nomeados para postos de destaque da política da ARENA. É o ali-

ciamento frontal, porque o poder tem braços compridos; o poder entra por baixo da nossa porta, vai a nossa mesa, ao nosso quarto, a nossa janela, até os meandros da nossa vida; e aqueles que são fracos, cedem. Eis porque espero que a luta seja desçaçaimada e violenta como se anuncia, mas nós do MDB capixaba, humildes, obscuros,...

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Não apoiado!

**O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES)** — ... pobres, mas resolutos, nós a enfrentaremos e, como diz o velho ditado "conforme a música nós dançaremos". Resistiremos em todos os municípios, em todos os locais da campanha, em todos os comícios que fizermos, mas resistiremos como resisti na minha campanha, na minha luta e na vitória do MDB.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tratarei de outro assunto, já que poucos minutos restam para se dar o término da sessão.

Temos notado que há horas em que, no Senado, o comparecimento é mínimo. São horas de depressão cívica para os Srs. Senadores! Quero então, Sr. Presidente, fazer uma comunicação: eu mesmo já falei aqui para um plenário que parecia um cenário lunar, um cenário de abandono em que só o orador e a Mesa se defrontavam.

Mas, Sr. Presidente, há o dispositivo regimental e nós haveremos de buscar a sua proteção quando, em qualquer fase dos trabalhos, estando no plenário menos de 11 Srs. Senadores, este dispositivo será acionado, e o Sr. Presidente suspenderá a sessão.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES)** — Pois não.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE)** — Se o Presidente usasse os rigores do Regimento, V. Exª não estaria brilhando aqui na tribuna.

**O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES)** — Agradeço o aparte de V. Exª que tem um outro sentido.

Mas, Sr. Presidente, nós invocaremos esse dispositivo regimental a fim de que tudo se cumpra conforme manda o rito do nosso Regimento Interno. Em tudo, o rito deve ser cumprido tanto por nós que estamos aqui cumprindo o nosso dever, como para os que estão nas Comissões e ou em seus gabinetes.

Mas, Sr. Presidente, quando entrava no plenário, encontrei-me com dois visitantes que diziam: mas isto que é o Senado, com 5 ou 6 Senadores, discutindo problemas tão vitais para o nosso País!

Isso, Sr. Presidente, recai sobre todos nós e eu recebi um sessenta e cinco avos da minha responsabilidade. Mas estou, aqui, cumprindo o meu dever.

Assim, Sr. Presidente, aviso aos navegantes que, na próxima semana, acionaremos esse dispositivo, porque queremos um plenário vivo, pulsante, cheio, para que aos visitantes não ocorra essa mesma...

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE)** — Permite V. Exª?

**O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES)** — Pois não.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE)** — V. Exª avise, também, aos navegantes do MDB que, a esta hora, estão em Santa Catarina.

**O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES)** — Não faço exclusividade, somos todos nós. Cada um, Sr. Presidente, que acenda a sua candea e cumpra o seu dever. Chegou a hora. Estamos numa fase pré-eleitoral em que grandes temas serão discutidos aqui e precisamos, então, da presença de todos na Casa.

Assim, Sr. Presidente, é o aviso que faço, a advertência, aquela advertência que Vieira faz em um de seus famosos sermões, guardadas as devidas proporções, da estrela para o pirilampo que ocupa a atenção da Casa neste instante.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Graças à tolerância da Mesa, está esgotada a lista de oradores.

A Presidência esclarece que o dispositivo invocado pelo nobre Senador Dirceu Cardoso assegura a iniciativa não só à Presidência, como qualquer a um dos Srs. Senadores. A Presidência não o aplicou em consideração e apreço aos que estão presentes, porque, evidentemente, se aplicada essa regra, com todo o rigor, não seriam prejudicados os ausentes, mas os que estão presentes, cumprindo o seu dever.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima segunda-feira, a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 261, de 1976, do Sr. Senador Accioly Filho, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 96 e 144, de 1976, dos Srs. Senadores Ruy Carneiro e Nelson Carneiro, que alteram a redação da alínea "B" do artigo 580 da Consolidação das Leis do Trabalho.

— 2 —

Votação, em turno único, o Requerimento nº 265, de 1976, do Sr. Senador Otair Becker, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo publicado no *Correio Braziliense*, intitulado "Uma Fórmula Insólita", de autoria do jornalista Edison Lobão.

— 3 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1976, do Sr. Senador José Esteves, que determina seja contado, para o militar, o tempo prestado em atividade privada, e determina outras providências, tendo

PARECER, sob nº 382, de 1976, da Comissão:

— de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)

## ATAS DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE AGRICULTURA

9ª REUNIÃO (ORDINÁRIA), REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 1976

Às dez horas e trinta minutos do dia dois de junho de mil novecentos e setenta e seis, sob a Presidência do Sr. Senador Orestes Quêrcia — Presidente, presentes os Srs. Senadores Evandro

Carreira, Adalberto Senna, Amaral Peixoto, Franco Montoro, Mauro Benevides, Cattete Pinheiro e Nelson Carneiro, reúne-se a Comissão de Agricultura, na Sala "Epitácio Pessoa".

Encontram-se, ainda, presentes à reunião, as seguintes personalidades convidadas: Heitor Gurgulino de Souza, Diretor do CNPQ — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Maria Tereza Jorge Pádua — Diretora da Divisão de Proteção à Natureza do IBDF, Deputado Mário Frota, José Manuel Carvalho

de Vasconcelos do IBDF (POLAMAZÔNIA), Jary Berbard Wetterberg (Técnico da FAO — Nações Unidas), Elyowald Chagas de Oliveira — Engenheiro Agrônomo do IBDF, João Banton — Jornalista, Leonardo Cummings (Universidade de Brasília), Marcos Cesar Incini (Universidade de Brasília), Hildebrando de Miranda Flor — Departamento de Engenharia Agrônômica da Universidade de Brasília, Zenôr Costa Dias (Engenharia Florestal — Universidade de Brasília), Liene Eiten (Engenharia Florestal — Universidade de Brasília), Ezechias Heringer (Engenharia Florestal — Universidade de Brasília).

O Sr. Presidente, ao constatar a existência de número regimental, declara aberta a reunião, e dispensa a leitura da Ata da última reunião, que, imediatamente, é considerada aprovada.

Inicialmente, o Sr. Senador Orestes Quêrcia declara, que tendo em vista a indicação do ilustre Senhor Senador Nelson Carneiro, a Comissão de Agricultura decidiu proporcionar aos membros que a integram e, também, aos convidados, um Ciclo de palestras, a respeito da situação florestal brasileira. Prosseguindo, afirma que trata-se de um problema bastante atual, não só em nosso País como em todo o mundo, pois o que se vê, são as riquezas naturais, as florestas, os rios submetidos ao espírito de predação, que é natural da natureza humana, e que, em razão das necessidades ecológicas, precisam ser preservados ou substituídos, quando predados. Encerrando as suas considerações, o Senador Orestes Quêrcia comunica o início do referido Ciclo, com a conferência que será proferida hoje pelo Professor Warwick Estevan Kerr, Professor de Citologia e Genética da USP, ex-Presidente da Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Ciência e, atualmente, prestando a sua valiosa contribuição à frente do Instituto de Pesquisas da Amazônia.

Em seguida, a palavra é concedida ao Professor Warwick Estevan Kerr, que passa à abordar o tema "Situação Florestal no Brasil".

Ao término da Exposição, a palavra é franqueada, para aqueles que desejam dirigir perguntas ao Conferencista. Na oportunidade, fazem uso da palavra os Srs. Senadores Cattete Pinheiro, Adalberto Sena, Franco Montoro, Evandro Carreira e Amaral Peixoto, Dona Maria Tereza Jorge Pádua (IBDF) e Deputado Mário Frota.

Ao final, o Sr. Presidente — Senador Orestes Quêrcia, em nome da Comissão de Agricultura e do Senado Federal manifesta o seu profundo agradecimento à S. S<sup>a</sup> o Professor Warwick Estevan Kerr, pela boa vontade demonstrada, ao ter vindo lá do Amazonas para Brasília, a fim de proferir essa palestra, que enriquecerá bastante tudo aquilo que se pretende fazer, em termos de estudo, a respeito deste assunto tão importante.

A Exposição proferida, bem como os debates travados na presente reunião foram gravados e as respectivas Notas Taquigráficas são publicados em anexo à presente Ata, com a devida autorização do Sr. Presidente.

Nada mais havendo à tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

*ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 1976, DESTINADA A OUVIR A PALESTRA DO PROFESSOR WARWICK ESTEVAM KERR, DIRETOR DO INSTITUTO DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.*

*PRESIDENTE: SENADOR ORESTES QUÊRCIA  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENEDITO FERREIRA.*

*INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO.*

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Havendo número regimental, declaro aberto os trabalhos desta Comissão.

Meus senhores, meu caro Professor Warwick Estevam Kerr, Srs. Senadores, Sr. Diretor do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Dr. Heitor Gurgulino de Souza, Srs. Representantes da Universidade de Brasília e também do IBDF que se encontram aqui presentes:

A Comissão de Agricultura do Senado Federal, tendo em vista indicação do ilustre Senador Nelson Carneiro, decidiu proporcionar aos membros da Comissão e, também, aos convidados um ciclo de palestras, a respeito da situação florestal brasileira. Evidentemente, é um problema bastante atual, não só em nosso País como em todo o mundo, as riquezas naturais, as florestas, os rios submetidos ao espírito de predação, que é natural da natureza humana, e que, em razão das necessidades ecológicas, precisam ser preservados ou substituídos quando predados. Em razão disto, nós da Comissão de Agricultura concluímos pela oportunidade deste ciclo de palestras, que estará constituído a partir de hoje, a cargo do ilustre Professor Warwick Estevam Kerr, Professor de Citologia e Genética da USP, ex-Presidente da Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Ciência, atualmente prestando a sua valiosa contribuição ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. S. S<sup>a</sup>, no dia de hoje, falará sobre a situação florestal brasileira. Da mesma forma, teremos nas próximas semanas o Professor Ezechias Heringer, Professor de Botânica na Universidade de Brasília, o Professor Roberto Burle Marx, Paisagista, que estará aqui juntamente com o Professor Luiz Emílio de Melo, que é Botânico. A seguir, teremos o Jornalista Jorge B. de Castro, que é responsável pelo Suplemento Agrícola do jornal *O Estado de S. Paulo*, o Dr. Aparício Nunes Noronha, que é Presidente da ABRAR — Associação Brasileira das Empresas de Reflorestamento.

Portanto, é com entusiasmo que a Comissão de Agricultura do Senado Federal inicia, hoje, este ciclo de palestras como o objetivo de poder prestar a sua colaboração a este problema tão atual, tão importante para a preservação da ecologia em nosso País.

Meu caro Professor Warwick Estevam Kerr, queira receber, portanto, da nossa Comissão de Agricultura do Senado, a homenagem pelo grande trabalho que V. S<sup>a</sup> tem prestado à frente do INPA, que objetiva pesquisas para a proteção do futuro da Amazônia, e também, o nosso agradecimento pela sua boa vontade em vir ao Senado, à Comissão de Agricultura, fazer palestra. Portanto, tem V. S<sup>a</sup> a palavra.

O SR. WARWICK ESTEVAM KERR — Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Orestes Quêrcia, DD. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, Exmos. Srs. Senadores aqui presentes, meus Senhores, minhas Senhoras, caríssimo amigo Senador Evandro Carreira:

Recebi, no último dia 22-5-76, telefonema do Dr. Marcus Vinicius, consultando-me sobre a possibilidade da minha ida à Casa Magna do Legislativo Brasileiro, nosso Senado Federal, a fim de proferir uma Conferência sobre "A Situação Florestal Brasileira", numa série de estudos e debates destinados a esclarecimentos e discussões sobre tema de tal relevância.

Gostaria, Exm<sup>os</sup> Srs. Senadores, de ir direto ao ponto principal do tema que me foi confiado e, se houver tempo, passarei a discutir alguns assuntos paralelos ao mesmo.

#### DESTRUIÇÃO DE FLORESTAS

No Brasil temos 5 (cinco) tipos principais de florestas: a chamada Floresta Amazônica, a Floresta Atlântica, os Campos Cerrados, as Caatingas e as Auracárias, e, sem exceção, todos esses 5 tipos estão sendo gradual e sistematicamente destruídos.

Pouco sobra da Auracária, a não ser parte do Sul do Paraná e Santa Catarina.

Os Campos Cerrados não têm sido encarados como tipo de floresta e tem sido permitida a substituição deles por florestas artificiais de *Eucalyptus* e *Pinus*. Com isso toda a flora e fauna, de uma riqueza incalculável, estão sendo rapidamente destruídas. Talvez a floresta que, na unidade de tempo, vai ser mais rapidamente destruída será a dos Campos Cerrados.

A Floresta Atlântica parecia, até poucos anos atrás, inapropriada a uma exploração comercial e também extremamente perigosa de ser explorada pela soma enorme de desbarrancamentos que poderiam ocorrer logo em seguida; mesmo com todos esses percalços a floresta atlântica também está sendo destruída.

A Caatinga talvez seja o tipo economicamente menos explorável e, portanto, está sendo aquele que em porcentagem de sua área, está resistindo mais. Não é considerada floresta pelos ecologistas, mas sim um BIOMA.

A Floresta Amazônica está sendo bastante predada, porém não tanto em seu conjunto todo; mas está sendo depredada das essências mais úteis sem que nada se faça para a sua rápida substituição.

Uma publicação, nos jornais de novembro de 1974, do IBDF, mostrava que a região Amazônica já tinha perdido 24% das suas florestas. Tais florestas cobriram 3.574.000 km<sup>2</sup> da área Amazônica e, estavam reduzidas a pouco mais de 2.700.000 km<sup>2</sup>.

Em 1952, em uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o Prof. Ernest Maack, geólogo da Universidade do Paraná, declarou que, se a taxa de destruição da Floresta do Norte do Paraná continuasse naquela base, em cerca de 50 anos não haveria mais floresta Atlântica na terra roxa daquele Estado (que era muito possivelmente, a floresta com as árvores de maior média de altura em todo o mundo). Sua proclamação colheu da audiência uma enorme gargalhada; a floresta do Norte do Paraná parecia eterna às pessoas que assistiam aquela conferência; nada haveria no mundo que pudesse acabar com ela! Seis anos mais tarde o Prof. Maack, em outra reunião da mesma Sociedade, pediu permissão para refazer as suas declarações, pois, na realidade elas eram subestimativas; a taxa mensal de destruição tinha aumentado consideravelmente. Hoje, em 1976, já se passaram seis anos desde que as últimas florestas do Norte do Paraná foram cortadas, e, substituídas por cafezais ou outros produtos agrícolas. Presentemente, somente bosques em fazendas particulares permanecem, como os últimos redutos daquela floresta e que, mesmo assim, estão gradualmente desaparecendo, conforme o dono morra ou venda a fazenda.

### REFLORESTAMENTO

O problema brasileiro de reflorestamento é economicamente muito importante e nos dois próximos anos poderá diminuir a destruição de florestas, especialmente no Sul do País. Todavia, por enquanto, a substituição de Campos Cerrados, por **Pinus** e **Eucalyptus**, está tendo conseqüências dramáticas na nossa flora e na nossa fauna, pois de um ponto de vista ecológico, ela sofre de dois defeitos básicos: primeiro, por permitir-se, às companhias de reflorestamento, destruir uma floresta nativa e, segundo, substituí-la por **Eucalyptus** ou **Pinus**, que são espécies exóticas e que não pertencem a nenhum dos ecossistemas brasileiros. Ao redor de Ribeirão Preto, aonde vivi até o começo do ano passado, nos últimos cinco anos, mais de 10.000 km<sup>2</sup> de Campos Cerrados foram cortados e substituídos por essas duas espécies alienígenas. Como resultado a flora e fauna dessas áreas foram reduzidas, praticamente, a zero no primeiro mês; porém mais tarde, essa área foi invadida por alguns insetos que podem viver no sub-bosque secundário da floresta de **Eucalyptus**. Todavia, na floresta de **Pinus** nem isso acontece.

Não sei quantos de V. Ex<sup>ts</sup> já viram uma floresta de **Pinus**, mas perto de Batatais existem algumas e das enormes, e na floresta de **Pinus** se cria, no solo, aquelas espículas que caem das folhas; há uma acidificação do solo e se forma, em alguns tipos de **Pinus**, também, uma camada em cima, na qual não nasce absolutamente nada. É um dos poucos lugares nos quais pode-se dormir sossegado, no chão, porque não há nem aranha, nem cobra, nem coisa nenhuma.

No Sul do País, centenas de companhias privadas nasceram e estão promovendo esse tipo de "Reflorestamento". Chamo "Reflorestamento" entre aspas, a esse tipo, porque ele implica na destruição de uma floresta antes existente, e em alguns lugares chama-se a isso reflorestamento à brasileira, porque, normalmente, entende-se por

reflorestamento colocar floresta no lugar em que não existe floresta, mas derrubar uma para pôr outra é chamado, então, em muitos lugares, especialmente na França, reflorestamento à brasileira.

Acho que existem tantas áreas sem mata, necessitando de florestas, que não haveria necessidade de destruímos uma floresta que existe, para substituí-la por uma outra, mesmo que de maior valor econômico.

Uma das companhias mais poderosas está plantando 12.000.000 de mudas de **Eucalyptus** por ano; estima-se que a taxa de destruição para todo o Brasil é superior a 200.000.000 de árvores! Portanto, não temos nenhuma indicação de que a taxa de destruição esteja sendo atenuada.

Europeus, norte-americanos e agora japoneses, estão importando carne de boi, que subiu bastante nos últimos anos em suas cotações no mercado internacional. As nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento deverão, então prover essa carne e, portanto, para satisfazer a essa demanda, grandes quantidades de floresta mista (de muitas espécies) estão sendo destruídas e plantadas homogeneamente com capim, para alimentar o gado. Os Estados do Nordeste possuem apenas 2,5% de seus territórios cobertos por florestas; o grande Estado Central de Minas Gerais tem apenas 10% de seu território coberto por florestas. No entanto, a Alemanha industrial, segundo me informou na semana passada o Dr. Harald Sioli, tem cerca de 30% do seu território coberto por florestas.

Não conheço nenhuma cidade brasileira que tenha a quantidade de mata que tem a Capital da Alemanha. Nenhuma, nem as da Amazônia.

### CONSEQÜÊNCIAS

Em 1972, lembro-me que, um dia quis me deslocar de Ribeirão Preto para o Sul de Mato Grosso e os tecos-tecos não puderam fazê-lo porque o rádio estava informando que as condições de visibilidade não eram boas; era mês de agosto, era mês de seca e o que estava prejudicando a visibilidade dos transportes aéreos era a fumaça das matas de Mato Grosso que estavam sendo queimadas.

As conseqüências do desmatamento têm sido observadas, a longo prazo em vários lugares do mundo. O norte da África, no tempo de Cristo, era o celeiro da Antiga Roma. Hoje as informações que nos chegam é que o Saara continua aumentando diminuindo a área agricultável. (\*)

A área com floresta da Amazônia é de 2.731.000 Km<sup>2</sup>, e as informações que os satélites nos deram das devastações de toda a Amazônia, no último ano de 1975 (informação pessoal de H. Sioli), foi de um desmatamento de 100.000 Km<sup>2</sup>. Isso daria para a mata virgem da Amazônia, nessa taxa de desmatamento, 27 anos e 4 meses de existência. Gostaria de dizer que não creio que a Amazônia irá durar apenas 27 anos, porque acho que dentro de poucos anos a taxa de destruição será consideravelmente diminuída, especialmente se conseguirmos, com medidas do Governo, por sugestões do Senado, da Câmara dos Deputados, fazer com que a lei brasileira (que impede a destruição de 50% das florestas das fazendas da área da Amazônia Legal) seja cumprida. Todavia, no momento, é fácil verificar, olhando de avião, que os 50% de floresta, que deveriam permanecer em pé, não estão sendo deixados, ou seja, esta metade, está sendo derrubada junto com aquela que é legalmente permissível. A exceção a essa regra são os projetos da SUDAM; nos projetos da SUDAM, realmente, os 50% estão ficando, porque a pessoa que tem a fazenda, ou que tem um empreendimento agrícola espera obter um incentivo, no futuro, e se não mantiver ao 50%, evidentemente, não receberá esse incentivo na segunda vez.

Existem várias conseqüências para a destruição de florestas: a retenção de água é diminuída; a erosão da terra aumenta a tais níveis que muitos rios se tornam assoreados, a sua profundidade diminui e, conseqüentemente, maiores enchentes ocorrem. Tão grande é o pro-

(\*) Segundo informações do IBDF o desmatamento do Acre começou fortemente em 1973 e, até aqui, 5% já foram abertos. Nesta base a Floresta Amazônica Acreana, duraria 58 anos e 9 meses.

cesso de erosão que está afetando até os grandes rios. Nos últimos 20 anos, duas novas ilhas fluviais foram formadas no Rio Paraná, no Sul do Brasil perto do Guaira, devido a terras transportadas por outros rios. O mesmo acontece com o rio Solimões, próximo de Manaus.

A distribuição de chuvas também está mudando. Salati e outros pesquisadores do SEMA, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, estão estudando o oxigênio 18 e Deutério e correlacionando a sua concentração com a precipitação, com a região geográfica, e com a estação.

Até agora esses estudos revelaram que algumas áreas cobertas com árvores, distantes cerca de 60 Km de outras que são cobertas com grama, têm uma distribuição de chuvas bem distintas durante o ano. De acordo com Salati, a evaporação produzida por árvores, é maior do que aquela produzida por gramíneas, e essa maior evaporação é um dos fatores responsáveis pela maior e mais regular taxa de precipitação pluviométrica. Segundo Sioli, a mesma água chove 5 vezes na terra firme antes de cair no igarapé amazônico, fenômeno que só aqui acontece.

Neste contexto deve ser mencionado que um dos maiores problemas agrícolas da chamada **área da seca** no Brasil, não é a falta de chuvas, porém, a irregularidade da precipitação.

A construção de estradas em várias regiões, mesmo que necessárias, tem ocasionado uma imediata diminuição nas florestas que as margeiam.

#### INFORMAÇÕES SOBRE O INPA

Gostaria, agora, Exmos Srs. Senadores, de apresentar algumas soluções, baseadas em pesquisas, tanto do Instituto que dirijo como de outros lugares. O INPA, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que agora, no mandato do Presidente Geisel está, pela primeira vez, recebendo verbas adequadas, tem suas bases no momento em 3 lugares da Amazônia Legal e está procurando estabelecer-se em outros, talvez dentro deste ano, dependendo das verbas disponíveis.

A sede é em Manaus. No INPA-Manaus temos as divisões de: Biologia, Ciências Médicas, Ciências Tecnológicas, Agronomia e Projetos Especiais. No INPA-Belém, temos as divisões de Arqueologia, Antropologia, e Biologia. No INPA-Aripuanã, temos já em funcionamento as divisões de Biologia, Agronomia e Antropologia. No momento estamos contando abrir mais um grupo de laboratórios em Cuiabá (seria o INPA-Mato Grosso), um em Rio Branco (INPA-Acre) e outro em São Luís (INPA-Maranhão), para resolver problemas locais.

O grupo de Ecologia do INPA/Manaus, fez uma declaração, no ano passado, ainda perfeitamente válida, sobre alguns problemas da floresta amazônica. Mostraram eles que a floresta amazônica de terra firme consegue manter um ciclo de nutrientes extremamente fechado. O solo de terra firme não contém reservas de sais minerais essenciais às plantas; esse fato transparece muito bem no estudo do balanço químico da bacia do rio Negro. Enquanto que com a chuva que cai sobre a floresta que margeia o rio Negro, entram 6,2k, por hectare, por ano, de Nitrogênio e 0,18k por hectare, por ano, de fósforo, saem com as águas do rio Negro, respectivamente, 4,8 e 0,1k por hectare por ano. Como se vê, a água do rio Negro chega a ser mais pura que a água da chuva (em relação, pelo menos, ao Nitrogênio e ao Fósforo), e a floresta consegue reter essas quantidades mínimas importadas (de acordo com Sioli, 1969). Encontram-se mais espécies de plantas, fungos, insetos e bactérias, em poucos hectares de floresta tropical, do que na totalidade da flora e fauna da Europa. Nessa enorme diversidade biológica jaz o fator essencial para sua grande eficiência em retenção e completa reciclagem de nutrientes (Klinge, H. & E. J. Fitikau, 1972). Ao cortar-se ou queimar-se as matas, os nutrientes são liberados abruptamente com as cinzas, exportados com as madeiras e uma parte logo é lixiviada com as chuvas. Se o crescimento das gramíneas for bem e imediato, o que restar pode ser retido. A concentração dos nutrientes (solúveis), pode mesmo ser

maior em certas pastagens do que na mata primária (como indica Falesi, 1975). A quantidade total porém é menor e está fadada a diminuir. Não havendo mais cobertura florestal o impacto das chuvas faz-se sentir diretamente sobre o solo, iniciando-se neste um processo de erosão e compactação (havendo pisoteio de animais, a situação se agrava). \*

Uma medida de permeabilidade do solo, feita pelo Dr. Herbert Schubart, um carioca que dirige nossa Seção de Ecologia, nas proximidades do Distrito Agropecuário da SUFRAMA, forneceu o seguinte resultado: 12,0ml/cm<sup>2</sup>/min., de água penetram no solo da mata contra 1,3ml/cm<sup>2</sup>/min. numa pastagem da mesma mata com 5 anos de formação. Nessa mesma pastagem o Dr. Schubart viu, pela quantidade do solo protegido da ação das chuvas, sob troncos derrubados, que 5 ou 10cm do solo superficial já tinham sido erodidos pelas chuvas. Este mesmo material, que no solo é o que há de melhor, vai provocar o assoramento dos rios. Muitos pesquisadores da Amazônia dizem que as atuais e constantes enchentes do rio Solimões podem ser devidas ao seu assoramento, provocado pelo grande corte de matas nas cabeceiras, especialmente no Acre e na Colômbia.

A Região Amazônica é formada por 3 partes distintas: aquilo que chamamos de o estudo da Guiana, que é a parte Norte, extremamente pobre; o escudo do Brasil Central, já não tão pobre; e as zonas dos Andes e Planaltos subandinos, que através da várzea penetra por todo o vale Amazônico, como se fosse um corpo estranho de terra extremamente fértil. Isto porque os sedimentos férteis que a compõem se originam, direta ou indiretamente, do processo de erosão dos Andes em regiões pré-Andinas, constituídas de rochas geologicamente muito mais recentes e mais ricas em nutrientes; as pesquisas do INPA indicaram, nestes últimos anos, que o sistema Solimões-Amazonas injeta, na Amazônia Central, grátis, os elementos de que mais necessita, fazendo da várzea uma área de grande riqueza. Precisamos aprender a usar a várzea. As enchentes, ao invés de serem fontes de desgraças, devem ser fontes de bênçãos e riquezas. Temos de aprender a viver com elas, desenvolvendo sistemas de casas, de exploração pecuária, de conservação das florestas essenciais ao peixe e ao homem, e para plantio de plantas anuais de alto valor e melhores sistemas de transporte fluvial.

Nas nossas pesquisas estamos dando prioridade a esse importante tópico do nosso ecossistema. Ainda, recentemente, pesquisas do Dr. Fasal Bahman, com soja, demonstraram duas coisas: 1º) que parcelas adubadas produziram tanto quanto aquelas não adubadas, indicando que o nível de fertilidade já era muito alto na terra da várzea; 2º) mostrou que a soja pode ser cultivada na Amazônia e que temos uma variedade, a Júpiter, recentemente detectada pelo Dr. Fasal Rahman, de produção excepcional, naquela área.

Eu poderia informar, agora, que os resultados dos cruzamentos dele, recentemente obtidos, deram uma variedade com duas vezes a produção da Júpiter. Se isto aí for bem utilizado na Amazônia será de uma riqueza incalculável para aquela área.

Todavia, mais pesquisas são necessárias. Por exemplo, verificamos, ainda, há poucos dias, a quantidade enorme de gramíneas flutuantes que existem no Solimões, em alguns dos seus afluentes e em vários dos seus lagos — é o capim membeca (*Raspalum repens*), é a canarana (*Echinochloa polystachia*), o capim-navalha (*Leersia hexandra*), o capim-muri (*Paspalum fasciculatum*), etc.

Cito os nomes científicos porque os nomes vulgares que citei, aqui, são da Região de Manaus, e elas variam muito dentro da própria Amazônia.

Para o aproveitamento desses muitos capins, o INPA está pesquisando a sua utilização para o gado, colocando em terras firmes ou marombas, logo nas margens do grande rio. As nossas observações também indicam que é mais vantajoso ter o búfalo, naquela região, do que o gado zebu ou o europeu.

A nossa Seção de Silvicultura está demonstrando que muitas espécies da Amazônia, com madeiras excepcionalmente boas, podem perfeitamente ser cultivadas, desde que no mesmo campo não sejam colocadas plantas de uma mesma espécie.

Sugestões: dentre as muitas sugestões que temos considerado, para salvar parte das florestas brasileiras, estão as seguintes:

a) maior número de parques naturais, nas áreas tropicais. Com um número de ambientes tão variáveis, precisamos ter muitos parques — mesmo que sejam pequenos — afim de representar os diferentes nichos ecológicos do País e da Região.

Fico satisfeito em saber que tem um grande grupo do IBDF aqui, que se nós podemos apresentar muitas coisas positivas, que têm sido feitas por esse Instituto, há uma que considero negativa e que ainda há tempo de ser reparada, é a falta de criação de um grande número de parques, em todo o território nacional.

b) promover o reflorestamento não somente com Eucaliptus e Pinus mas, também, com espécies locais de plantas. Isso é muito importante pois não só teremos a vantagem da madeira e da celulose como, também, teremos a vantagem de que a fauna silvestre pode sobreviver, pois ela está adaptada a comer os frutos, as folhas ou as flores das nossas árvores, mas não está adaptada a comer o eucalipto e o pinus. Nem todos têm obrigação de saber, mas o eucalipto é da Austrália e o Pinus é da América Central, para cima; portanto são essências alheias aos ecossistemas brasileiros.

Educação: c) A Ecologia. Especialmente seu capítulo que trata de conservação na natureza e a Biologia, que devem ser ensinadas desde as escolas primárias até os últimos anos das Universidades, em todos os cursos, especialmente para engenheiros, arquitetos e agrônomos.

Um programa de educação deve ser usado para diversificar os nossos hábitos de alimentação, a fim de não sobrecarregar um único animal, como gado, para a nossa alimentação.

Neste ponto, posso informar que o INPA está produzindo e testando, neste momento, uma cartilha de triplice autoria: Dr<sup>a</sup> Geraldina Porto Witter, eu e o Dr. Ozório José Fonseca. É uma cartilha de alfabetização, porém ao final da cartilha já promove os primeiros ensinamentos aos alunos a respeito de Ecologia, Cadeia Alimentar, Reprodução, Higiene, Raças, etc.

Só para mostrar aos senhores, eu trouxe a cartilha que nos foi encomendada pelo Governador Henocho Reis. Acho que a grande maioria, a quase totalidade das cartilhas brasileiras se preocupa muito com o ensino de ler e escrever — o que é lógico — e muitas delas nem sabem como ensinar a ler e escrever, sendo que 90% das cartilhas são condenadas pelos psicólogos especialistas em aprendizagem infantil. Cada vez que os senhores vêm uma cartilha com compacta — em forma de livrinho — já ponham dúvidas sobre a coisa; é que a criança deve receber folha por folha. Então, devem ser destacadas. Nesta cartilha, aqui, por exemplo, os desenhos são cientificamente bem feitos. O palavreado é o usado no Norte. Esta cartilha não serve para o Sul, só serve para a Amazônia. Por um peixe como este aqui, no Sul, pouco significado tem; para o Norte, é dos peixes mais queridos; não é o mais freqüente, que é o pirarucu, mas é o peixe mais querido da Região. A casa é o tipo que eles estão acostumados a ver; a árvore é a Castanha do Pará; o macaco é o cuatá, o macaco que o pessoal mais gosta de comer, enquanto que para o pessoal do Sul comer macaco pareceria algo meio estranho, mas na região do Rio Negro o macaco é um prato delicioso. E quando a gente está no ecossistema trata de comer macaco, também.

Então, estas são as palavras da criança. Mas, quando se chega às frases aquelas usadas nas nossas cartilhas não fazem jus à inteligência da criança. Ivo corre atrás da bola; a bola do sujeito é azul, etc, mas isso aí não vai contribuir em nada.

A Universidade de Harvard mostrou que 100% daquilo que se aprende até o 3º ano de idade escolar fica gravado para o resto da vida, 70% do que se aprende até o 8º ano de vida; e daí vai diminuindo; provavelmente, da nossa palestra, aqui, vai sobrar 1 por 1.000.

Queira Deus que sobre um pouquinho mais que isso, porque é assunto que interessa a todos. Muita gente pensa que aprendeu, mas não aprendeu nada, simplesmente consolidou aquilo que já sabia. E aquilo que ele não sabia ele ficou até com raiva de ter ouvido, porque perdeu tempo. Existe a nossa atitude, a minha também.

Na página 49 vem das frases — só para os senhores verem — “Evite destruir a mata. Ela purifica o ar, ela abriga os pássaros. Cuide das nossas matas, cuide dos nossos pássaros, cuide dos nossos animais. Poluir os rios é errado. A sucuri é uma cobra, ela é forte”.

São frases que já indicam alguma coisa. Outra frase aqui, é simplesmente para usar uma palavra, para questões fonéticas, para questões de se aprender frases, mas a maioria delas ensina alguma coisa.

Na página 54 já se ensina alguma coisa a respeito das abelhas locais. A urucu é uma abelha, a jandaíra é outra, que vive em sociedade onde cada colônia possui operárias e rainhas, a rainha põe ovos e a operária trabalha. Muitos não sabem disso, especialmente naquela região, apesar de usarem o mel, não conhecem esses detalhes.

“Escove os dentes, depois de comer, etc. O problema de dentição da região é muito grande; então, escovar os dentes, após as refeições, é repetido três vezes na cartilha.

Isso é só para dar um exemplo de duas lições nas quais se aprende muitas coisas. Garanto que se os senhores lessem a cartilha iriam dizer: Que pena não ter sido eu alfabetizado por essa cartilha, senão eu já saberia que a abelha possui seis patas, assim como todos os insetos, que passando sabão num pato ele afunda, etc. Coisas dessa natureza são de informação científica e que servem para administrar a metodologia que existe lá. Então, garanto aos senhores que a melhor cartilha será utilizada na região, que até agora tem a maior evasão escolar conhecida no Brasil: 55%.

d) Pesquisas sobre controle biológico — este é um campo de enorme importância que permite controlar certas pragas e pestes sem perturbar o ambiente total. Dou um exemplo: controlar um certo inseto, usando um outro que seja parasita daquele, ao invés de derramar toneladas de DDT no campo, que matará todos os insetos sem discriminação, e ainda poderá dar-nos, como subproduto um câncer no fígado;

e) Incentivar as vilas e cidades do Brasil a usarem, na arborização local, plantas locais, para as suas estradas, ruas, parques etc. Os répteis, as aves, os insetos e os mamíferos formam, todos eles, um ecossistema entrelaçado, que é baseado essencialmente na flora local; portanto, as cidades poderiam ter mais vida natural se elas mantivessem sempre a flora local.

Fico com muita pena de ver a substituição da flora de Brasília por uma de fora. Com isso vão, evidentemente, perder o prazer de ver, dentro dela, os pássaros do cerrado, pois alguns deles são de uma beleza indescritível.

f) As novas cidades da Amazônia deveriam ter como obrigatoriedade a manutenção de um pequeno parque dentro ou ao redor da cidade, para manutenção da flora primitiva. Tal parque deveria ser registrado na SEMA e não poderia ser destruído. Digo isto porque nas substituições de prefeitos sempre aparece um sem tradição, sem cultura, que poderá ter uma idéia, pensando ser muito boa, de cortar o parque para substituir por algo mais asfáltico. Em 1944, Piracicaba tinha uma das mais lindas praças do interior do Estado, formada da floresta original, bem no centro da cidade. Um certo dia, um prefeito, em uma noite apenas, pôs abaixo toda a praça, alegando que árvores desalinhadas davam um ar caipira à cidade. Isso não aconteceria, se tal praça fosse registrada na SEMA e houvesse uma proibição legal de derrubá-la, ou seja, o prefeito que assim procedesse estaria jogando o seu mandato.

g) Desenvolvimento de outras fontes de energia especialmente o sol e o vento, a fim de evitar o uso de árvores.

h) Necessidade absoluta de proteção das margens dos rios, de maneira que os peixes, 95% dos quais dependem dos futuros, das folhas e das flores das árvores para a sua alimentação, tenham com o que se alimentar. Infelizmente, de Norte a Sul do Brasil, tem sido o

uso, a começar dos pescadores, de se limpar a floresta marginal ao rio, a fim de dessa maneira combater os insetos, ou fazer um bom pesqueiro (não obstante existir a Lei nº 4.771 de 15-9-65, art. 2º).

l) As margens das estradas — Isso, aqui, acho muito importante — pelo menos de um dos lados, em pelo menos 500 metros, deveria ser parque nacional, não deveria ser mexido de maneira alguma. Qualquer aumento da estrada deveria ser feito em apenas um dos lados, e o outro deveria ser mantido, como parque nacional, registrado na SEMA.

j) As companhias construtoras de estradas, deveriam usar a técnica européia de remoção do solo (antes das operações de terraplenagem).

Isso, aqui, também é impressionante. Observa-se, na Europa, que as estradas têm verde até chegarem ao asfalto; a nossa é uma navalhada vermelha na floresta. Então, vejam bem isso. O que faz o construtor, que sabe um pouco de Ecologia? O nosso, infelizmente, não sabe nada. Lá, ele sabe um pouco, não é que saiba demais, mas apenas sabe o que é solo e subsolo, o que é fundamental.

Os nossos engenheiros, infelizmente, na sua grande maioria, se sabem, criminosamente, então, fazem errado. Estou dando a eles a desculpa da ignorância. Toda vez que o solo é raspado junto com o subsolo é um crime. Lá se raspa primeiro o solo e se amontoa nas margens das estradas.

Foi feita uma pesquisa para saber quanto tempo o solo aguenta e chegou-se à conclusão de que aguentaria determinado tempo. Então, tem-se que fazer a estrada por partes. Fica um pouco mais caro, mas, para o futuro da nação, fica para a eternidade. E o nosso, aqui, depois de revirado e posta toda a quantidade de alumínio para cima, e acontece que o nosso subsolo é rico em alumínio e, acima de uma certa taxa, ele é tóxico. Na Amazônia, as taxas são 10 ou 12 vezes maiores do que aquelas que uma planta pode suportar, e aqui também essa taxa é bastante alta.

As companhias construtoras de estradas deveriam usar a técnica européia da remoção do solo, antes das operações de terraplenagem, que permaneceria aguardando o término do asfaltamento para, em seguida, ser recolocado sobre o subsolo. Aqui, tal operação é ainda mais necessária que na Europa, em virtude da alta porcentagem de alumínio existente em muitos dos nossos subsolos. Ao que sabemos tal técnica apenas está sendo usada pelo Engenheiro José Antonio Lutzemberger na execução do Parque Estadual da Guarita, em Torres, no Rio Grande do Sul.

k) Maiores facilidades devem ser concedidas para a execução de parques nacionais; nos lagos amazônicos, nas Anavilhanas, nas poucas florestas existentes nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

l) Revogar o desastrado artigo 19 da Lei nº 4.771.

Exmos. Senadores: se desta reunião com V. Ex<sup>as</sup>, se iniciarem neste altar do Legislativo Brasileiro, que é o seu Senado, não somente uma maior preocupação com a conservação da natureza neste meu País, mas o preparo e execução de medidas que transformem essa preocupação em realidade, eu me darei amplamente compensado por ter deixado a minha Amazônia, a serviço da qual me entreguei de corpo e alma. Obrigado Excelências por esta grande oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Ogestes Quércia)** — Meu caro Professor Warwick Estevam Kerr, com certeza, tantos os Srs. Senadores como aqueles que nos honram com a sua presença, aqui, atendendo ao nosso convíte, e a imprensa devem ter, realmente, gastado muito do seu pronunciamento nesta reunião da Comissão de Agricultura.

Temos alguns Srs. Senadores já inscritos para fazerem algumas perguntas, mas antes gostaria, também, tendo em vista recente entrevista de V. S<sup>a</sup> que li na revista *Veja*. Portanto, embora já sabendo da resposta, gostaria de fazer a pergunta com o intuito de esclarecimento daqueles que estão aqui presentes.

Quando V. S<sup>a</sup> diz da necessidade de defender o desmatamento da Amazônia, nós poderíamos ser levados à crença de que V. S<sup>a</sup> condena a exploração econômica da Amazônia. Então, gostaria de

um esclarecimento a respeito. Se V. S<sup>a</sup> acha que deve ser feita a exploração econômica da Amazônia? E de que forma ela deve ser feita?

**O SR. WARWICK ESTEVAM KERR** — Em primeiro lugar, Senador Orestes Quércia, a exploração da Amazônia, como toda exploração de recursos naturais, ela deve ser feita tendo em vista que os recursos são renováveis à medida em que usemos de metodologia que os tornem renováveis. Por exemplo: a exploração do pau-rosa, na Amazônia. Para essa exploração nós já temos, inclusive, pesquisas a respeito, mas elas não estão sendo obedecidas. Se a árvore for cortada a 1 metro e 20 centímetros de altura, essa árvore brota, e dentro de quatro ou cinco ou mesmo dez anos ela tem o mesmo patrimônio genético, dando flor e semente e reproduzindo-se. Se se cortar abaixo de um metro ela não brota. O pessoal não só continua cortando abaixo de um metro, mas para ganhar um pouquinho mais de preço no peso eles cortam um pouco da raiz junto, para dar impressão de que o tronco era um pouquinho maior.

Isso aí é a anulação completa dessa planta para a reprodução da espécie. Nós já demonstramos que essa planta é fácil de ser cultivada e que a folha produz mais essência de pau-rosa que o próprio tronco, e que poderia, então, ser explorada anualmente ou bianualmente. Assim, uma planta que produziu uma vez só, se explorarmos as folhas poderá durar muito mais tempo. Dei apenas um exemplo de exploração econômica.

Então, acho que a Amazônia deve ser ocupada. Num mundo em superpopulação, se nós não ocuparmos a Amazônia, nós vamos levantar muita cobiça internacional e é um lugar de defesa muito difícil, portanto, acho que ela deve ser ocupada. A lei que diz que 50% da floresta pode ser derrubada e os outros 50 não, é uma lei boa, acho que ela foi sábia, mas tem que ser cumprida. Desse jeito ela não está sendo cumprida. Então, o prognóstico que faço, aqui, de 27 anos, é o seguinte: que essa lei não foi cumprida, assim que ela esteja sendo cumprida nós não vamos ter uma derrubada da maneira que está sendo realizada hoje. É o caso da pesca em Goiás, que ficou famoso porque houve um Governador, aí, que implantou a lei e o fez para valer. Ele fez com que fosse cumprida a lei e, desde então, só se pesca amadoristicamente no Estado de Goiás. Então, é possível que muita coisa da Amazônia deva a sua perpetuação ao fato de o Estado e Goiás estar sendo mais severo na fiscalização dos seus rios.

Não sei quanto há de verdade, mas isso é falado na Amazônia, diariamente. Quando se fala em conservação da natureza, mencionam-se Goiás como um exemplo de fiscalização. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser um exemplo da falta de fiscalização, cito o meu Estado. O Amazonas é o exemplo da falta de fiscalização, onde estamos fazendo uma pesca predatória.

A ocupação da Amazônia, por outro lado, acho que deve ser mais lenta. A razão — e isso é opinião minha — de achar que ela deve ser lenta é porque é preciso desenvolver-se mais técnica. Nós falamos muito de florestas mistas, mas é muito extrapolação, pois não temos boas pesquisas nesse sentido. Então, precisaríamos terminar algumas pesquisas, mas uma pesquisa florestal leva dez ou vinte anos; claro que leva. Então, vamos esperar vinte anos? Não. Pelo menos, não vamos destruir tudo, antes de chegar aos vinte anos, porque nós temos muitos tipos de explorações, muitas fazendas que foram instaladas em 1973 e 1974 e que agora, em 1976, já estão mudando de lugar, já se estragou a terra. Então, há necessidade de fazermos as coisas dentro da ciência e da técnica. Portanto, respondo a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Orestes Quércia, que deve ser explorada, mas dentro dos princípios da ciência.

**O SR. PRESIDENTE (Orestes Quércia)** — Com a palavra o Senador Cattete Pinheiro.

**O SR. CATTETE PINHEIRO** — Sr. Presidente, receba V. Ex<sup>a</sup> as minhas congratulações mais entusiásticas pela iniciativa de trazer ao Senado o Professor Warwick Estevam Kerr, enriquecendo, assim, sobremaneira, a bibliografia que o Senado possa oferecer aos estudiosos da conservação dos recursos naturais, neste País, e a todos

aqueles que interessados estejam em conhecer os problemas da Amazônia.

A Comissão de Assuntos Regionais desta Casa ficou a dever ao Professor Warwick Estevam Kerr, em sua viagem pela Amazônia, tão rico subsídio quanto aquele que ele traz, agora, com relação a problemas outros abordados naquela oportunidade.

Se nós pudéssemos ter à frente dos órgãos públicos do Brasil, integralmente, homens da cultura, do civismo, da dedicação, do amor à Pátria que revela o Professor Warwick Estevam Kerr, nós teríamos, certamente, muito mais larga a jornada de trabalho do que aquela que conseguimos até agora realizar. Não vai nisso a mais remota pretensão de lisonja a quem não a poderia receber, e que não é do meu estilo fazer, mas um preito de justiça a um brasileiro que aprendi a admirar pelo privilégio que tive de encontrá-lo na Amazônia, no propósito que ele acaba de revelar, quando diz "lutar pela minha Amazônia".

Assim, Sr. Presidente, eu diria ao Professor Warwick Estevam Kerr que eu espero que a Comissão de Agricultura do Senado transforme em projetos, no que possível, em sugestões, o que certamente poderá fazer, e levá-las ao Poder Executivo, para que as sugestões que ele acaba de fazer possam ser transformadas em instrumento do trabalho pela conservação da natureza neste País. O Professor Warwick Estevam Kerr nos deu conhecimento de que há representante do IBDF na Casa. É, realmente, um grande dia para nós, porque devo dizer, aos que representam o IBDF, que eu que estava entre aqueles, de certa maneira, desencantados com a ação desse órgão, há poucos dias tive a alegria de saber que, no Tapajós, está sendo instalado, agora, um Parque Nacional, para conservação de recursos naturais naquela área. E desejo congratular-me, também, por ter lá, chefiando aquele projeto, um agrônomo, cujo nome não me ocorre no momento, mas a quem eu quero, também, prestar uma homenagem, porque há muito tempo não encontrava um moço com tal entusiasmo, com tal dedicação, com tal amor ao trabalho que vem realizando. E ele não é da Amazônia, também. Diria mais ao Professor Warwick Estevam Kerr, que ele levantou um problema para o qual vou pedir-lhe colaboração maior, é o aproveitamento das várzeas na Amazônia. A cada ano que a enchente se repete, nós vemos, com pesar, cada vez maior, também, que as ações do Poder Público se resumem, de um lado, na toardia que se faz nas Casas Legislativas, e de outro lado, nos órgãos do Executivo saindo a distribuir arroz, feijão e farinha. Depois disso, é o silêncio...

De maneira que, Professor Warwick Estevam Kerr, quero assumir um compromisso com meu eminente patricio, de transformar essa sugestão sobre as várzeas numa bandeira, e V. S<sup>a</sup> vai me permitir ajudar a mantê-la bem alta, a reclamar quanto possamos reclamar, para que os órgãos do Poder Executivo, ao qual o problema está ligado, atentem para o problema, procurem definir as soluções práticas, as soluções objetivas, para que elas possam ser transformadas naquele problema tão simples que V. S<sup>a</sup> definiu: casas naturalmente condizentes com a realidade da várzea, culturas que possam ser feitas em função dos períodos cíclicos da enchente e da vazante, e outros projetos decorrentes. De maneira que, para nós da Amazônia, que temos a responsabilidade maior de por ela lutar, de nela concentrar todos os nossos esforços de trabalho, saibamos procurar, junto aos homens como V. S<sup>a</sup>, e junto aos órgãos como um INPA, que agora, realmente, representa um centro de pesquisa aplicada aos problemas da Região, aqueles elementos necessários para que, de uma vez para sempre, possamos sair das medidas ilusórias, das medidas paliativas, para os grandes projetos que representem, realmente, a recuperação e a valorização da Amazônia.

Os meus agradecimentos a todos os Senhores.

O SR. WARWICK ESTEVAM KERR — Muito obrigado, Senador Cattete Pinheiro, pelas palavras elogiosas ao INPA e à pessoa. Eu ia dizer que V. Ex<sup>a</sup> impressionou, extremamente, os pesquisadores do Instituto, por ter agüentado galhardamente a luta ao INPA, da qual saiu cansado, às 8 horas e 30 minutos

da noite, visitando tudo, até o último laboratório, e fazendo perguntas das mais inteligentes.

Senador Cattete Pinheiro, alguma coisa depende da pesquisa, mas esta simplesmente oferece subsídios, enquanto os dirigentes do País é que, realmente, têm de usar essas fontes de informações e aplicá-las. Tenho para mim que há um problema muito sério, por isso, peço permissão para mencioná-lo: é o problema da importação de trigo, porque ele é subsidiado. Compramos o trigo — parece-me — a Cr\$ 1.700,00 a tonelada, e o vendemos a Cr\$ 600,00. São Cr\$ 1.100,00 de subsídio. Então, se se parasse isso com alguma pressa — pois o Brasil precisa disso bem rápido — vão sobrar, aí, de cinco a seis bilhões de cruzeiros de subsídio ao plantador estrangeiro e se esses cinco a seis bilhões de cruzeiros forem utilizados aqui para subsidiar especialmente aqueles Estados do Norte e Nordeste, que não têm toda capacidade própria de produção de alimentos, nós faríamos imediatamente essa produção. Mas, para isso, precisaria haver uma proteção local, para evitar que fábricas ou empresas mais poderosas do Sul acabassem com o mercado local. É necessário, portanto, uma proteção governamental para o problema, porque quando sobra feijão, aqui, em grande quantidade, ele é colocado no navio — é um local de baixa densidade populacional — nós, no Norte, não agüentamos o que se chama de *dumping*. Então, qualquer indústria, qualquer agricultura no Norte que o Sul queira acabar, acaba num ano. Daí por que tem que haver a proteção governamental. Assim como existe proteção ao operário, nas fábricas, estabelecendo salário mínimo, etc., tem que haver essa proteção aos Estados do Norte para que eles fiquem imunes a investidas de firmas menos escrupulosas que, visando apenas seu lucro, esquecem-se de todo valor social da região. Então, seria importante que, com o subsídio do trigo, pudéssemos, em vez de subsidiar o trigo, aumentando, entre nós, artificialmente, o consumo do produto estrangeiro, subsidiássemos vários outros produtos agrícolas, nós diversificaríamos, de Norte a Sul, a Agricultura. Menciono essa questão porque esta é uma reunião da Comissão de Agricultura e acho que esse é um problema muito importante para nós. E importante para, também, resolver o problema da várzea. Isso porque, se plantasse soja — e podemos fazê-lo — há possibilidade, com cinco mil hectares de soja plantada naquela várzea, de podermos suprir uma fábrica em Manaus, que daria para a região do Amazonas, o óleo necessário. Igual coisa sendo feita no Pará, também se daria o subsídio para o Pará.

Esses são, portanto, pequenos assuntos, mas de grande valor para nós, lá. Outra coisa é o açúcar. Não sei se é proibido, se dão permissão ou não, mas sei que, no Janaocá, foram queimados em 1947, os canaviais. E estamos descobrindo, agora — e é fácil de se constatar — é que o Norte é paupérrimo em cálcio, a não ser em pequenas regiões. Então, nós descobrimos, outro dia, que até o macaco das Mavilhenas tem cárie. Coisa raríssima de se encontrar em animais, dentes ruins. O solo é tão pobre, naquela região, que macaco tem cárie. E o macaco do Janaocá, que é invadido pelas águas do Solimões, agora na cheia, não tem cáries. Então, está bem no limite. E a criançada da região Norte, por exemplo, tem muito mais cáries do que as crianças de igual idade do Nordeste. Uma das coisas que é rica em cálcio é o açúcar preto, que no Nordeste é chamado açúcar moreno, aqui é chamado mascavo e na minha região, não sei por quê, chamamos gramixó. Então, esse açúcar, eu o chamaria pelo nome pomposo, que daria até para exportar, de açúcar integral, e estaríamos, assim, consumindo tudo que é importante para nós e para a criançada. Mas, ao invés, vão fazer o refinamento, jogando aquela substância no rio, poluindo-o, quando podemos comer aquela substância para o nosso próprio benefício. Desse modo, creio que valeria a pena se abrir, de Norte a Sul — ou então, que o fosse ao menos para a Amazônia Legal — a possibilidade de cada vila poder fazer o seu açúcar preto, o seu açúcar gramixó, o seu açúcar moreno, para o benefício das crianças terem mais cálcio e para benefício dos velhos. Qual é esse benefício? É que se descobriu, recentemente, que ele tem grandes quantidades de zinco. O

zínco é importante na bomba só de potássio. Ele põe a glicose dentro das células, e quando comemos o açúcar não chegamos àquela linha — em que a taxa de açúcar sobe no sangue e acima de certo nível ocorre a arteriosclerose. Toda vez que temos, no organismo, açúcar, isso ocasiona arteriosclerose. E para o galo o arteriosclerose é a coisa mais simples de ocorrer: é só aumentar a taxa de açúcar. É assim, aliás, que se procede, em Medicina, para os experimentos. Mas, se esse galo, ao invés de receber o açúcar branco, receber o açúcar moreno será necessário uma quantidade bem maior de açúcar para que ele fique com arteriosclerose; isto porque, tendo zinco, o açúcar entra na célula e não fica na circulação, fazendo seus estragos. Então o cálcio é bom para os velhos, para os moços, enfim para todos, mas, é ruim para certos grupos de indústrias. Então, vamos exportar o açúcar finíssimo para os árabes, mas devemos deixar que na nossa Amazônia se reproduza o açúcar preto, para a preservação dos dentes da criança e para retardar a arteriosclerose dos velhos, evitando assim a precocidade desse mal.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Permita-me Sr. Presidente. É somente para dizer que essa grande lição deveria ir ao Instituto do Açúcar e do Alcool.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o nobre Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA — Nobre Professor Warwick Kerr, já não preciso mais dizer da impressão que causou, nesta Comissão e aos Senadores aqui presentes, a exposição de V. Sa. Mas, resumindo uma opinião inteiramente pessoal, posso dizer que ainda não ouvi, nesta Casa, uma exposição com tanta objetividade quanto a de V. Sa., que apontou o diagnóstico do problema, analisou a situação florestal e, também, foi feliz porque nos trouxe a terapêutica. Além do mais, S. Sa. aflorou alguns aspectos dos prognósticos que o problema vem enfrentando neste País.

Há cerca de dois anos, eu talvez tenha sido o único Senador, aqui, que tratou deste assunto, em dois discursos que pronunciei no plenário do Senado. Nesses discursos não fiz mais do que divulgar aquilo que a imprensa brasileira, principalmente a do Estado de São Paulo, vinha fazendo, ou seja, chamar a atenção das autoridades em relação à destruição indiscriminada das nossas florestas, não só na Amazônia como no País inteiro. Lembro-me de que, nessa ocasião, uma reportagem muito me impressionou; ela trazia a opinião de um cientista brasileiro, segundo a qual se continuar a devastação da Amazônia, no ritmo em que vai e ao que chegará nos próximos anos, caso não sejam tomadas providências acauteladoras, poder-se-ia transformar a Amazônia num grande deserto comparável, talvez, em certas partes, ao que acontece no Saara, na região africana. Desejaria, então, que V. Ex<sup>a</sup> me dissesse alguma coisa sobre esses prognósticos, e sobre a influência que eles podem ter na nossa tomada de posição em relação ao problema. E, também, as implicações que ele poderia trazer para a exploração da Amazônia.

E um outro ponto sobre o que desejaria que V. Ex<sup>a</sup> nos desse também sua opinião era quanto à questão da distribuição dos parques nacionais. Ainda ontem ouvi uma conferência a respeito do General Rondon, em que se dizia que ele, defendendo a idéia dos parques nacionais, chamava, entretanto, a atenção para o fato de que eles não deveriam ser tão extensos nem tão numerosos que viessem a prejudicar a própria exploração econômica. Dessa maneira, eu desejaria saber a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre a extensão e a distribuição que deveriam ter esses parques na Amazônia, além de suas relações com as áreas que viessem a ser cultivadas.

Obrigado.

O SR. FRANCO MONTORO — Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, eu gostaria de fazer, também, uma pergunta que se liga ao assunto. É a seguinte: a legislação — disse V. Ex<sup>a</sup> — mantém 50% de exigência de floresta. Não seria mais conveniente uma redefinição que regularizasse a introdução de reservas por regiões, uma definição que atendesse às características de fiscalização e possibilidades do próprio

solo? Teríamos, então, muitos parques nacionais e áreas florestais dentro das propriedades, em função de fatores ecológicos e locais e não fatores únicos, porque a diferença de condições do Brasil são conhecidas. É apenas uma complementação à pergunta do Senador Adalberto Sena.

SR. WARWICK ESTEVAM KERR — Exm<sup>os</sup> Srs. Senadores, Adalberto Sena e Franco Montoro. Quanto ao problema de número de parques, há duas Escolas de ecologistas: uma acha que deve haver muitos parques pequenos, e outra poucos parques grandes. O pessoal que defende parques grandes tem alguma razão, e o de parques pequenos tem outras razões. O grupo de parques pequenos alega que nossos nichos ecológicos são muito diferentes. Por exemplo, se eu viajar pela Manaus-Caracará, por 140 km, atravesso quatro ou cinco nichos ecológicos; atravesso a mata amazônica, atravesso a capoeira amazônica, atravesso a campina amazônica, que é um ecossistema muito característico, e a campina ana, que é um intermediário entre a campina amazônica e a floresta. Portanto, são pelo menos quatro nichos ecológicos. E nessa campina amazônica, mesmo, verificamos dois ou três tipos de campinas amazônicas bem distintas. Isso aí em apenas 130 km de estrada. E, quanto à campina amazônica, não conheço nenhuma que tenha mais de 400 por 400 metros, pode existir mas eu não conheço, esse é mais ou menos o tamanho da campina amazônica; pensa-se que é um pequeno lago, qualquer coisa que se formou ali e que não houve condições de solo para a produção de uma mata grande. É rodeada de florestas grandes, portanto, não é uma questão de sementes nem nada. Outros dizem que foi formada devido ao índio, ou seja, antigos lugares em que os índios permaneceram por muito tempo. Mas, a maioria dos antropólogos acha que não, que os índios vão para aquele lugar porque já está aberto. Essa opinião me parece mais lógica, porque nos lugares próximos ao Rio Negro, onde tinha muito mais índios, a terra é até muita boa. Em Manaus há, pelo menos, três lugares de índios com terras muito boas. Então, a idéia de que o índio vai à campina porque esta já está aberta me parece mais agradável.

Desse modo, a idéia de parques grandes, mesmo que estes sejam pequenos, é defendida pelo pessoal que observa o número de nichos ecológicos existentes. Mas, esse parque pequeno não vai aguentar todo tipo de fauna. E aqueles que pretendem, além de preservar a floresta — pois para a preservação da floresta um número pequeno de parques é perfeito — pretendem preservar também a fauna, é preciso observar que onça é um animal que não sobrevive em local pequeno, ela precisa de grandes parques para existir. Então, acho que *in medio virtus*, que o número de parques tem que ser adequado. Quando se trata de campina amazônica, se queremos uma campina devemos cercar só aquela campina, transformar aquilo num pequeno parque, mas tem também que ter grandes parques nacionais; isso é óbvio. Desse modo, tenho a impressão que deveria haver compromisso entre esses dois pontos, pois estaria assim mais de acordo com o ponto de vista brasileiro.

Relativamente ao problema apresentado pelo Exmo. Sr. Senador Franco Montoro, a questão é mais complexa. Quando vamos decidir, por questões de agricultura, se seria melhor deixar ou juntar esses 50% num lugar que não seja vendável, e vender só aquilo que possa ser destruído, considero essa idéia excelente, desde que a terra seja em quantidade semelhante. Porém, isso precisa ser feito logo, não podemos é ficar com uma legislação que não está sendo cumprida. Isso para mim é o mais grave. A idéia que V. Ex<sup>a</sup> apresenta é a melhor, mas qualquer uma delas tem que ser estabelecida e cumprida imediatamente. O maior problema que considero na agricultura brasileira é o sistema de propriedade de terra brasileira. É um sistema muito ruim. Uma pessoa requereu de graça, aí, há questão de dez anos atrás, "N" hectares e agora, que se valorizou, vai vender por "X". Sou pela linguagem bíblica: de graça recebestes, de graça dai. Ele não pagou por aquilo, ele não deve estar emperrando o desenvolvimento da Nação por causa de um negócio desses. Tem que prevalecer o bem comum. Essa é a meta essencial que os governos

tentam fazer, mas que os donos, estão olhando seu lucro pessoal, não têm interesse em assim proceder. Vê-se, portanto, que é difícil fazer isso, porque quase tudo tem dono. E na Amazônia é difícil encontrar um local que não tenha até dois donos, tem o primeiro e o segundo andar. Lá em Manaus, por exemplo, agora, tem um lugar que está sendo contestado por quatro pessoas, quatro grandes da terra, que estão lá se engalfinhando.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Tem a palavra o Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Meu ilustre Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Orestes Quêrcia, já se tornou lugar comum — chavão — o encômio no exórdio ao conferencista e ao Presidente da Comissão. Mas, meu nobre Presidente, o momento exige o elogio. Não há como deixar de fazer o encômio a V. Ex.<sup>a</sup>, por promover esta conferência, da qual participa o cientista incontestado, que é Warwick Estevam Kerr, atualmente Diretor do INPA, Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica. Warwick Kerr se credencia, acima de tudo, como patriota e, em segundo lugar, como cientista apurado; um homem que encara a problemática brasileira, dentro do contexto científico, com a maior seriedade. Sinto-me honrado e me rejubilo, mesmo, com a presença de Warwick Estevam Kerr, a quem já dediquei um poema sobre a Amazônia, porque ele tem sido, ultimamente, o meu mestre, tal a sua dedicação em perquirir a Hileia.

Sr. Presidente, ilustre conferencista Warwick Kerr, a abordagem do problema florestal brasileiro é de magna importância. Lamento, profundamente, que o recinto não esteja repleto de estudiosos, mas basta que esteja aqui o IBDF, em quem nós confiamos, porque inegavelmente ele está imbuido dos melhores propósitos, embora o comandamento ideológico estatal que o norteia não esteja correto e obrigue, às vezes, a certas posições que não condizem com a própria realidade brasileira.

Mas, quando hoje nós sabemos que o planeta Terra é uma nave espacial que caminha, e que importa manter o equilíbrio biológico nesta nave, como se nós rompêssemos o nosso confinamento em demanda de uma outra galáxia, e resolvêssemos fazer, dentro da nave que nos levasse, um círculo fechado de vida citozoológica, para nos perpetuar dentro dela, através gerações, e com isso caminhar, milhares de anos, até encontrar a próxima galáxia.

Esse pensamento deve nos orientar. Vejam V. Ex.<sup>as</sup> a importância deste Simpósio, Sr. Presidente, manter esse equilíbrio biológico do planeta Terra, aquele que a vida seja condicionada, principalmente a vida da espécie *homo sapiens*. E com isso nós possamos desenvolver tecnologia capaz de nos manter vivos *ad perpetuum*. É importante o conclave, Sr. Presidente.

Vamos agora, a título de colaboração, que Mestre Warwick Kerr, muito preocupado com o estudo, às vezes lhe escapa certas minúcias do problema, e eu como seu aluno, como seu discípulo, quero trazer esta colaboração, não contestando, mas aduzindo.

Vejamos, aqui, a questão da exploração da Amazônia, que foi tema do nosso ilustre Senador Orestes Quêrcia. Como se deveria explorar, com o que se deveria ocupar a Amazônia? Qual a posição nossa?

Diz Warwick Kerr que se fosse obedecida a lei dos 50%, que é sábia, mas precisa ser cumprida, estaria resolvido o problema. Nesse ponto interfere o nosso ilustre Líder Senador Franco Montoro, também trazendo colaboração. Eu diria, ilustre cientista Warwick Kerr, que o problema da Amazônia não é esta lei, que não é sábia, ela é capenga. Por quê? Por que ela não é sábia? Porque a lei, antes de ser feita, tem que ser visualizada quanto à sua exequibilidade, quanto à sua execução. Uma lei que não é exequível não pode ser cogitada. É inexecutível o policiamento, a fiscalização da obediência a essa lei, sobre o desmatamento na base de 50% dos projetos, porque nós teríamos que dar condições ao IBDF, em termos de cem helicópteros, cem aviões, mil lanchas voadoras para poder policiar a obediência a esses cânones legislativos. Então a lei não é sábia. O problema da

Amazônia, para a sua exploração, seria o de preservação do seu *status quo*. Não dentro de uma intocabilidade absoluta, mas dentro de um aproveitamento das suas essências, até que se chegasse àquele ponto que Warwick Kerr preconiza, mas que não foi explícito; seria a pesquisa total da Amazônia, o conhecimento todo da biota amazônica.

Então, seria esse o comportamento do comando ideológico estatal brasileiro: tirar da Amazônia aquilo que ela prodigaliza, aquilo que ela oferta dadivosamente, como a Bertholle Tia Excelsa, como a juta, como a *hêvea brasiliensis*, a malva, a piaçaba, etc. Só isto, racionalizado, ajudado pelo tecnicismo, pelo conhecimento do homem, daria condições ao desenvolvimento da Amazônia e, de colaboração, até ao desenvolvimento do Brasil. Mas, tentar, temerariamente, explorações ou projetos na Amazônia, sem um levantamento, sem um inventário de toda a biota amazônica é um perigo seríssimo, haja vista o que aconteceu com toda a zona bragantina: tentou-se a agropecuária há setenta, ou oitenta anos atrás. Resultado: devastaram aquela região. Hoje, nada nasce que não seja o capim-bravo, porque se tentou pecuária numa região que não tem vocação bovina.

Falemos sobre o trigo. É importante enfatizar esse aspecto focalizado por Warwick Estevam Kerr. Foi lição por Warwick que eu inseri em um discurso meu. O trigo tem apenas 6% de proteína e de baixa qualidade. A soja tem 42%. O trigo foi um fiasco para a humanidade. A humanidade cometeu vários erros. Não venhamos a supor, não pensemos que essa corrida tecnológica seja progresso. É preciso o homem hoje, mais do que nunca, debruçar-se a respeito dessa encruzilhada. Será essa uma corrida, um *stress* tecnológico? Não será isso uma autofagia, uma autodestruição? Será isso progresso? Importa muito perquirir esse aspecto. Com o trigo, isso aconteceu.

Até bem pouco tempo se supunha que o trigo era a alimentação ideal da humanidade, e hoje está provado que não é. Todas as grandes civilizações que tiveram por alimento básico o trigo, foram civilizações que não conseguiram manter-se, por muito tempo, num ciclo de hegemonia. Tivemos, por exemplo, uma civilização, a incáica, que se desenvolveu por milhares e milhares de anos na base do milho, e só foi superada porque, infelizmente, o conceito místico tinha preponderado sobre o conceito desenvolvimentista.

Tive oportunidade, ontem, Senador Adalberto Sena, de ouvir dizer que o General Rondon tinha um plano extraordinário, uma idéia genial. Abeerando-se da Constituição, ele chega à conclusão de que a Constituição diz: "as terras devolutas do Estado são inalienáveis". Isto nos daria respaldo para negar todas as vendas ou alienações que se fizeram até hoje, e retorna isto ao patrimônio do Estado, da União. A idéia é interessante, peca, na minha opinião, o ilustre General Rondon, quando preconiza pequenos nichos ecológicos. Concordo plenamente com Warwick Kerr, indo mais além, achando que a preservação não deve ser apenas em grandes reservas, mas numa reserva total como a da Amazônia. A Amazônia deve permanecer como está; vamos perquiri-la e vamos aproveitar as suas essências, depois que soubermos que a bactéria *x*, atuando no terreno *y*, fixa nitrogênio, para poder produzir nitrogenados que vão fertilizar leguminosas, atuando em gramíneas, aí está certo, mas, enquanto não se souber, enquanto não se conhecer o *ph*, enquanto não se tiver um levantamento sócio-fitológico da Amazônia, pois importa numa nova ciência, uma sócio-fitologia; a Amazônia tem uma vocação heterogênea — Warwick Kerr salientou isto — ela repele a homogeneidade, nenhuma floresta subsiste na Amazônia em renque, em fileira. Isso é uma perquirição, é um estudo a fazer. Então, quais são as árvores que funcionam dentro de um companheirismo, de uma sociedade; qual a sócio-fotologia amazônica, qual a árvore que se arrima na outra. A *hêvea brasiliensis* foi tentada na Fordlândia a partir de 1925. Foram plantados cerca de um milhão de pés de *hêvea*, e apareceu um fungo chamado microciclos — Hule, que desfolhou e dizimou os seringais. Por quê?

Porque ele pensava que se poderia plantar hêvea como se planta no sudeste asiático. Mas, uma vitamina ignota, que existe em toda a ecossfera, em toda biosfera, em todo o ecossistema, condiciona uma heterogeneidade na Amazônia. A Amazônia tem uma vocação heterogênea, então é preciso estudar esse companheirismo, saber que árvore se acasala com outra, que árvore sobrevive junto com outra; é importante isso.

Meu nobre Presidente, Senador Orestes Quêrcia e ilustres colegas, funcionários, cientistas e estudiosos do nosso IBDF, perdoem-me se me alongo, mas é porque o tema, eu sendo da Amazônia, como o nosso ilustre Senador Cattete Pinheiro, e como todos os Senadores, todos os brasileiros, estamos preocupados com a Amazônia, porque ela é, indiscutivelmente, a garantia de um anseio, de um anelo nosso, do Brasil, de poder sentar à mesa e dialogar *tete-à-tete* com as superpotências. Isso porque está provado, geopoliticamente, que nenhum país do mundo pode aspirar a essa grandeza se não tiver território vasto e se não tiver população suficiente. Sem a Amazônia o Brasil se reduz a uma Argentina. E não se iludam, nós estamos caminhando celeremente. Outrora, os acontecimentos se atropelavam em 100 anos, hoje eles se atropelam num ano, daqui a mais 10 eles se atropelarão em um dia. E a Amazônia, o Brasil, não resistirá a um conluio, não resistirá a um arreglo das superpotências daqui a 10, 15, 20 ou 30 anos, no sentido de ocupação da Amazônia, alienigenamente. Nós não teremos condições de resistir, será um boicote comercial, boicote econômico. E nós não resistiremos.

Portanto, eu lhes peço um pouco de tempo, solo e nutrientes. O Mestre Warwick Kerr esgotou a matéria em torno disso, e é com base nos seus estudos, nos estudos dos seus funcionários do INPA, de seus técnicos, de seus cientistas, de seus estudiosos, que eu tenho me manifestado da tribuna do Senado. Eu li da tribuna — faz parte do recado amazônico — essa pesquisa feita. Está provado que, ao derrubar a floresta, o solo fica à mercê do impacto pluviométrico, e correr o que nós chamamos de lixiviação. É como botar um chuveiro em cima desta mesa e sobre ela areia, dentro de meia hora não terá mais areia aqui, terá sido lavada a mesa, houve um processo de lixiviação. Então, isso ocorre na Amazônia. Quando se tira a copa das árvores, tira-se a proteção daquele impacto pluviométrico, que vai a cerca de 3.000 milímetros por ano, na Amazônia. Isso, então, lava completamente o solo, e o solo, que não é espessamente fértil, ele tem na sua superfície uma biomassa, que é uma camada tênue desse ciclo fechado de vida, onde nós sabemos — Warwick Kerr está pesquisando — mas precisa-se de mais recursos, de dinheiro para pagar técnicos, comprar aparelhagem e fazer pesquisas e viagens. O INPA não está dotado, ainda, de material suficiente para penetrar na selva amazônica. Precisamos dar ao INPA mais condições orçamentárias, pois precisamos saber o que acontece nessa biomassa. É um mundo microorgânico a transformar a matéria orgânica que cai da árvore, e que quando morre transforma isso em elementos minerais, que são, novamente, reabsorvidos pelas raízes. É um processo que se descobriu através de estudos modernos. Isso está acontecendo em certas gramíneas, bactérias que fixam o nitrogênio do ar, e transformam-se nos nitrogênios, que vão alimentar as plantas, quer dizer, são fertilizantes que fazemos em laboratório e que uma bactéria faz. Isso nas gramíneas. Poderemos dar nitrato às leguminosas. Então, talvez, nessa biomassa ocorre um turbilhão metabólico que ninguém conhece, ainda, onde fungos, líquens, bactérias, transformem-se em matérias orgânicas, aproveitem outras bactérias do ar para poder nutrir as plantas e sustentar aquelas árvores de 60 a 80 metros de altura. Está provado; foram técnicos que fizeram; descobre-se, lave-se e então aquele terreno passa a não ter mais permeabilidade, ela decresce na base de 10%. Com o pisoteio do animal, piorou. Por isso é que condeno a pecuária da Amazônia, pois ela não tem vocação pecuária; a vocação da Amazônia é ictiológica, um corolário decorrente de sua vocação potamográfica, hidrográfica. Temos que tirar proteínas do peixe, fazer as reservas dos lagos, das fazendas aquáticas para abastecer o mundo todo de

proteínas. Temos que ganhar, como eu disse num discurso, ganhar espaço litosférico para o homem, e não e perdê-lo para o boi, a não ser que se adote o processo *volain*. Mas, isso aí é inexequível. Temos que ganhar espaços para o homem, somos quatro bilhões de seres, hoje, no planeta Terra. Está provado que o anticoncepcional é um insulto ao ecossistema do homem. Pode provocar perturbações genéticas tais, que só serão avaliadas daqui a 500 mil anos, porque a mulher nasceu para ser fecundada, para segmentar e ter filhos.

Enchente — Várzea — problema abordado com grande sabedoria pelo nosso ilustre Warwick Kerr e coadjuvado por este outro amazônide incontestante, que é o Senador Cattete Pinheiro, Presidente da Comissão de Assuntos Regionais.

Nossa várzea é riquíssima, não precisa de adubo. Mas não entendo, é isso que combato, essa falta de um comandamento ideológico estatal com a visão ecológica; planejar de acordo com a Ecologia. O economista tem que entender que a Ecologia é um capítulo da Economia, não é a Economia que comanda, ela tem que se informar, se abeberar na Ecologia, na Citologia, na Zoologia, na Biologia. Não pode ficar alheia a isso, a curvas de procura, de demanda e de oferta. Então, nossa várzea pode produzir. Eu produzi milho, em seis meses, na várzea amazônica. Não precisa cavar o buraco, não precisa fazer nada, é aspergir a semente, e na várzea ela brota. Mas, não importa dar a semente logo que as águas começam a descer, propiciar a semente ao ribeirinho quando já o rio começa a encher, pois aí não é mais possível, porque já vem a enchente. Outro ponto a abordar é o fenômeno da enchente na Amazônia. É burrice falar-se em enchente na Amazônia, ou burrice ou vigarismo. Na Amazônia o rio nunca enche vinte, trinta, nem um metro, nem meio metro em vinte e quatro horas. (Soa a campanha.)

É uma advertência, Sr. Presidente?

Então, vou encerrar, aqui, minha dissertação, porque quando se limita tempo a um Senador da República, num tema de suma importância como esse, isto significa limitar o desenvolvimento do Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o Prof. Warwick Estevam Kerr.

O SR. WARWICK ESTEVAM KERR — Exmº Senador Evandro Carneira, meu dileto amigo, só gostaria de fazer uns dois ou três comentários. Primeiramente, a respeito da riqueza do nosso ecossistema, que V. Exª salientou. Nossos pesquisadores estão chegando à conclusão de que, muitas, talvez 90% das nossas árvores tenham nódulos de bactérias nitrificantes nas suas raízes, o que mostra que o complexo é muito maior do que esperávamos. Quer dizer, essa reciclagem que elas conseguem, não só à custa daquela riqueza através das folhas que caem, mas, também, de bactérias que estão ali retirando o nitrogênio diretamente do ar, e transformando em proteínas, em aminoácidos necessários à planta.

A respeito do boi, temos pontos de vista muito semelhantes. Acho que — isso é minha idéia pessoal, respeito muito as idéias contrárias e gostaria de vê-las proliferando, inclusive — seria muito mais adequado usarmos o búfalo. No nosso Instituto estamos tentando experiências nessa direção e, inclusive, estamos tentando uma visita de alguns dos nossos especialistas à Europa para verificar como é que os rumenos exploram o delta do Danúbio, porque as informações que tenho, do Dr. Young, é que eles desenvolveram maquinárias que conseguem cortar o capim aquático lá existente. É o único país que desenvolveu esse tipo de tecnologia, que é a adequada desde a Foz do Amazonas até nosso limite com o Peru, no Solimões; não nos outros rios, que têm muito menos capim, pois alguns nem têm capim, mas esse tem em quantidade, porque a água é rica. Talvez valesse a pena, então, pensarmos sobre a possibilidade de uso de satélites na fiscalização da lei dos 50%. Ela substituiria, sem dúvida nenhuma, milhares de lanchas e helicópteros. E já temos toda a tecnologia desenvolvida para isso. Aliás, aqueles cem mil ha foram vistos não aqui no Brasil, mas nos Estados Unidos, porque eles

podem transportar isso em cor diferente e verificar, rapidamente, qual é a quantidade que foi desmatada, desde os pequeninos até as grandes.

Sobre a questão de plantas mistas, nós fizemos uma observação muito interessante num pequeno sítio de pimenta, em que todas as plantas estavam doentes, até uma pupunheira; da pupunheira em diante não estavam doentes, mostrando que a transmissão do fungo se dava pelo contato, evidentemente, ou pela extrema proximidade de apenas uma pupunheira para fazer a barragem para, do outro lado, não estar naquela linha com doença as pimenteiras. Então, segerimos isso ao nosso pessoal, e está sendo feita uma plantação mista que contenha guaraná, pimenta, cacau e uma outra que eu não me lembro. E, finalmente, concordando em gênero, número e grau, sobre a questão de maior necessidade de pesquisa, não há dúvida nenhuma de que precisamos de uma quantidade extraordinária de pesquisas para poder tornar a nossa população mais feliz e mais habilitada a ter atitudes corretas frente a natureza. Muito obrigado pelos seus excelentes comentários.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quércia) — Com a palavra o Senador Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vou tomar o tempo da Comissão elogiando idéia da reunião nem o brilhantismo e a objetividade do ilustre expositor.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quércia) — Permita-me um irregular aparte, mas como já salientei, no início, essa idéia surgiu através uma indicação do ilustre Senador Nelson Carneiro que, realmente, foi o idealizador desta conferência, conforme já salientei no início.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Então, o Senador Nelson Carneiro está de parabéns, como todos nós. Mas, não devemos perder a oportunidade de dizê-lo. Estamos ouvindo, hoje, este ilustre cientista; vamos ouvir, nas próximas semanas, outros expositores. O que esta Comissão tem obrigação de fazer é apresentar, ou através de projetos de lei ou de sugestões concretas, ao Governo, as medidas realmente necessárias para a solução desse problema que, por incrível que pareça, há mais de 100 anos já era apontado por aqueles cientistas que vinham para aqui, nas missões, no começo do Século XIX. Alarmados pelos processos de desmatamento que se faziam nas proximidades das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Quero registrar, também, como Embaixador do Brasil, em Washington, quando as primeiras firmas americanas anunciaram que iam explorar a Amazônia, recebi uma impressionante carta, e que deve estar no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, porque a mandei para cá. Era um modesto professor de uma Universidade do Sul dos Estados Unidos. Quando ele leu a notícia ficou alarmado e escreveu ao Embaixador, quase que pedindo desculpas pela ousadia, dizendo o seguinte: Se vocês fizerem isso, desordenadamente, vão sentir, dentro de algum tempo, os efeitos calamitosos, porque — foi dito, aqui, pelo Senador Adalberto Sena — o clima no Brasil e, talvez, do sul dos Estados Unidos será inteiramente modificado, porque um novo Saara — foi a expressão dele — pode estabelecer-se no Norte do Brasil.

Não vou entrar nos problemas da Amazônia, depois que os ilustres representantes, justamente das três Unidades federativas que compõem a Amazônia, já abordaram todos os seus aspectos. Eu queria apenas fazer dois registros, ao ilustre expositor. Primeiro, quando, no final de sua exposição, falavam na necessidade imediata da revogação de um artigo de lei, eu desejava saber se S. Sr. podia precisar qual essa lei e qual esse artigo?

O SR. WARWICK ESTEVAM KERR — Trata-se do artigo 19, da Lei nº 4.771, que é aquele que permite a substituição de uma floresta mista por uma homogênea. Acho que não estamos no tempo de substituir floresta mista por homogênea, mas naqueles lugares sem florestas podemos colocar neles uma floresta.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Nesse ponto eu não conhecia o artigo.

O SR. WARWICK ESTEVAM KERR — A lei é muito boa em quase toda a sua totalidade.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Outro ponto — este mais com o Instituto de Reflorestamento — é o seguinte: o ilustre expositor falou que em quase todo o Brasil nós estamos fazendo reflorestamento com Pinus e Eucaliptus. Mas, isso é porque o fazendeiro, realmente, só tem facilidade na obtenção dessas duas áreas. Então, o que havia necessidade é esse estudo ser completado em outras regiões do Brasil e que se forneça, aos proprietários, interessados no reflorestamento, aquelas essências adequadas à região. Porque, em qualquer horto do Governo Federal ou do Estado do Rio — cito o caso do Estado do Rio de Janeiro que represento e que conheço em toda a sua extensão — realmente somente essas duas essências são encontradas com facilidade, e nem sempre com a facilidade desejada. Às vezes, é o próprio fazendeiro que tem de fazer o seu viveiro, para conseguir fazer o replantio.

Eram essas as observações que eu queria fazer, esperando que o ilustre Presidente da Comissão, que atendeu tão prontamente à sugestão do Senador Nelson Carneiro, continue esse trabalho, mas não perdendo de vista que não basta que tenhamos reuniões agradáveis como esta e que elas fiquem registradas nos Anais, alguma coisa de concreto deve sair dessas reuniões, e isso só pode ser ou um Projeto de lei ou sugestões a serem feitas, objetivamente, ao Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quércia) — É intenção da Comissão, nobre Senador Amaral Peixoto, exatamente fazer estudo das conclusões e, em seguida, encaminhá-las, talvez, através de projeto de lei ou de colaboração ou indicação aos órgãos do Executivo. De qualquer forma, um trabalho, uma publicação, aliás, das palestras e das intervenções, a Comissão de Agricultura providenciará em seguida à audiência das pessoas que vierem fazer palestras. Essas pessoas convidadas são: o Professor Ezechias Heringer, que se encontra inclusive aqui presente — para honra nossa — que deverá falar na próxima semana; o Professor Roberto Burle Marx; o Professor Luiz Emídio de Melo; e, finalmente, o Jornalista Jorge Bierrenbach de Castro e o Dr. Aparício Nunes de Noronha.

Nós pretendemos fazer uma publicação de todas essas palestras e das intervenções aqui surgidas, assim como as demais conclusões, que serão encaminhadas através de projetos ou indicações ao Executivo, pois tomaremos decisão a respeito, posteriormente.

Como última pessoa inscrita para fazer perguntas, concedo a palavra à Diretora da Divisão de Proteção à Natureza do IBDF, D. Maria Tereza Jorge Pádua.

A SRª MARIA TEREZA JORGE PÁDUA — Não é bem uma pergunta que quero fazer, mas quero agradecer muito o fato do Dr. Warwick Estevam Kerr ter destacado a necessidade de mais parques nacionais no Brasil.

A minha Divisão tem sobre si a responsabilidade de estudos de novas áreas para parques nacionais e reservas equivalentes no Brasil. A nossa situação é esta: temos 18 parques nacionais, cuja área perfaz um total de 0,28%, a nível nacional. Ocupamos, pois, o 68º lugar no mundo, em áreas protegidas, como parques nacionais e reservas biológicas.

Mas, embora saibamos, há muito tempo, da necessidade de mais parques e reservas, no Brasil, temos efetuado estudos para implantar novas áreas e nos deparamos com um problema muito grave, que acho muito conveniente ressaltar, aqui. Por exemplo, temos o primeiro parque nacional brasileiro criado em 1937, e até hoje não conseguimos comprar a totalidade de sua área.

Criar um parque, estudar um parque e prever a sua criação e até mesmo sair o decreto de sua criação, é um processo fácil; comprar a área é um processo difícil. Por exemplo, o orçamento nosso, deste

ano, não daria para nós comprarmos um parque nacional no Sul — Aparados da Serra — a área deste parque.

Embora o orçamento venha crescendo numa progressão geométrica, é ínfimo, porque se não conseguirmos implantar parques já criados que dirá estabelecer novas áreas.

Mas, quero ressaltar que esse problema é extremamente importante, e não vou entrar no mérito da questão, em qual a área é necessária, em termos de Brasil, para parques e reservas. Mas, por exemplo, um problema que nos aflige, de longa data, é o Pantanal Mato-Grossense, que tem um ecossistema ímpar, no mundo, e que não tem, ainda, um parque nacional ou uma área reservada para esse fim.

O fato de ter ressaltado o tamanho de área — não vou dizer qual seria o ideal — por exemplo, um casal de onça — e o Pantanal Mato-Grossense tem uma espécie altamente ameaçada de extinção, que é a pantera *Oca palustris* — precisa para sobrevivência uma área territorial de 12 mil hectares. Então, acho muito pouco, muito insuficiente pensar que em termos de Pantanal Mato-Grossense um parque nacional, com menos de um milhão de hectares. Quanto ao resto do Brasil não vou mencionar nada sobre essas áreas.

Outro aspecto que quero salientar é que a Lei nº 4.771 já prevê a criação de parques municipais e estaduais. Deveríamos ter um sistema de parques nacionais, baseado num sistema maior de parques estaduais, por sua vez, baseado num maior ainda de parques municipais. A pirâmide no Brasil, infelizmente, está inversa; temos muito mais parques nacionais do que estaduais, e temos muito mais estaduais que municipais, que só temos um, no Brasil, como parque municipal, com a finalidade de conservação da natureza.

Quanto ao outro tema mencionado, que acho importantíssimo, em termos de Amazônia, que é **Parkway**, rodovia-parque. A legislação nossa não prevê a criação de rodovia-parque. Então, embora tenhamos estudado — e está aqui um PhD em parques nacionais, ao meu lado — e tenhamos até feito proposta de criação de **parkways**, nós não temos amparo legal.

A Lei nº 4.771 deve sofrer modificações. E posso dizer que é uma preocupação do nosso Instituto, para que ela sofra as modificações necessárias. Até faço parte dessa comissão para a modificação da Lei nº 4.771, e o art. 19 está na alça de mira, também.

Quanto à Região Amazônica, só temos um parque criado, o Parque Nacional da Amazônia, com um milhão de hectares, que realmente não significa nada, em termos de área protegida, também.

Só um esclarecimento: enquanto o parque nacional protege ecossistemas naturais primitivos, e devem ser do tamanho que os ecossistemas protegidos requerem, nós poderemos proteger nichos ecológicos ou uma espécie da flora, uma espécie da fauna, através de outro sistema que seria uma reserva biológica, que não tem necessidade de um tamanho maior, porque ela não engloba um ecossistema, não precisa necessariamente englobar um ecossistema.

O sistema de parques nacionais, evidentemente, por maior que ele seja, não impede o desenvolvimento; ele se ensina como desenvolver. Também um sistema de parques nacionais num País, embora bem implantado e bem baseado em parques estaduais e municipais, não garante a conservação da natureza num país, ele é o tópico de um exemplo, ele é um banco genético onde o cientista vai buscar a sua matriz, natural, primitiva. Mas, infelizmente, um sistema também não é suficiente.

Era só. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, a minha intervenção é apenas para agradecer a V. Exª a gentileza de haver recordado que a iniciativa deste Simpósio nasceu de indicação de minha autoria, em face da numerosa correspondência que, de todo o País, recebo, protestando contra o desmatamento generalizado que vai de Norte a Sul, sem que se encontre uma solução real e satisfatória.

Acredito que este Simpósio possa trazer os elementos necessários para que esse desmatamento encontre os obstáculos legais que a Nação hoje exige, o seu desenvolvimento e a sua grandeza.

Quero congratular-me pela oportunidade de ouvir uma tão brilhante exposição do Professor Warwick Estevam Kerr, e estou certo de que este Simpósio trará os resultados esperados que é o de convocar a Nação para um problema que estava ficando esquecido neste País.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Antes de encerrar, quero dar a palavra ao Deputado Mário Frota.

O SR. MÁRIO FROTA — Sr. Presidente, data vênica, quero congratular V. Exª por ter propiciado esta série de palestras, tão importantes para a Amazônia, principalmente a realizada hoje, pelo Professor Warwick Estevam Kerr.

Infelizmente, cheguei já no final, na hora dos debates. Desejaria ter ouvido, para o meu interesse, da minha região e do meu Estado, a palestra do nobre cientista.

Mas, parece-me que o problema de toda a Amazônia, Professor Warwick Kerr, reside unicamente na nossa legislação, porque, infelizmente, ela é unificada para todo o território nacional. Além do mais, é preciso que se veja que sempre se legislou, no Brasil, em razão das necessidades do Sul do País, esquecendo-se completamente a Região Norte, talvez em decorrência da própria fraqueza das nossas Bancadas, das bancadas amazônicas, que comparando ao Estado do Paraná, que possui hoje uma bancada de Deputados muito superior às bancadas — falo em termos numéricos — dos Estados da Amazônia, o que é um absurdo. Daí eu advogar ser um defensor da divisão territorial da Amazônia. Isso, inclusive, iria melhorar, consequentemente, as bancadas, e falo em termos numéricos.

Como essa legislação é unificada, vemos certos absurdos na Amazônia, um deles é o Fundo Rodoviário. Nos Estados amazônicos, só podem ser usados na construção de rodovias, quando todas as sedes municipais, na Amazônia, ou quase todas, ao menos no meu Estado, todas, estão de frente para o rio. Porque na Amazônia, de fato, como diz o Senador Evandro Carreira, o rio comanda a vida. O homem está de costas para a floresta e de frente para o rio. Em compensação, o prefeito não pode usar aquelas verbas para a construção de um trapiche, que é necessário em toda sede municipal; ele não pode usar. Então, fica criando estradas inúteis, que não vão a canto nenhum. Não é verdade, Senador Evandro Carreira?

O SR. EVANDRO CARREIRA — É certo.

O SR. MÁRIO FROTA — Apenas para usar a verba, porque não tem utilização nenhuma na Amazônia. Inclusive estou entrando com um projeto de lei a respeito, estou estudando, pesquisando o assunto, para ver se consigo que o prefeito do interior tenha condições para aplicar 50% dessas verbas na desobstrução de canais, de lagos, tão necessários na Amazônia.

Depois, há outra incongruência: a legislação que disciplina o tráfego de embarcações, na Amazônia, é a mesma que disciplina o tráfego de embarcações em alto-mar, quando nós temos nossas peculiaridades amazônicas. São coisas assim absurdas. E ainda se faz referência a esse disparate da nossa legislação.

V. Exª falou, há pouco, que o proprietário, na Amazônia, pode desmatar até 50%. Tratando-se de minifúndios, isto não traz nenhum problema, porque o cidadão tendo 200 hectares, desmata 100, sempre ficará floresta à vista. Mas, um latifundiário, como o dono da Jarí, que possui 2.500.000 hectares, se ele desmatar a metade, 1.250.000 hectares, para se ver a floresta vai ter que se andar de Boeing. A floresta é heterogênea, porque a plantação dele é, também, homogênea.

Então, são essas distorções que deverão ser corrigidas, acredito, em breve tempo, para evitarmos, exatamente, aquilo que o Senador Evandro Carreira já esgotou, e V. Exª muito mais, que é um pro-

fundo concededor da Região Amazônica, e trazer problemas de ordem ecológica para a nossa Região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Meu caro Professor Warwick Estevam Kerr, em nome da Comissão de Agricultura do Senado e em nome do Senado, agradecemos profundamente a boa vontade de V. Ex<sup>a</sup>, em ter vindo lá do Amazonas para Brasília, a fim de proferir esta palestra que, tenho certeza, vai enriquecer bastante tudo aquilo que pretendemos fazer, em termos de estudo, a respeito deste assunto tão importante. Nossos agradecimentos.

Convido a todos os presentes para que estejam, também, aqui, se possível, na próxima quarta-feira, dia 9, quando teremos a oportunidade de ouvir o Professor de Botânica da Universidade de Brasília, Professor Ezechias Heringer.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 40 minutos.)

### COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

#### 6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1976

##### Extraordinária

Às dez horas do dia quinze de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, sob a Presidência do Senhor Senador Lázaro Barboza, Presidente e a presença dos Senhores Senadores Otto Lehmann, Accioly Filho e Itamar Franco, na Sala "Ruy Barbosa", reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Luiz Viana, Augusto Franco e Heitor Dias.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

O Sr. Senador Lázaro Barboza, Presidente, concede, então, a palavra ao Sr. Senador Otto Lehmann, que relata favoravelmente o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1976, que "Altera disposição da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974, e dá outras providências".

O parecer após ser submetido à discussão e votação, é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a Reunião e, para constar, eu Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Presidente.

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

#### 10ª REUNIÃO, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1976

##### Extraordinária

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezesseis de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Clóvis Beviláqua", sob a Presidência do Sr. Senador Henrique de La Rocque, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e a presença dos Srs. Senadores Otto Lehmann, Paulo Brossard, Adalberto Sena, Helvídio Nunes e João Calmon, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Tarso Dutra, Gustavo Capanema, Evelásio Vieira e Mendes Canale.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que em seguida, é dada como aprovada.

Constante da pauta são relatados os seguintes Projetos:

Pelo Sr. Senador Otto Lehmann:

Parecer favorável com as emendas da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 1975, que "Regulamenta a profissão de desenhista gráfico, e dá outras providências".

Em discussão e votação é o parecer aprovado, com restrições do Sr. Senador Helvídio Nunes.

Pelo Sr. Senador Paulo Brossard:

Parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1975, que "Estabelece condições de validação de cursos em escola superior não reconhecida".

Em discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente, Senador Henrique de La Rocque, passa a Presidência ao Sr. Senador Adalberto Sena, conforme preceitua o parágrafo único do art. 94 do Regimento Interno, a fim de relatar:

Pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 1975, que "Erige em monumento histórico nacional o imóvel onde funciona o Instituto de Educação Cactano de Campos, situado na Cidade de São Paulo".

Em discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade.

Em seguida, o Sr. Senador Henrique de La Rocque reassume a Presidência e concede a palavra ao Sr. Senador João Calmon que apresenta Voto em Separado pela rejeição do Projeto de Lei nº 200, de 1975, que "Altera a redação do artigo 7º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências".

O referido Projeto na reunião do dia 19 de maio de mil novecentos e setenta e seis, recebeu parecer favorável do Relator, Sr. Senador Evelásio Vieira, e durante a discussão o Sr. Presidente concedeu vista do Projeto ao Sr. Senador João Calmon.

Em discussão e votação é aprovado o Voto em Separado do Sr. Senador João Calmon, contrário à matéria, que passa por conseguinte a ser o parecer da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a Reunião e, para constar, eu Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Presidente.

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1976

Às dez horas e trinta minutos do dia dezesseis de junho de mil novecentos e setenta e seis, presentes os Srs. Senadores Saldanha Derzi, Mattos Leão, José Sarney, Leite Chaves, Henrique de La Rocque, Mauro Benevides, Danton Jobim, Heitor Dias, José Guiomard, Helvídio Nunes, Virgílio Távora e Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Finanças na Sala "Ruy Barbosa".

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Benedito Ferreira, Fausto Castelo-Branco, Jessé Freire, Tarso Dutra, Teotônio Vilela, Roberto Saturnino, Ruy Carneiro e Ruy Santos.

Nos termos do § 3º do Art. 93 do Regimento Interno, assume a Presidência o Sr. Senador Saldanha Derzi, que, ao constatar a existência de número regimental, declara abertos os trabalhos da Comissão, após ter sido considerada aprovada a Ata da reunião anterior.

Da pauta, são relatadas as seguintes matérias:

Pelo Sr. Senador Mattos Leão:

Parecer favorável nos termos de Projeto de Resolução apresentado, ao Ofício "S" Nº 9, de 1976, do Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de empréstimo, destinado ao Programa de Rodovias Alimentadoras para o Estado.

Pelo Sr. Senador Virgílio Távora:

Parecer pela aprovação do Projeto de Resolução nº 59, de 1976, que "reestrutura o Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Senado Federal, e dá outras providências".

Pelo Sr. Senador Heitor Dias:

Parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1976, que "altera disposições da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974, e dá outras providências".

Os pareceres relacionados, após terem sido submetidos à discussão e votação, são aprovados.

Nada mais havendo à tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

#### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de Estudo e Parecer sobre a proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1976, que "altera o Artigo 23, Item II, Parágrafo 8º, da Constituição".**

#### 2ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1976

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dezesseis de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Altevir Leal, Henrique de La Rocque, Paulo Guerra, Mendes Canale, Cattete Pinheiro, Mattos Leão, Leite Chaves e Mauro Benevides e os Deputados Parente Frota, Melo Freire, João Clímaco, Henrique Pretti e Rosa Flores, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1976, que "Altera o artigo 23, Item II, parágrafo 8º, da Constituição".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, João Calmon e Nelson Carneiro e os Deputados Célio Marques Fernandes, Ferraz Egreja, Alvaro Dias, Fernando Cunha, Frederico Brandão e Marcelo Medeiros.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Senador Leite Chaves, Presidente da Comissão, comunica o recebimento de ofícios das Lideranças da ARENA no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, indicando os Senhores Senadores Mendes Canale e Cattete Pinheiro, Deputados Parente Frota e Célio Marques Fernandes, para substituírem, respectivamente, os Senhores Senadores Ruy Santos e Eurico Rezende, e os Deputados Angelino Rosa e Igo Losso. Continuando, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado João Clímaco, que emite parecer pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1976.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, com voto vencido do Senhor Senador Mauro Benevides.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**MESA**

Presidente:  
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:  
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:  
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:  
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:  
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:  
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:  
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:  
Ruy Carneiro (MDB—PB)  
Renato Franco (ARENA—PA)  
Alexandre Costa (ARENA—MA)  
Mendes Canale (ARENA—MT)

**LIDERANÇA DA ARENA  
E DA MAIORIA**

Líder  
Petrônio Portella  
Vice-Líderes  
Eurico Rezende  
Jarbas Passarinho  
José Lindoso  
Mottos Leão  
Osires Teixeira  
Ruy Santos  
Saldanha Derzi  
Virgílio Távora

**LIDERANÇA DO MDB  
E DA MINORIA**

Líder  
Franco Montoro  
Vice-Líderes  
Mauro Benevides  
Roberto Saturnino  
Itamar Franco  
Evandro Carreira

**COMISSÕES**

Diretor: José Soares de Oliveira Filho  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Orestes Quéricia  
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Vasconcelos Torres	1. Altevir Leal
2. Paulo Guerra	2. Otair Becker
3. Benedito Ferreira	3. Renato Franco
4. Itálvio Coelho	
5. Mendes Canale	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Adalberto Seno
2. Orestes Quéricia	2. Amaral Peixoto

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 706  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.  
Local: Sala Epitácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Cattete Pinheiro	1. Saldanha Derzi
2. José Guimard	2. José Sarney
3. Teotônio Vilela	3. Benedito Ferreira
4. Renato Franco	
5. José Esteves	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira	2. Gilvan Rocha

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)**

(13 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Accioly Filho  
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanemá  
2º-Vice-Presidente: Paulo Brassard

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Accioly Filho	1. Mottos Leão
2. José Sarney	2. Otto Lehmann
3. José Lindoso	3. Petrônio Portella
4. Melvídio Nunes	4. Renato Franco
5. Itálvio Coelho	5. Osires Teixeira
6. Eurico Rezende	
7. Gustavo Capanemá	
8. Heitor Dias	
9. Henrique de La Rocque	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Mauro Benevides
3. Nelson Carneiro	
4. Paulo Brassard	

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Seno

**Titulares**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

**ARENA**

1. Adalberto Seno
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

**MDB****Suplentes**

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

1. Evandro Carneira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

**Titulares**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

**ARENA**

1. Franco Montoro
2. Orestes Quéricia
3. Roberto Saturnino

**MDB****Suplentes**

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattate Pinheiro
5. Helvídio Nunes

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epiácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

**Titulares**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Caponema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale
6. Otto Lehmann
1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brassard
3. Adalberto Seno

**ARENA**

Assistente: Cláide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clávis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**Suplentes**

- Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney
4. Ruy Santos

**MDB**

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**Titulares**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

**ARENA**

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

**MDB****Suplentes**

1. Daniel Krieger
2. José Guimard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattate Pinheiro
6. Osires Teixeira

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Jessé Freire

**Titulares**

1. Mendes Canale
2. Domicio Gandim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

ARENA

**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Domicio Gandim

**Titulares**

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gandim
5. João Calmon

ARENA

**Suplentes**

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Danton Jobim

Vice-Presidente: Renato Franco

**Titulares**

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Otto Lehmann

ARENA

**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quêrcia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger

1º-Vice-Presidente: Luiz Viana

2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

**Titulares**

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

**Suplentes**

ARENA

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Fausto Castelo-Branco

Vice-Presidente: Gilvan Rocha

**Titulares**

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Atevir Leal

**Suplentes**

ARENA

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Carreira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guimard  
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**Titulares**

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

ARENA

**Suplentes**

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Lázaro Barboza  
Vice-Presidente: Otto Lehmann

**Titulares**

1. Augusto Franco
2. Otto Lehmann
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

ARENA

**Suplentes**

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Sonia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala Epiácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Alexandre Costa  
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

**Titulares**

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

ARENA

**Suplentes**

1. Otto Lehmann
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

MDB

1. Evandro Carreiro
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Claudio Carlos R. Costa — Ramal 301

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**  
**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro.

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária art. 90 do Regimento Comum.

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;  
Alfeu de Oliveira - Ramal 674; Cleide Maria B.F. Cruz - Ramal 598; Mauro Lopes de Sá - Ramal 310

**SENADO FEDERAL**

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL**

PARA O ANO DE 1976

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA	09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	10:00	C.E.C	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
10:00	C.C.J.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA		C.S.P.C.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	SONIA
	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL	10:30	C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINÍCIUS
10:30	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
	C.A.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MARCUS VINÍCIUS	11:00	C.L.S.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
11:00	C.R.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM		C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA
11:30	C.S.N.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA		C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CLAUDIO COSTA

# REGISTROS PÚBLICOS

nova lei anotada

- Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;
- Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

"Revista de Informação Legislativa" nº 46

328 páginas

**PREÇO: Cr\$ 30,00**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

# CÓDIGO PENAL MILITAR

Quadro Comparativo

- Decreto-Lei nº 1.001/69
- Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e ementário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.

"Revista de Informação Legislativa" nº 26

439 páginas

**PREÇO: Cr\$ 20,00**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

# SEGURANÇA NACIONAL

**I — Legislação Constitucional**

**II — Quadro Comparativo: Decreto-Lei nº 898/69  
Decreto-Lei nº 510/69  
Decreto-Lei nº 314/67  
Lei nº 1.802/53**

**III — Notas**

**IV — Jurisprudência**

**"Revista de Informação Legislativa" nº 39**

**421 páginas**

**PREÇO: Cr\$ 25,00**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

# CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

**PREÇO: Cr\$ 35,00**

**A VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

ou pelo sistema de **reembolso postal**.

# TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

**PREÇO: Cr\$ 25,00**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

ou pelo sistema de **reembolso postal**.

# CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

## QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).

2 VOLUMES

1º VOLUME:

QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- LEGISLAÇÃO CORRELATA;
- JURISPRUDÊNCIA;
- DOUTRINA;
- EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;
- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E
- REMISSÕES.

NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Código, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

**PREÇO: Cr\$ 70,00**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

# **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL EDIÇÃO 1976**

## **Emendas Constitucionais**

**nº 1, de 1969,  
nº 2, de 1972,  
nº 3, de 1972,  
nº 4, de 1975, e  
nº 5, de 1975.**

**(formato bolso)**

**130 páginas**

**Preço: Cr\$ 10,00**

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS do SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50**